

Laboratório de História Antiga – UFRJ



PHOÏNIX

Maad X



2016

PHOÊNIX 2016

Ano 22
Volume 22
Número 1

ISSN 1413-5787

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ANTIGA/UFRJ

PHOÏNIX
2016

Ano 22

Volume 22

Número 1

Mauad X

Phoínix 2016 – Ano 22 – Volume 22 – Número 1 – ISSN 1413-5787
Copyright © by Neyde Theml, Fábio de Souza Lessa, Regina Maria da Cunha Bustamante e
Alexandre Santos de Moraes (editores) *et alii*, 2016
Tiragem: 1.000 exemplares

Direitos desta edição reservados à:

MAUAD Editora Ltda.
Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar – Lapa
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.241-110
Tel.: (21) 3479-7422 – Fax: (21) 3479-7400
www.mauad.com.br
mauad@mauad.com.br

Laboratório de História Antiga – LHIA / IH / UFRJ
Largo de São Francisco de Paula nº 1, sala 211 A e 213 – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.051-070
Tel.: (021) 2221-0034 ramais 205 e 213 – Fax: (021) 2221-4049
www.lhia.historia.ufjf.br
ciclollhia@gmail.com

Projeto Gráfico:

Núcleo de Arte / Mauad Editora

Revisão:

Bárbara Mauad

Imagem da Capa:

Moeda de prata. Denário de Sexto Júlio César.
RRC 258. © Trustees of the British Museum

P574 Phoínix. Laboratório de História Antiga / UFRJ
Ano 22, v. 22, n. 1
Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
Semestral
ISSN 1413-5787

História Antiga. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Laboratório de História Antiga.
CDD – 930

PHOÏNIX



Ano 22 – V. 22 – N. 1

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

Reitor: Prof. Dr. Roberto Leher

INSTITUTO DE HISTÓRIA – IH

Diretor: Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ANTIGA – LHIA

Coordenador: Prof. Dr. Deivid Valério Gaia

EDITORES

Prof^ª. Dr^ª. Neyde Theml

Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa

Prof^ª. Dr^ª. Regina Maria da Cunha Bustamante

Prof. Dr. Alexandre Santos de Moraes

CONSELHO EDITORIAL

Prof^ª. Dr^ª. Ana Livia Bomfim Vieira – UEMA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Teresa Marques Gonçalves – UFG

Prof. Dr. José Antônio Dabdab Trabulsi – UFMG

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Maria Paim Pozzer – UFRGS

Prof. Dr. Luiz Otávio de Magalhães – UESB

Prof^ª. Dr^ª. Margaret Marchiori Bakos – UEL

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Sousa e Silva – Universidade de Coimbra (Portugal)

Prof. Dr. Markus Figueira da Silva – UFRN

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima – UFF

Prof.ª. Dr^ª. Ana María González de Tobia – UNLP (Argentina)

Prof. Dr. Anderson de Araújo Martins Esteves – UFRJ

Prof. Dr. André Leonardo Chevitaese – LHIA / UFRJ

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira – UFPEL

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva – UFES

Prof. Dr. José Manuel dos Santos Encarnação – Universidade de Coimbra (Portugal)

Prof^ª. Dr^ª. Margarida Maria de Carvalho – Unesp

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cecília Colombani – Universidad Nacional de Mar del Plata e
Universidad de Morón (Argentina)

Prof^ª. Dr^ª. Maria das Graças de Moraes Augusto – UFRJ

Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari – Unicamp

Prof^ª. Dr^ª. Renata Senna Garraffoni – UFPR

Prof^ª. Dr^ª. Violaine Sebillotte Cuchet – Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Serviços Técnicos

Renata Cardoso de Sousa

Bruna Moraes da Silva

Indexada por

Latindex: <http://www.latindex.org>

Cornell University Library: <http://cornell.worldcat.org>

Worldcat: <http://www.worldcat.org>

Sudoc: <http://m.sudoc.fr>

Impactum – Coimbra University Press: <http://impactum.uc.pt>

SUMÁRIO

EDITORIAL	9
DEMIURGO ITINERANTE OU PROFISSIONAL DE CORTE? UMA REAVALIAÇÃO DO AEDO HOMÉRICO	11
<i>Gustavo J. D. Oliveira</i>	
PENSANDO E “DESPENSANDO” A CIDADE GREGA.....	33
<i>José Antonio Dabdab Trabulsi</i>	
LO FEMENINO EN LA LITERATURA ATENIENSE DEL PERÍODO CLÁSICO. <i>SUPPLICANTES</i> DE ESQUILO: LA MUJER-RUISEÑOR	51
<i>María del Pilar Fernández Deagustini</i>	
DE IÚLO AOS IULII: AS <i>GENTES</i> ROMANAS E ITÁLICAS.....	72
EM BUSCA DO PASSADO HEROICO <i>Ana Teresa Marques Gonçalves e Thiago Eustáquio Araújo Mota</i>	
SEMELHANÇAS COMPOSITIVAS ENTRE O LIVRO III DAS <i>GEÓRGICAS</i> DE VIRGÍLIO E O LIVRO VI DO <i>DE RE RUSTICA</i> DE COLUMELA.....	94
<i>Matheus Trevizam</i>	
OS PODERES PÚBLICOS E O EMPRÉSTIMO DE DINHEIRO A JUROS NA ROMA ANTIGA.....	123
<i>Deivid Valério Gaia</i>	
ASPECTOS DA OMISSÃO DA ORIGEM PROVINCIAL DE TRAJANO NO DISCURSO DE PLÍNIO, O JOVEM.....	134
<i>Renata Lopes Biazotto Venturini e Alex Aparecido da Costa</i>	
RESENHA	
ROSE, Ch. B. The archaeology of Greek and Roman Troy . Nova York: Cambridge University Press, 2014. 406 p.	148
<i>Renata Cardoso de Sousa</i>	
PERFIL DA REVISTA	150
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	151

SUMMARY

EDITORIAL	9
ITINERANT DEMIURGE OR COURT PROFESSIONAL? REEVALUATING THE HOMERIC SINGER.....	11
<i>Gustavo J. D. Oliveira</i>	
THINKING AND “UNTHINKING” THE GREEK PÓLIS.....	33
<i>José Antonio Dabdab Trabulsi</i>	
THE FEMININE IN ATHENIAN LITERATURE OF CLASSICAL PERIOD. AESCHYLUS’ SUPPLICES: THE NIGHTINGALE-WOMAN.....	51
<i>María del Pilar Fernández Deagustini</i>	
FROM <i>IULIUS</i> TO <i>IULII</i> : THE ROMAN AND ITALIC <i>GENTES</i> IN PORSUIT OF THE HEROIC PAST.....	72
<i>Ana Teresa Marques Gonçalves e Thiago Eustáquio Araújo Mota</i>	
RESSEMBLANCES DE COMPOSITION ENTRE LE LIVRE III DES <i>GÉORGIQUES</i> DE VIRGILE ET LE LIVRE VI DU <i>DE RE RUSTICA</i> DE COLUMELLE.....	94
<i>Matheus Trevizam</i>	
LES POUVOIRS PUBLICS ET LE PRÊT D’ARGENT A INTÉRÊT DANS LA ROMA ANTIQUE.....	123
<i>Deivid Valério Gaia</i>	
ASPECTS OF THE OMISSION OF PROVINCIAL ORIGIN OF TRAJAN IN THE SPEECH OF PLINY THE YOUNGER.....	134
<i>Renata Lopes Biazotto Venturini e Alex Aparecido da Costa</i>	
REVIEW	
ROSE, Ch. B. The archaeology of Greek and Roman Troy . New York: Cambridge University Press, 2014. 406 p.	148
<i>Renata Cardoso de Sousa</i>	
PROFILE MAGAZINE	150
PUBLICATION STANDARDS	151

EDITORIAL

O presente número da **Phoînix** inicia um processo de mudanças na sua linha editorial. Além da versão impressa, editada desde 1995, o público poderá contar com a versão on-line através do site www.phoenix.historia.ufrj.br. Manter a periodicidade de uma revista como a **Phoînix**, que não conta com apoios financeiros em tempos de crise político-econômica, não é um desafio fácil. Mas a revista se mantém pela colaboração de todo o grupo de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em História Antiga e nos Estudos Clássicos, que, unidos em suas diversidades, investem na solidez da **Phoînix**.

Composto por sete artigos, este número oferece ao público trabalhos de pesquisadores nacionais e internacionais que se dedicam ao estudo da Antiguidade Greco-Romana, sendo três abordando objetos que fazem referências à sociedade grega e quatro à romana. No que diz respeito à natureza da documentação, predomina a análise dos textos escritos – havendo uma pluralidade nos gêneros literários.

Numa abordagem essencialmente historiográfica, o artigo de José Antonio Dabdab Trabulsi procura analisar a obra de construção e desconstrução do modelo grego da *pólis* enquanto conceito central de explicação da história da Grécia antiga, tomando dois autores paradigmáticos em relação a esse percurso: Gustave Glotz e Kostas Vlassopoulos.

A poesia grega é objeto de interpretação dos artigos de Gustavo J. D. Oliveira e de María del Pilar Fernández Deagustini. Através da epopeia homérica, o artigo de Gustavo Oliveira propõe categorizar os tipos de *aedos* apresentados nos poemas homéricos e pensar a relação dessas categorias com os possíveis *aedos* históricos de períodos identificados como o homérico. O autor objetiva discutir, especificamente, a área espacial de atividade dos *aedos* nos poemas, ou seja, investigar se existe uma associação do *aedo* com um local privilegiado de performances ou se existem *aedos* itinerantes. Já María del Pilar Deagustini se dedica ao estudo da mulher ateniense do Período Clássico a partir da poesia trágica. Segundo a autora, a peça **As Suplicantes** de Ésquilo põe em cena uma conjuntura comum ao universo feminino ateniense da época: a transição da infância à fase adulta através do

ritual do casamento, um acontecimento único na vida feminina que implica a passagem abrupta para uma nova vida, em uma família estranha. Porém, a peça não propõe a representação de um modelo ideal, mas paradigmas de transgressão feminina no teatro grego clássico.

Os próximos quatro artigos se referem à sociedade romana em temporalidades diversas. Ana Teresa Gonçalves e Thiago Mota intencionam, em seu artigo, mapear historicamente a formação da genealogia heroica divina dos Iulii (família de Júlio César e do Imperador Otávio Augusto) e suas múltiplas e contextuais apropriações pelos atores históricos, para então compreender sua acomodação à arquitetura do épico de Virgílio, a **Eneida**. O diálogo com suportes documentais diversos deve, ainda, ser ressaltado no texto.

Dedicando-se também à análise da obra de Virgílio, Matheus Trevisan propõe evidenciar que há pontos literários comuns partilhados entre o livro III das **Geórgicas** do autor e o livro VI do **De re rustica** de Columela. O autor defende que esses mesmos aspectos, porém, não se restringem a alguns elementos típicos das *praelocutiones* (dedicatória, *captatio benevolentiae*, etc.), mas se espalham por toda a extensão dos livros citados acima, apresentando-se sob a forma das digressões, do empenho descritivo dos corpos dos animais rústicos e do especial cuidado na *dispositio* dos assuntos em nexos com a criação.

Afirmando que a ambiguidade do sistema político do Principado expressa-se em vários aspectos, entre os quais o sistema de sucessão dos césares e os requisitos para alcançar o poder imperial, Renata Venturini e Alex da Costa se dedicam a trabalhar no seu artigo que a ascensão de Trajano põe em tela as duas questões acima, pois ele não alcançou o governo por uma solução dinástica como ocorrera até então, e tampouco pertencia a uma tradicional e aristocrática família da *Urbs*. A presente análise se dará através do **Panegírico de Trajano** de Plínio, o Jovem, em que é exaltada e enfatizada a integração das províncias e dos provinciais às ideias e valores romanos.

Numa abordagem econômica da sociedade romana, Deivid Gaia estuda as relações estabelecidas entre os poderes públicos e o empréstimo de dinheiro a juros durante o final da República e início da época imperial romana.

Por fim, o Laboratório de História Antiga agradece à Mauad X Editora pela parceria iniciada em 2002 que permitiu a publicação deste número da **Phoënix**.

Os Editores

DEMIURGO ITINERANTE OU PROFISSIONAL DE CORTE? UMA REAVALIAÇÃO DO AEDO HOMÉRICO*

Gustavo J. D. Oliveira**

Resumo:

O objetivo deste artigo é categorizar os tipos de aedos apresentados nos poemas homéricos e pensar a relação destas categorias com os possíveis aedos históricos de períodos identificados como o homérico. Discutiremos, especificamente, a área espacial de atividade dos aedos nos poemas, ou seja, investigaremos se existe uma associação do aedo com um local privilegiado de performances ou se existem aedos itinerantes. O objetivo é demonstrar que o fenômeno não é apresentado homogêneo, mas a partir de inúmeras variações, o que tem consequências para a compreensão histórica da questão.

Palavras-chave: *Aedos em Homero; poesia oral; sociedade homérica.*

ITINERANT DEMIURGE OR COURT PROFESSIONAL? REEVALUATING THE HOMERIC SINGER

Abstract: *The purpose of this paper is to categorize the types of singers presented in the Homeric poems, and to consider the relation of those categories with historical singers from periods that have been identified as Homer's period. The paper will emphasize specifically the area of activity of the singers in the poems. In other words, the investigation will center on the possibility of association between the singer and a preferred place for performances, or if there are itinerant singers. The objective here is to demonstrate that the phenomenon is not presented as homogeneous, but through multiple variations that have consequences for the historical understanding of the problem.*

Keywords: *Singers in Homer; oral poetry; homeric society.*

* Recebido em: 01/02/2016 e aceito em 18/04/2016.

** Professor da Faculdade São Bernardo e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Contato: gustavojojo@gmail.com

O objetivo deste artigo é categorizar os tipos de aedos apresentados nos poemas homéricos e pensar a relação destas categorias com os possíveis aedos históricos de períodos usualmente identificados como o de Homero. Incluiremos na análise todos os aedos que são nomeados (Fêmio, Demôdoco e Tamires¹) e os anônimos (os do funeral de Heitor, o aedo deixado por Agamêmnon em Micenas e o do casamento dos filhos de Menelau). Incluiremos também outras descrições em que o termo não é apresentado, mas a prática do canto acompanhado de música é. O objetivo é demonstrar que o fenômeno não aparece homogêneo, mas a partir de inúmeras variações, o que tem consequências para a compreensão histórica da questão. Tais variações se estendem em diversas ordens. Neste artigo, discutiremos, especificamente, a área espacial de atividade dos aedos nos poemas, ou seja, investigaremos se existe uma associação do aedo com um local privilegiado de *performances* ou se existem aedos itinerantes.

São poucos os aedos assim identificados nos dois poemas. Daqueles nomeados, Fêmio e Demôdoco aparecem apresentando seus cantos em situações específicas. Suas *performances*, em sua maioria, ocorrem nas casas de reis inseridos em comunidades definidas – são as descrições mais extensas de aedos, ambas na **Odisseia**, e ambas marcam certa estabilidade do ponto de vista das áreas de atuação. Só Tamires, brevemente mencionado na **Ilíada** (II, vv. 594-600),² é apresentado fora desses contextos. O termo *aedo* não é utilizado para denominar Tamires, mas seu canto é identificado, associado à cítara.³ Esses três são os únicos aedos nomeados na poesia homérica. Também temos, todavia, a descrição de aedos anônimos: aquele que participa das comemorações dos casamentos dos filhos de Menelau (IV, vv.15-19); o aedo deixado por Agamêmnon para cuidar de Clitemnestra (iii, 253-275); os aedos que cantam nas lamentações por Heitor (XXIV, vv. 720-722). Sem que tenha o título *aedo* anunciado, também podemos citar uma cena do escudo de Aquiles, em que um jovem toca a lira e canta sobre Lino em uma vinha (XVIII, vv. 569-572).⁴ Analisaremos primeiro essas ocorrências para depois nos debruçarmos sobre outras que nos parecem mais complexas em virtude de seus contextos.

1. Formas de associação dos aedos

Começando por Fêmio, ele já aparece no banquete na ocasião de sua primeira *performance* na **Odisseia**, e evidencia-se que é forçado a cantar

para os pretendentes (I, vv. 150-155; XXII, v. 331). Não fica claro se há uma associação dele com a corte de Odisseu. O próprio Fêmio diz de maneira clara que ele não foi à casa de Odisseu com intenção de cantar, mas foi obrigado pelos pretendentes, que eram mais numerosos e mais fortes que ele (XXII, vv.350-353). Na lista que Telêmaco faz a seu pai de quantos são os pretendentes, o jovem diz que o arauto Médon e o aedo (com certeza Fêmio, pelo contexto) estão com eles, o que pode indicar uma associação do aedo com esse grupo, ainda que a contragosto do cantor, ao invés de com a casa de Odisseu (XVI, v. 252).⁵

Passamos em seguida para Demôdoco, aedo convocado para se apresentar nos banquetes dos feácios. No primeiro deles, um arauto é enviado para buscar Demôdoco (VIII, vv.38-47; 62-64). Diferentemente da primeira *performance* de Fêmio e da última menção ao próprio Demôdoco (XIII, vv. 23-28), vemos um banquete ser organizado. Não somos introduzidos na cena com o evento já em andamento. Assim, fica claro que Demôdoco tem que ser convocado e trazido. Quando Alcínoo ordena um novo banquete para o jantar do mesmo dia (VIII, vv. 424-432), Demôdoco é novamente conduzido (VIII, vv.471-483). Isso não impede que ele seja um aedo permanente da corte, que deve ser buscado somente por ser cego. Todavia, apesar de não se tratar de um aedo itinerante, podemos estar diante de um especialista ligado à comunidade, ao invés de exclusivo da corte.⁶

Isso nos é sugerido na ocasião da segunda *performance* de Demôdoco, que acontece quando Alcínoo afirma que os integrantes de seu festim já se saciaram da lira e do banquete. Ele sugere que todos saiam para celebrar jogos (VIII, vv.97-103). Tal evento ocorre na ágora, sendo que os convivas do banquete são seguidos por uma multidão imensa, incontável (VIII, vv.109-110). A segunda *performance* de Demôdoco acontece após os jogos nessa mesma ágora (VIII, vv. 261-367), e tanto sua localização quanto audiência escapam do contexto da casa de Alcínoo, indicando uma relação do aedo com a comunidade dos feácios, bem como com seus líderes mais proeminentes.

Outros elementos que podem indicar essa associação mais ampla de Demôdoco são: seu epíteto, honrado pelo povo, *λαοῖσι τιτιμένος* (VIII, v.472; XIII, v. 28); seu próprio nome (*Δημόδοκος*), que significa recebido pelo povo. Tais elementos sugerem que o aedo tenha vínculos com a comunidade, não sendo exclusivo da corte de Alcínoo. É verdade que, quando

Alcínoo diz que os outros reis dos feácios aproveitam as bebidas em sua casa e escutam o canto do aedo (XIII, vv. 8-9), pode sugerir uma associação mais forte de Demôdoco com a corte. Nada indica, todavia, uma relação de exclusividade explícita.

Essa relação de aedos com uma comunidade, não sendo necessariamente ligados às cortes dos reis e nobres, encontra respaldo em uma das cenas da *Ilíada*. Nela temos a descrição de um cantor anônimo, ainda que o termo *aedo* não seja utilizado. É uma cena do escudo de Aquiles, em que um rapaz toca a lira e canta sobre Lino⁷ em uma vinha, enquanto outros dançam e gritam de alegria:

Virgens e mancebos com ingênuos pensamentos o fruto / de sabor a mel transportavam em cestos entretecidos. / No meio deles um rapaz dedilhava com amorosa saudade / a lira de límpido som; na sua voz aguda e delicada entoava / o canto dedicado a Lino; e os outros com sintonizado estampido / seguiam na dança de pés saltitantes com uivos de alegria. (XVIII, vv. 567-572)⁸

Parece se tratar do contexto de uma comunidade. Na descrição, virgens e rapazes transportam uvas em cestos, enquanto dançam ao som do cantor anônimo. Nada é dito acerca das origens do jovem e sua associação com a comunidade, mas o efeito da descrição, uma cena cotidiana de colheita de frutos, sugere tal associação. Não se pode negar que a cena descreve a *performance* de um cantor, profissional ou não, fora de um contexto relacionado à casa de um nobre, o que por si só já é muito relevante. Para Redfield, esse é um exemplo da canção como algo ao alcance de todos no mundo homérico, aplicado em um contexto de colheita. Ele, contudo, diferencia tal tipo de utilização casual da prática e a especialização cultural do aedo (REDFIELD, 1975, p. 30). Concordamos que a passagem pode indicar o alcance amplo da canção na época de Homero. No entanto, não nos parece haver elementos suficientes para relegar a descrição do trecho a uma prática absolutamente diversa da dos aedos principais. Especialmente no caso de Demôdoco, existe (como apresentamos) fortes indícios de uma ligação entre o cantor e a comunidade, o que parece também ser o caso do cantor de Lino.

Uma segunda cena que também traz aedos não identificados diz respeito aos lamentos pela morte de Heitor. Essa é, todavia, de interpretação mais complexa. Tais lamentos estão longe de ser eventos privados da família do herói morto. Toda a cidade participa tanto das expressões de dor (XXIV,

vv. 707-718) quanto do funeral, ainda que este termine com um banquete na casa de Príamo (XXIV, vv. 785-804). Os cantos fúnebres ocorrem também na casa do rei, iniciados por aedos (XXIV, vv.719-722). A escassez de informações a respeito da natureza desses aedos é o que torna complicada a interpretação da passagem. Não temos sequer conhecimentos suficientes para compreender se eles se assemelham aos aedos mais bem delimitados na **Odisseia**, Fêmio e Demôdoco.⁹ No entanto, mesmo ocorrendo na casa de Príamo, o contexto de lamento da comunidade não é inexistente. O *δῆμος*, incontável, geme (*ἐπὶ δ' ἔστυνε δῆμος ἀπαίρων*) (XXIV, v. 776) após o lamento de Andrômaca, Hécuba e Helena, mulheres relacionadas a Heitor (XXIV, vv.723-775). As fronteiras entre a esfera pública e a privada parecem difusas nessa situação, o que pode indicar uma duplicidade da associação dos aedos, válida tanto para o espaço da casa do rei e sua corte quanto para a comunidade.

A terceira ocorrência de aedos anônimos é descrita na **Odisseia**. O contexto é semelhante ao dos nomeados no mesmo poema, Fêmio e Demôdoco, apesar de a situação ser um pouco mais específica. Trata-se de um banquete de casamento em Esparta, com um aedo cantando e tocando lira, acompanhado de acrobatas que iniciam uma dança (IV, vv. 15-19).¹⁰ Por ora, interessamos apontar que não há mais informações acerca do aedo no que se refere a sua origem e associação. O contexto é de corte: os vizinhos e parentes de Menelau comparecem ao casamento (IV, vv.3, 16). Mas nada é dito sobre o cantor, se é permanente da corte, da comunidade, itinerante ou estrangeiro.

Outra passagem menciona um aedo anônimo, sem, todavia, descrever *performances* – mas indica possíveis formas de associação. Agamêmnon deixa em Micenas um aedo para cuidar de sua esposa, e as seguintes circunstâncias são descritas:

Ao princípio recusou-se ela a qualquer ato impróprio, / a nobre Clitemnestra, pois tinha bom senso / e tinha junto de si um aedo, a quem ordenara / Agamêmnon que guardasse a mulher quando foi para Troia. / Mas quando por fim o subjugou o destino divino, / foi então que Egisto levou o aedo para uma ilha deserta / e lá o deixou para ser alimento e presa de aves de rapina; / e à rainha, embora contra a vontade dela, levou-a para casa. (III, vv. 265-272)

Os detalhes do episódio, como o fato de o aedo precisar ser morto por Egisto para que tivesse sucesso na sedução de Clitemnestra, não nos inte-

ressam aqui.¹¹ Interessa-nos como interpretá-lo no que diz respeito às associações por ele trazidas. É importante notar que o aedo de Agamêmnon não foi levado à guerra em companhia do rei. Na verdade, nenhum dos participantes do exército aqueu é descrito como tendo levado um aedo de sua corte. Tal fato pode indicar que a presença de tais profissionais é associada ao ambiente das casas nobres, e não a seus integrantes mais importantes. Quando os reis saem para a guerra, eles ficam. Outra interpretação pode ser a de que a guerra, um acampamento militar, não é um lugar considerado apropriado a um aedo por algum motivo. Entretanto, o episódio não nos traz muitas informações acerca das motivações de Agamêmnon ao deixar para trás o aedo como guardião de sua esposa. A associação pode ser algum tipo de lealdade ao rei de Micenas, ou uma preferência da esposa pelo aedo em questão. Se é verdade que a explicação pela associação com a corte em Micenas parece ser a mais simples, não podemos nos furtar a oferecer alternativas possíveis nem a apontar que o episódio não é claro quanto aos elementos que nos propomos a discutir.

Não temos informações suficientes acerca das associações de todos os aedos citados até aqui. Mas podemos sugerir que existe uma aparente ligação deles com uma localidade, seja em virtude da comunidade mais ampla, seja em virtude de uma corte nobre específica – o que não é, todavia, verdadeiro para todos os tipos de aedos apresentados nos poemas. As fontes para tal afirmação são escassas, mas indicam a variedade.

A primeira delas a ser analisada não vem da descrição de um aedo em plena atividade, como foi a maior parte das demais. Vem de uma passagem célebre em que Eumeu lista os homens de ocupações que são convidados de outras terras, os demiurgos:

Quem é que vai ele próprio chamar outro, um estrangeiro, / de outra terra, a não ser que se trate de um demiurgo: / um vidente, um médico, um carpinteiro de madeira, / ou um aedo divino, que com seu canto nos deleita? / Estes homens são sempre convidados na terra ilimitada. (XVII, vv. 382-386)

É verdade que o próprio termo, demiurgo (*δημιουργός*), significa *aquele que trabalha para o povo*. No entanto, a passagem evidencia algum tipo de circulação desses especialistas. Na pior das hipóteses, indica um tipo de aedo diferente de Fêmio e Demódoco, aparentemente ligados às casas reais e nobres, às suas comunidades ou a audiências específicas nos poemas. Esse outro tipo pode ser convidado de terras estrangeiras ou ser sim-

plesmente um viajante, não tendo necessariamente ligação anterior com a comunidade nem com a corte de uma casa nobre.

Talvez esse seja o caso de Tamires, o trácio. Não obstante seja outra passagem breve e de difícil interpretação, tal episódio é nossa segunda fonte para a possibilidade de existirem diferentes tipos de aedos daqueles mais retratados. Trata-se, possivelmente, de um cantor errante, ou em viagem, pois Tamires teve seu encontro com as Musas em Dórion, próximo de Pilos, tendo vindo da Ecália, de junto de Êurito:¹²

(...) [acerca de Dórion] onde as Musas / encontraram Tamiris, o Trácio, e o canto lhe calaram, / vindo da Ecália, de casa de Êurito, o Ecálio – / pois ufanara-se ele de as vencer, se contra ele cantassem / as Musas, filhas de Zeus detentor da égide; / mas elas na sua cólera o estropiaram e lhe tiraram / o canto sortílego, fazendo-o esquecer a arte da lira. (II, vv. 594-600)

Como dissemos, a passagem é breve e difícil de ser interpretada. Não temos a descrição de nenhuma das *performances* de Tamires, e não sabemos se ele as fazia em casas de reis, como possivelmente a de Êurito, ou em outras ocasiões.¹³ Entretanto, a passagem não deixa de trazer indícios de um tipo diferente de aedo, porque temos aqui um em trânsito, descrito como tendo passado pela Ecália e, possivelmente, apresentado seus cantos na casa de Êurito como um aedo estrangeiro.¹⁴

Estudiosos abordaram tais questões acerca dos tipos de aedos de inúmeras formas. Anderson defende que, a despeito da aparente ambiguidade sugerida entre a apresentação de Eumeu – dos aedos como demiurgos – e as descrições mais elaboradas de Fêmio e Demôdoco, os aedos homéricos são empregados fixos nas casas de reis e nobres (ANDERSON, 1979, p. 2). O posicionamento é retomado por Saïd (SAÏD, 2011, p. 126) e Ford, para quem não existe troca, disputa, interferência, influência, nem mesmo encontros entre aedos, uma vez que eles só são mostrados em bases locais (FORD, 1992, p. 95). Olson entende que a identificação como demiurgo faz dos cantores uma classe profissional local e permanentemente assentada. Eles seriam convocados periodicamente para realizar seu ofício, de casa privada em casa privada (OLSON, 1995, p. 15).

Dougherty defende que existem dois tipos de aedos representados na **Odisseia**: o primeiro claramente associado a corte de reis, em um cenário

homogêneo e aristocrático; o segundo, representado por Odisseu, é o que não é permanente, mas que viaja de um lugar ao outro (DOUGHERTY, 2001, p. 50-52). Ela é seguida por Montiglio, que chega a considerar uma competição entre Demôdoco e Odisseu (MONTIGLIO, 2005, p. 96). Já Redfield dá ênfase à declaração de Eumeu, que apresenta os aedos como demiurgos que trabalham para o povo e viajam de lugar em lugar (REDFIELD, 1975, p. 30), em posição semelhante à de Walsh (1984, p. 15-16).

Mark, em argumentação de fundo histórico, considera que os aedos deviam viajar e entrar em contato com grupos variados. Sendo viajados e bem informados, seriam valorizados como fonte de entretenimento e informação acerca do mundo exterior (MARK, 2005, p. 175-176). Wees (1992, p. 52) e Scodel (2002, p. 47) defendem que os demiurgos podem ser itinerantes ou ter uma base local, o que pode explicar a aparente ambiguidade entre a passagem de Eumeu e a situação dos aedos principais da **Odisseia**.

Essa breve seleção de autores indica que os poemas apresentam múltiplas possibilidades de interpretação. Nossa posição é indicar que as variações em Homero, tais como as apresentadas, podem indicar abrangência da poesia a comunidades com experiências sociais diferentes no que diz respeito a determinadas práticas específicas, como a do canto do aedo. Tais comunidades poderiam estar espalhadas e distantes entre si no espaço e no tempo, não sendo a melhor abordagem histórica tentar delimitar precisamente acerca de qual período e contexto os poemas teriam mais a dizer.¹⁵ Voltaremos à questão.

Antes, é preciso retornar à análise dos poemas. Para além das descrições de cantores até aqui apresentadas, outras são mais complexas, em virtude dos personagens que participam e da brevidade das passagens. Aquiles é descrito cantando os feitos gloriosos dos homens (*ἄειδῆ δ' ἄρα κλέα ἀνδρῶν*), acompanhado da lira enquanto Pátroclo o escuta (IX, vv.185-191). Apesar de esta ser uma das descrições mais explícitas da **Iliada** daquilo que tomamos como atividade do aedo, comparada somente à da cena da vinha no escudo de Aquiles, não parece ser seu objetivo simplesmente identificar o herói como um aedo típico. O termo *aedo* sequer é utilizado, possivelmente pela razão de Aquiles não ser um especialista da atividade, como no caso do cantor de Lino.¹⁶

Pagliari (1953, p. 7, 13) e Anderson (1979, p. 4) defendem se tratar da descrição de um amador, e não um aedo profissional, no que são seguidos por Jong (2006, p. 193-194) e Segal (2001, p. 114-115). Ford aponta que, apesar de existirem outros cantores, somente o profissional é chamado de

aedo, indicando a relevância da utilização do termo para assinalar os especialistas (FORD, 1992, p. 16). Para Ledbetter, contudo, não há dúvidas de que Aquiles aparece tocando a lira e cantando poesia épica. O papel de aedo tomado por Aquiles nessa cena não é nada figurativo, sendo mais literal que o de Odisseu como aedo na **Odisseia** entre os cantos IX e XII (LEDBETTER, 2003, p. 11-18).

Apesar aedo ser considerada uma ocupação altamente especializada por Redfield, ele argumenta que a cena em que Aquiles canta é uma marca da consciência autorreflexiva única que o personagem tem de si próprio, em que ele vira seu próprio poeta (REDFIELD, 1975, p. 36). Fontisi-Ducroux tem uma concepção semelhante acerca da consciência autorreflexiva presente na cena. A trama da **Ilíada** depende da ação (ou inação) de Aquiles. Ao se retirar do combate, ele pode tomar o lugar do aedo e cantar os feitos que ele pôs em movimento por sua escolha (FRONTISI-DUCROUX, 1986, p. 53).

Parece-nos, contudo, que a intenção da passagem é mais assinalar que, enquanto Aquiles não produz feitos gloriosos, ele os canta.¹⁷ Não obstante, mesmo produzindo esse efeito, temos aí um trecho que não deve ser negligenciado. Nele identificamos uma prática muito semelhante à do aedo ocorrendo em um contexto fora da casa de um rei ou nobre. Temos a aristocracia, mas não somente como audiência, e sim como praticante da ação. Tampouco – podemos dizer – se trata de uma *performance* de um bardo itinerante.

Outro conjunto é de difícil interpretação, em virtude dos personagens implicados nas descrições. Trata-se de duas passagens envolvendo Apolo, também na **Ilíada**. Na primeira, ele toca a lira e as Musas cantam alternadamente no banquete dos deuses (I, vv.601-604). Na segunda, Apolo simplesmente comparece com sua lira ao casamento de Peleu e Tétis (XXIV, vv.59-63). A primeira cena traz uma situação de banquete no Olimpo, um evento possivelmente cotidiano. Pode-se argumentar em favor de um tipo de *performance* recorrente em local privilegiado. A segunda cena fala da celebração do casamento, um evento isolado. Apolo pode estar lá como simples convidado ou exercendo a atividade de aedo, como temos na descrição análoga da celebração em Esparta. Não há nada na cena, entretanto, que argumente em favor da possibilidade de Apolo ser um aedo ligado à casa de Peleu. Há, sim, a sugestão de que ele demonstra frequentemente seus dotes musicais, possivelmente atuando como aedo nos banquetes e celebrações divinas, acompanhado ou não das Musas.

2. Problematicando a “miragem” do aedo homérico como um aedo de corte

A apresentamos o conjunto de todos aqueles que são descritos como aedos ou a eles podem ser comparados em virtude de determinadas atividades, características relacionadas à música e ao canto. Do conjunto, podemos retirar algumas conclusões. É forte a imagem que pode ser construída – principalmente sobre as análises das figuras e *performances* de Fêmio e Demôdoco – conectando o aedo e sua atividade à casa de um poderoso rei. Além dos dois citados, o aedo na casa de Menelau (aquele deixado junto de Clitemnestra) e os que iniciam o lamento por Heitor corroboram tal imagem, bem como Apolo em situações comemorativas e banquetes dos deuses. Até Tamires, um dos únicos indícios de aedos em trânsito, é descrito como tendo vindo de junto do rei da Ecália, onde ele possivelmente teria apresentado suas *performances*.

Das dez descrições (ou conjunto de descrições de Fêmio, Demôdoco e Apolo) presentes nos poemas, incluindo aí passagens de interpretação complexa, sete têm elementos que sugerem a atividade do aedo associada a uma casa aristocrática. Somente a descrição de Aquiles cantando para Pátroclo e a cena no escudo da *performance* do jovem na vinha, ambas da **Ilíada**, fogem completamente desse contexto.¹⁸ A descrição dos demiurgos por Eumeu não se enquadra necessariamente em nenhum dos polos.

Mais do que essa proporção, em que somente uma descrição em cada cinco cenas (ou conjuntos) ocorre absolutamente desassociada desses contextos, outro fator é fundamental: o fato de as descrições de Fêmio e Demôdoco serem as mais extensas e detalhadas, sugerindo uma sedutora leitura de que o aedo homérico “histórico” é um especialista associado à casa e à corte de um poderoso aristocrata local.

Murray é um dos que mantêm que a **Odisséia** expõe explicitamente que a arte do aedo profissional é apresentada através de *performances* em banquetes de heróis e, possivelmente, em eventos semelhantes a festivais, como na segunda canção de Demôdoco (MURRAY, 2008, p. 165-169). Semelhantemente, Segal argumenta que Demôdoco e Fêmio são elementos fixos da corte, tendo um lugar de respeito e deveres regulares (SEGAL, 2001, p. 115). Segal ainda tenta explicar as contradições com outros tipos de aedo, ao sugerir que o bardo ligado a um palácio reflete práticas micênicas ou do Período Obscuro, enquanto que o bardo itinerante, um demiurgo,

corresponde mais de perto às circunstâncias do tempo do poeta, na passagem do século VIII para o VII (SEGAL, 2001, p. 146), em uma posição semelhante à de Gentili (1988, p. 155-156).

Já Saïd descreve a poesia épica como um entretenimento aristocrático essencial, e o aedo como um servente ligado à corte (SAÏD, 2011, p. 126-127). Hunter e Rutherford, na introdução do livro **Wandering poets in ancient Greek culture**, também propõem algo nesse sentido. Mesmo os poetas estando incluídos na lista de Eumeu de profissionais itinerantes, eles não aparecem viajando (HUNTER; RUTHERFORD, 2009, p. 10). Dessa forma, a ligação do aedo com as casas nobres é frequentemente ressaltada.

Essa espécie de miragem é problemática por uma série de questões. Primeiramente, concordamos que o que temos diante de nós são expressões metapoéticas, ou aquilo por vezes chamado de *miseenabyme*.¹⁹ Em outras palavras, o que temos é a poesia homérica refletindo sobre o fazer poético. O problema está no passo seguinte: considerar que tal imagem, aparentemente homogênea e coerente, seja um reflexo de práticas sociais históricas.²⁰ Temos aqui nossa primeira dificuldade. Essa é a forma tradicional de interpretar os poemas historicamente, que criticamos aqui e em outras oportunidades.²¹ O problema dessa operação está na consideração dos poemas como depósitos ou reflexos de práticas sociais de períodos bem determinados e específicos.

Essa forma de interpretação é especialmente frequente entre estudiosos brasileiros que se desdobraram sobre o tema, ainda que as conclusões acerca das ambiguidades entre a itinerância e a ligação com as casas nobres sejam diversas. Gabrecht, por exemplo, considera que todos os aedos descritos por Homero são profissionais a serviço da aristocracia. A autora também considera os banquetes como os espaços propícios para a atuação do aedo do *período homérico*. Sua poesia servia para exaltar valores da nobreza e celebrar a moral heroica (GABRECHT, 2011, p. 88-89). Por sua vez, Werner faz considerações que partem de concepções metodológicas semelhantes, do ponto de vista histórico, no fim de seu estudo sobre a liberdade do aedo. Para ele, o episódio de Micenas ilustra o prestígio e a fragilidade da posição dos aedos na Grécia da *época homérica*, que ele definiu entre os séculos VIII e VII (WERNER, 2005, p. 179-180).

Já Moraes considera que as narrativas dos poetas homéricos são reminiscências autênticas das práticas dos aedos, ainda que limitadas pelas expectativas de uma aristocracia que restringia sua autonomia. Ele afirma

que as representações dos aedos sejam um amálgama da visão do que a aristocracia e os próprios aedos tinham sobre eles. O autor não se preocupa, contudo, assim como faz Gabrecht, em delimitar ou identificar qual seria o período histórico relacionado aos poemas (MORAES, 2011, p. 7-8).

Para o problema da itinerância dos aedos, também vista historicamente, Moraes sugere ser uma questão negligenciada, em particular porque as principais figuras dessa atividade, Fêmio e Demôdoco, são utilizadas para evidenciar a participação destes poetas nos ritos de comensalidade. A errância dos aedos é sugerida pelo autor por probabilidade: é provável que esse fosse um meio indispensável para ampliação de repertório. Em uma sociedade oral, era necessário entrar em contato para trocas de informação. O autor tira do episódio de Tamires não só a prática da errância dos aedos, como também a possibilidade de haver competições e espaços de interlocução (MORAES, 2009, p. 62-63). Apresentando como históricas práticas que sequer são descritas consistentemente nos poemas, o autor conclui que existe um duplo esforço que fundamenta a lógica da itinerância e a atividade dos aedos: a necessidade de consolidar uma identidade helênica que abranja várias comunidades, e um projeto de difusão dessa tradição, que visava ampliá-la ao espaço do Mediterrâneo. A itinerância dos bardos foi, para o autor, decisiva para difundir o helenismo, veicular informações e louvar a nobreza, ajudando também nos “inúmeros empreendimentos políticos e culturais conduzidos pela *aristocracia palaciana nos períodos Homérico e Arcaico gregos*”²² (MORAES, 2009, p. 70).

O problema desse tipo de interpretação é que ele tende a extrapolar significativamente o que os poemas têm a dizer, além de não apresentar qualquer tipo de fonte alternativa para se contrapor a eles. Há também uma tendência a não delimitar, ou mesmo, misturar contextos históricos diferentes, seja micênico (período dos palácios), seja homérico (este com demarcações particularmente fluidas, ou mesmo insuficientes), seja arcaico. O resultado é a utilização de descrições poéticas como instituições históricas, sem aventar possibilidades alternativas para o motivo das descrições e sem levar em consideração variantes importantes das formas tradicionais predominantes.²³

Na nossa concepção, não devemos derivar conclusões de uma leitura dos poemas que privilegie determinado elemento dos textos em detrimento de outros. Pelo contrário, buscamos na existência das variantes internas indício para propor um amplo alcance temporal e espacial da poesia oral hexamétrica grega. Tampouco consideramos as descrições dos poemas

como instituições e práticas sociais ou culturais indubitavelmente históricas, como Moraes o faz para o caso da itinerância dos aedos.

Não obstante essa discussão, a associação da maior parte das situações em que temos aedos descritos nos poemas, com algum tipo de situação relacionada a uma casa nobre, continua forte, o que não é isento de significados. No entanto, consideramos ser historicamente relevante pensar tal enfoque do ponto de vista do que chamamos de ideais épicos construídos, ou de formas tradicionais.²⁴

Antes, todavia, dedicaremos alguma atenção às outras dificuldades da abordagem que estamos criticando. A principal delas é a que diz respeito às variações apresentadas nos próprios poemas. Não podemos deixar de considerar que um quinto das descrições levantadas (número relacionado à quantidade de cenas, e não à proporção da extensão delas) não traz a associação dos aedos com as cortes dos nobres. Além disso, as leituras que criticamos desconsideram, em geral, a possibilidade de associações múltiplas, como sugerimos acima. Desconsideram também o próprio foco principal das tramas: o fato de concentrar a narrativa ao redor de heróis nobres orienta os poemas como um todo, assim como o faz para a relação dos aedos com audiências e localidades particulares.

Primeiramente, trataremos das variações. Como dissemos, um quinto das descrições levantadas não traz qualquer tipo de associação entre a *performance* do aedo e o contexto da casa de um nobre. Estamos lidando, neste momento, com duas cenas da **Ilíada**: a da vinha (XVIII, vv. 567-572) e a de Aquiles (IX, vv.185-191). O fato do uso do termo *aedo* não ser atestado em nenhuma das duas passagens pode ser relevante, indicando não serem especialistas em ação.²⁵ Aceitar somente esse argumento seria dizer o mesmo de Tamires, o que definitivamente não parece ser o caso, além de aceitar os aedos que cantam no lamento por Heitor como análogos perfeitos de Demôdoco e Fêmio. A especialização do trácio Tamires lhe deu confiança para dizer que ganharia das próprias Musas em uma competição de canto. O fim trágico do personagem, privado pelas próprias Musas do canto e da arte da cítara, não retira o peso de sua especialização na arte. Além disso, as cenas citadas descrevem a prática do aedo com um grau de detalhamento que não é equiparado a nenhum outro ponto desse poema, nem mesmo na passagem de Tamires. O que nos leva a outro problema: ambas estão presentes na **Ilíada**. Estaríamos diante de uma variação específica, sequer reconhecida pela **Odisseia**?

Tais questionamentos são importantes, mas não relativizam a relevância de uma informação apresentada pelas passagens: existem variações nas formas de transmissão poéticas, uma delas com material de conteúdo definitivamente épico.²⁶ Tais variações ocorrem, nesse caso, do ponto de vista dos tipos de aedos, especialistas ou não, fora de um contexto de casas reais e nobres. Talvez não sejam as cenas mais representativas dos poemas, mas são relevantes para estabelecer ideais épicos de transmissão de determinados conteúdos por meio do canto acompanhado geralmente pela lira, tal como é a prática do aedo. Pelas diferenças que apontamos, será que uma coisa pode ser separada da outra? Ou nos deparamos com variações das concepções épicas acerca da figura e da prática do aedo? Acreditamos tratar-se da segunda opção.

Outra variação importante por nós levantada diz respeito à mobilidade, a qual conta com material apresentado por ambos os poemas, ainda que de extensão reduzida. O trecho sobre Tamires e as reflexões de Eumeu sobre os demiurgos representam um tipo de aedo não necessariamente associado a uma mesma localidade. Essas passagens trazem uma dimensão da possibilidade de mobilidade que as distancia profundamente dos exemplos mais extensos providos pelas descrições de Fêmio e Demôdoco. Como no caso anteriormente apresentado – do afastamento completo de contextos relacionados a casas nobres –, defendemos que também aqui temos a constituição de uma forma de variação das concepções épicas relacionadas ao aedo e a sua prática.

De maneira semelhante, propomos, por fim, outras alternativas à associação dos aedos à casa de um nobre ou rei poderoso: a comunidade, para o caso de Demôdoco e dos aedos nos lamentos por Heitor; a grupos como os pretendentes, para o caso de Fêmio; a indivíduos, como Agamêmnon ou Clitemnestra, para o caso do aedo deixado em Micenas. Esses mantêm certa duplicidade entre a forma variante e a predominante. Na já retomada cena da vinha, não há nenhum tipo de duplicidade. Se algum tipo de associação pode ser estabelecido com o jovem fazendo o papel de cantor, é com a comunidade.

Para todas essas variações, o que temos são informações relevantes, que indicam múltiplas possibilidades de compreender nos poemas a figura e a prática do aedo. Entretanto, elas podem ser acusadas de representar uma parcela pequena diante da esmagadora predominância de outro tipo de informação, que, de fato, apresenta o aedo estavelmente associado à casa de um rei ou nobre. O que propomos aqui é que essa predominância tem uma explicação simples de ser formulada. Ela se deve ao próprio foco dos dois

poemas discutidos. Em outras palavras, elas ocorrem em virtude do tipo de trama principal e do tipo de personagens envolvidos.

A predominância de um tipo específico de *performances* de aedos, relativamente homogêneas, ocorre à medida que o poema que mais as explora, a **Odisseia**, frequentemente coloca seus protagonistas em cenários semelhantes. A **Odisseia** é repleta de cenas em cortes e, em três delas, Ítaca, Esparta e Esquéria, temos a descrição de aedos em plena atividade. Por si só esse é um elemento relevante. Ele indica que existe uma forte ligação entre tais contextos, casas de nobres poderosos e aedos. A **Ilíada**, um poema em que tais contextos são menos explorados, tem, em primeiro lugar, uma quantidade muito menor de descrições de aedos ou *performances* de tipos semelhantes. Mas, mesmo assim, deixa transparecer que reconhece a situação que a **Odisseia** estabelece com muito mais força, ao sugerir essa relação na cena dos lamentos por Heitor com um canto fúnebre conduzido por aedos (XXIV, vv.719-722). Isso indica a força de uma concepção poética acerca do cantor, um ideal épico que estabelece a seguinte relação: aedos são figuras recorrentes nas casas de homens poderosos.

Entretanto, no restante do conjunto de informações que coletamos, e mesmo entre as passagens que consideramos predominantes, temos indícios de outras formas de associação de aedos. Os poemas nos apresentam essas formas, a despeito da orientação de seu enfoque. Mesmo mantendo fielmente a contextualização principal, dão um jeito de salientar que o ideal, ou melhor, ideais épicos e formas tradicionais que transportam, não são homogêneos. No caso do aedo, o foco dos poemas pode sugerir um tipo predominante, associado à corte, mas vimos indícios de variações. A sua associação pode ser com a comunidade ou com um grupo, ao passo que outros momentos sugerem que sequer sua estabilidade em uma única localidade é garantida.

A miragem de um tipo homogêneo de aedo cai por terra diante da variedade das evidências. Ainda que aparecendo em menos oportunidades – o que se explica pela questão do foco narrativo –, as variações se intrometem e é importante avaliá-las. Não devemos tomá-las por simples mistura de práticas sociais de períodos diferentes e elementos fictícios. Parece-nos mais útil encará-las como formas tradicionais, ideais épicos controlados por mecanismos poéticos e dessa forma transportados. O embate entre uma forma predominante e variações desse ideal pode indicar uma oposição deliberada entre polos diferenciados de concepções acerca do aedo, com preferência para um posicionamento específico. Pode também, alternativamente, ser somente uma imposição de focos

narrativos dos poemas. Ou, ainda, pode ser a apresentação de formas concorrentes de ideais que convivem lado a lado. A despeito dessas possibilidades, o que temos é uma constatação na poesia de sua própria abrangência, como um meio que atinge possíveis contextos diferentes que avaliam características da sociedade épica dos poemas de maneiras variadas. Além disso, ao mesmo tempo que algumas formas são reconhecidas e aceitas como relativas a essa sociedade épica, outras formas, que também seriam possíveis, são deixadas de lado. Limites são traçados, determinados tanto pela língua da poesia quanto pelo conteúdo e pelas formas sociais apresentadas.

Vimos que a figura dos aedos pode ser abordada por uma variedade de ângulos. É importante ressaltar a variedade, para que tenhamos em mente evitar o procedimento metodológico falho de tomar os poemas e sua sociedade como reflexos diretos de contextos e instituições históricas relativos a determinados momentos da história grega. Uma leitura que prioriza as formas predominantes de qualquer que seja o elemento estudado, tende a ser seduzida por tal procedimento. O objetivo aqui é a contraposição a essas leituras que, defendemos, homogeneizam determinados aspectos dos poemas e dão origem a interpretações históricas equivocadas e reducionistas.

Consideramos que as formas variantes também se submetem ao mesmo controle e regulação da tradição, sendo, portanto, ideais épicos assim como os exemplares mais consistentemente ressaltados. Isso se deve, novamente defendemos, à tendência de os poemas trazerem de maneira mais abrangente possível, dentro dos parâmetros considerados tradicionalmente aceitáveis, as especificidades de seu conteúdo.

A relevância histórica desses conteúdos transmitidos ocorre por transportar, por meio de um mecanismo que integra comunidades separadas pelo tempo e pelo espaço, formas particulares de encarar aquilo que se considerava um passado compartilhado culturalmente. Os poemas como mecanismos identitários de ideais, valores e outros conteúdos por eles transportados, deixam abertas fronteiras culturais para todas as comunidades que neles reconhecem uma forma de transmissão do seu passado. Ao mesmo tempo, fecham essas mesmas fronteiras para as comunidades que não os reconhecem dessa forma. Definimos tais elementos a partir da aceitação dos seguintes critérios como as bases da tradição da poesia oral épica hexamétrica grega: a língua; a métrica; a oralidade; o conteúdo (aceitação de um passado heroico/mitológico compartilhado e sua sociedade interna, dentro das variações aceitas).

Os poemas, portanto, como testemunhos dessa tradição oral de transmissão de conteúdos,²⁷ deveriam ser reconhecidos por comunidades diferentes em contextos diferentes, e por isso existe certa margem de manobra que, mesmo quando se demonstra assertivamente qual é o ideal épico predominante de determinado elemento, aceita-se a existência de variantes. Certamente, esse parece ser o caso na descrição dos aedos.

Documentação escrita

LOURENÇO, F. **Odisseia**. Lisboa: Cotovia, 2003.

_____. **Iliada**. Lisboa: Cotovia, 2005.

MONRO, D. B.; ALLEN, T. W. **Homeri Opera**. Oxford: Clarendon Press, 1920.

MUELLER, M. **The Iliad**. London: Bristol Classic Press, 2009.

MURRAY, A. T. **Iliad**. V. II. Cambridge & London: Harvard University Press, 1999.

VIEIRA, T. **Odisseia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

WEST, M. L. **Ilias**. V. II. München & Leipzig: Bibliotheca Teubneriana, 2000.

Referências bibliográficas

ANDERSON, W. D. What song the sirens sang: problems and conjectures in Ancient Greek Music. **Royal Musical Association Research Chronicle**, n. 15, p. 1-16, 1979.

_____. **Music and musicians in ancient Greece**. Ithaca: Cornell University Press, 1995.

BILES, Z. Peril's of song in Homer's Odyssey. **Phoenix**, v. 57, n. 3/4, p. 191-208, 2003.

BRILLANTE, C. Le muse di Thamyris. **Studi Classici e Orientali**, v. 41, p. 429-453, 1991.

DOUGHERTY, C. **The raft of Odysseus the ethnographic imagination of Homer's Odyssey**. Oxford: OUP, 2001.

FORD, A. **Homer: the poetry of the past**. Cornell: CUP, 1992.

_____. Epic as Genre. In: MORRIS, I; POWELL, B. (Eds.) **A new companion to Homer**. Leiden: Brill, 1997, p. 398-414.

_____. Singers. In: FINKELBERG, M. **The homer encyclopedia**. V. 3. Oxford: Wiley Blackwell, p. 804, 2011.

FRONTISI-DUCROUX, F. **La cithared'Achille**. Rome: Edizioni dell' Ateneo, 1986.

GABRECHT, A. A atuação do aedo nos banquetes homéricos. **Caminhos da História**, v. 7, n. 1, p. 83-02, 2011.

GENTILI, B. **Poetry and its Public in Ancient Greece**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.

GRETHLEIN, J. Homer and heroic history. In: MARINCOLA, J. et al. (Org.) **Greek notions of the past in the Archaic and Classical eras: history without historians**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

GRIMAL, P. **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HUNTER, R., RUTHERFORD, I. **Wandering poets in Ancient Greek Culture**. Cambridge: CUP, 2009.

JONG, I. de. The Homeric Narrator and his own kleos. **Mnemosyne**, v. 59, fasc. 2, p. 188-207, 2006.

LEDBETTER, G. **Poetics before Plato: interpretation and authority in early Greece**. Princeton: PUP, 2003.

MARK, S. **Homeric seafaring**. Austin: University of Texas Press, 2005.

MASLOV, B. The semantics of *áoidós* and related compounds: towards a historical poetics of solo performances in Archaic Greece. **Classical Antiquity**, v. 28, n. 1, p. 1-38, 2009.

MONTIGLIO, S. **Wandering in ancient Greek Culture**. Chicago: UCP, 2005.

MORAES, A. S. O valor da fala inspirada de poetas e adivinhos na poesia homérica: os méritos da memória. **Revista de História Comparada**, v. 5, p. 6-21, 2011.

_____. Os sentidos da itinerância dos aedos gregos. **Phoïnix**, v. 15, n. 2, p. 62-73, 2009.

_____. **O ofício de Homero**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

MURRAY, O. The Odyssey as performance poetry. In: REVERMANN, M., WILSON, P. (Eds.) **Performance, iconography, reception: studies in honour of Oliver Taplin**. Oxford: OUP, 2008, p. 161-176.

OLIVEIRA, Gustavo J. D. Histórias de Homero: um balanço das propostas de datação dos poemas homéricos. **Revista História e Cultura**, v. 1, n. 2, p. 126-147, 2012.

_____. **Tradição épica, circulação da informação e integração cultural nos poemas homéricos**. Tese de Doutorado. São Paulo: PPG-HS/FFLCH, 2015.

- OLSON, S. D. **Blood and iron: stories and storytelling in Homer's Odyssey.** Leiden: Brill, 1995.
- PAGE, D. L. The mystery of the minstrel at the court of Agamemnon. **Studi classici in onoredi Quintino Cataudella**, v. I, p.127-131, 1972.
- PAGLIARO, A. **Saggi di critica semantica.** Messina-Firenze: Casa Editrice G. D' Anna, 1953.
- PANCHENKO, D. V. Aoidosaner, Aegisthus and Clytemnestra (Od. 3.263–272). **Hyperboreus**, v.2, fasc. 2, p. 178–8, 1996.
- REDFIELD, J. **Nature and culture in the Iliad: the tragedy of Hector.** Chicago: UCP, 1975.
- REVERMANN, M. The Text of the Iliad 18.603-606 and the presence of an *aïodos* on the Shield of Achilles. **The Classical Quarterly**, v. 48, n. 1, p. 29-38, 1998.
- RINOV, Y. “Miseen abyme” and tragic signification in the “Odyssey”: the three sings of Demodocus. **Mnemosyne**, v. 59, fasc. 2, p. 208-225, 2006.
- ROSA, A. S. O aedo nos poemas homéricos. **Revista eletrônica Antiguidade Clássica**, n. 1, p. 6-16, 2008.
- SAÏD, S. **Homer and the Odyssey.** Oxford: OUP, 2011.
- SCODEL, R. Bardic Performances and oral tradition in Homer. **The American Journal of Philology**, v. 119, n. 2, p. 171-194, 1998.
- _____. **Listening to Homer: tradition, narrative and Audience.** Michigan: UMP, 2002.
- SCULLY, S. The bard as custodiam of Homeric society: Odyssey 3, 263-272. **Quaderni Urbinati di Cultura Classica**, n. 8, p. 67-83, 1981.
- SEGAL, Ch. **Singers, heroes, and gods in the Odyssey.** Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- SOUZA, M. M. **Os aspectos poético-musicais nas obras de Homero: métrica, ritmo e performance (séc. VIII a. C.).** Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012.
- STEPHENS, S. A. Linus song. **Hermathena**, v. 173/174, p. 13-28, 2002/2003.
- THALMANN, W. G. **Conventions of form and thought in early greek epic.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984.
- WALSH, G. B. **The varieties of enchantment: early greek views of the nature and fuctions of poetry.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1984.
- WEES, H. v. **Status warrior: war, violence and society in Homer and History.** Amsterdam: J. C. Gieben, 1992.

WERNER, C. A liberdade restrita do aedo homérico. **Estudos literários**, v. 6, n. 11, p. 171-181, 2005.

WEST, M. L. **The making of the Odyssey**. Oxford: OUP, 2014.

WILSON, P. Thamyris the Thracian: the archetypal wandering poet? In: HUNTER, R.; RUTHERFORD, I. **Wandering poets in Ancient Greek culture**. Cambridge: CUP, 2009, p. 46-79.

Notas

¹ A despeito das dificuldades relacionadas ao fato de o termo *aedo* não ser utilizado para este personagem, argumentaremos em favor da atribuição.

² No decorrer deste artigo, utilizaremos como padrão de citação dos cantos, números romanos em letras capitais para a **Iliada** e, em minúsculas, para a **Odisseia**.

³ A maior parte dos outros aedos apresentados toca uma lira (*φάρμυξ*).

⁴ Pode ser que o termo não seja usado por não se tratar de um especialista, mas de uma prática casual. Essa é a posição de Ford (2011, p. 804). Em outra oportunidade, o autor ressalta a inspiração divina como delimitação de uma classe de cantores profissionais (FORD, 1997, p. 403). Ver também Anderson (1995, p. 24). Contudo, como discutiremos, vale notar que o termo tampouco é utilizado para se referir a Tamires, que parece se tratar de um especialista.

⁵ Trajano Vieira (2011) apresenta uma tradução variante, em que Médon é identificado como o aedo. Apesar de a leitura ser possível no grego, parece-nos um malabarismo desnecessário, uma vez que Médon é consistentemente estabelecido como arauto. Fêmio é mais de uma vez associado aos pretendentes, e a passagem, sem dúvida, se refere a ele, apesar de não o nomear.

⁶ O ponto é observado por Page (1972, p. 128), Thalmann (1984, p. 131), Scodel (2002, p. 46, 176-177) e por Pagliaro, que defende que o arauto tenha buscado Demódoco para realizar um serviço, uma vez que o demiurgo não teria necessariamente vínculo com a corte (PAGLIARO, 1953, p. 14).

⁷ Para Stephens, Lino era designação para um tipo de canção antes de a figura do próprio Lino ganhar uma história. A autora apresenta um levantamento de várias narrativas em autores antigos que falam de Lino, em geral conformando com o padrão básico de alguém que morre cedo e que provê o pretexto para uma canção de lamento (STEPHENS, 2002/2003, p. 16-17).

⁸ Todas as traduções apresentadas da **Iliada** e da **Odisseia** são de Frederico Lourenço (2003; 2005). As citações em grego são referentes à edição de Monro e Allen (1920).

⁹ A passagem é suficiente, entretanto, para evidenciar que o termo *aedo* não era utilizado somente para denominar cantores de poesia épica, pois se trata de uma cena de lamento. Para outras especificidades da cena, ver Maslov (MASLOV, 2009, p. 6).

¹⁰ Existe uma variação textual, atestada por Ateneu (para a discussão e referências, ver Revermann, 1998), de que os versos 604-605 da **Iliada** seriam substituídos por um par de versos que estão presentes nesta cena da **Odisseia** (IV, 17-18) e que identificam a presença de um aedo. Apesar de nenhum manuscrito que temos atestar a variante na **Iliada**, ela é reconhecida em nota por West (2000, p. 198) e Murray (1999, p. 332). Para uma defesa da manutenção dessa leitura variante, ver Pagliaro (1953, p. 21-25). Revermann considera a solução de Ateneu insuficiente, afirmando que, com as informações que temos, a passagem pode ser considerada apenas lacunar (REVERMANN, 1998, p. 35-38).

¹¹ Para análises da cena, ver Panchenko, que afirma que a passagem é uma invenção de Homero (PANCHENKO, 1996, p. 178-182), e Page, que defende que a passagem provavelmente seja oriunda de uma história tradicional, não sendo invenção de Homero (PAGE, 1972, p. 128-130). Ver Scully (1981), Scodel (1998), Biles (2003) e Werner (2005) para interpretações da passagem.

¹² Para um levantamento acerca de Tamires em outras fontes, ver Brillante (1991, p. 433-435).

¹³ Êurito é, segundo a tradição, o rei da Ecália. Ver Grimal (2000, p. 160-161).

¹⁴ Ver Wilson (2009, p. 47-5) e Brillante (1991, p. 429-430) para a discussão sobre a localização dos lugares apresentados na passagem e a indicação do possível escopo da errância de Tamires.

¹⁵ Exploramos esta posição com maior detalhe em outras oportunidades. Ver Oliveira (2012; 2015).

¹⁶ Ver nota 4.

¹⁷ Esta é a opinião de Thalmann (1984, p. 177) e Mueller (2009, p. 49).

¹⁸ Mantivemos na relação as passagens que indicam mais de um tipo de associação possível, como os aedos nas lamentações por Heitor e a segunda *performance* de Demôdoco. Apesar de esta ocorrer na ágora e diante de uma comunidade mais ampla, mantém sua associação com os convivas do banquete de Alcínoo. Essa escolha se justifica, pois o contexto de corte continua presente como possibilidade em ambas as situações, mesmo diante das possíveis associações diversas.

¹⁹ Para uma breve apresentação do conceito, ver Grethlein, em especial as notas 5 e 22 (GRETHLEIN, 2012, p. 15; 20-21), e Rinov (2006, p. 209).

²⁰ Concordamos com Ford, que assinala que a descrição dos aedos homéricos pode ser uma mistura de práticas de períodos diversos e ficção (FORD, 2011, p. 804), mas consideramos tal formulação por si só insuficiente. Para a opinião contrária à

de Ford, ver Gentili (1988, p. 155-156) e, mais recentemente, West (2014, p. 46). Pagliaro propõe que as figuras de Fêmio e Demôdoco não devam ser consideradas como reais, mas fruto de uma adaptação da experiência real do cantor à imagem deste mundo entre a realidade e o mito, elaborado e composto pela tradição (PAGLIARO, 1953, p. 18).

²¹ Ver Oliveira (2012; 2015).

²² Grifo nosso.

²³ Para outros exemplos de procedimentos metodológicos semelhantes, ver Rosa (2008), Souza (2012, p. 93-103) e Moraes (2012).

²⁴ Quando falamos em ideais épicos, ou formas tradicionais, estamos lidando com a transmissão de conteúdos específicos por meio da poesia épica. São formas compartilhadas de pensar e ver o mundo, aplicadas ao que se considerava ser o passado heroico e mitológico. Tais formas e conteúdos são controlados poeticamente, não sendo forçosamente reflexos de contextos históricos reais. A sociedade apresentada nos poemas mostra maneiras, não necessariamente homogêneas, de pensar uma sociedade que se acreditava fazer parte de um passado heroico/mitológico. O conteúdo transmitido diz respeito a concepções de como essa sociedade deveria se configurar e comportar. Utilizamos o termo *ideais* não no sentido de *elemento almejado*, mas como *categoria de pensamento*. O ideal é *épico* no sentido de mostrar as maneiras aceitas de apresentar e pensar o passado heroico/mitológico por meio do veículo particular da poesia oral épica hexamétrica grega, em oposição a maneiras ligadas a outros tipos de veículo.

²⁵ Ver nota 4.

²⁶ A saber, a canção executada por Aquiles, que trata das *κλέα ἀνδρῶν*.

²⁷ Temos plena consciência de que esta posição depende da aceitação de determinados pressupostos acerca das características das condições de composição poética oral, e do alcance espacial e temporal desta tradição, questões que não teremos espaço para tratar aqui. Para uma discussão detalhada do problema, ver Oliveira (2015, p. 39-137).

PENSANDO E “DESPENSANDO” A CIDADE GREGA*

*José Antonio Dabdab Trabulsi***

Resumo:

Este trabalho analisa a obra de construção e desconstrução do modelo grego da pólis enquanto conceito central de explicação da história da Grécia antiga, tomando dois autores paradigmáticos em relação a esse percurso: Gustave Glotz e Kostas Vlassopoulos.

Palavras-chave: cidade grega; pólis; Glotz; Vlassopoulos; historiografia.

THINKING AND “UNTHINKING” THE GREEK PÓLIS

Abstract: This work tries to examine the construction and the critic of the greek concept of pólis as the central concept in the study of ancient Greece, specially through the works of two major authors in this respect: Gustave Glotz and Kostas Vlassopoulos.

Keywords: greek city-State; pólis; Glotz; Vlassopoulos; historiography.

Um grande esforço de renovação dos estudos sobre a Grécia antiga está em curso, e um ponto central desse esforço é o debate em torno da *pólis*. Tomaremos aqui, como pontos de referência para discutir a questão, dois marcos que considero fundamentais: um do início, da construção do conceito, e outro recente, do esforço de desconstruir o mesmo modelo.

Em 1928, Gustave Glotz publicava o livro que se tornaria a sua obra mais famosa, verdadeiro emblema de toda uma área de estudos, livro desde então continuamente reeditado: **La cite grecque** (GLOTZ, 1988). Trata-se de uma síntese erudita, mas a erudição é só um instrumento, e o objetivo

* Recebido em: 20/12/2015 e aceito em 18/02/2016.

** Professor titular de História Antiga da Universidade Federal de Minas Gerais.

final é uma argumentação muito bem encaminhada – o que explica o seu sucesso em todo o mundo. A “cidade grega”, segundo Glotz, é, sobretudo, uma cidade ateniense e democrática. Esparta tem pouco espaço, uma imagem ruim e sempre o papel errado em matéria de política externa. A cidade grega do autor é, igualmente, dos *includos* em sentido estrito: metecos e escravos não ocupam espaço, a não ser externo (eles não fazem parte estrutural do sistema). A cidade grega, segundo Glotz, tem muitos defeitos, mas ela é o próprio núcleo do helenismo, que é um modelo de civilização superior aos outros (e muitas vezes superior até aos modernos, numa visão do que os franceses chamam *Antiquisants*). Glotz é certamente o autor mais lido e mais discutido, o mais influente da primeira metade do século XX.

Os principais aspectos gerais de sua abordagem são a “fragmentação” da Grécia, “razão profunda de todas as suas grandezas e de todas as suas fraquezas” (p. 8-10), uma crítica à visão de Fustel de Coulanges quanto aos círculos concêntricos (família, tribo, Estado) que teriam constituído a cidade grega, e uma defesa intransigente do ponto de vista segundo o qual o poder da cidade e a liberdade individual estiveram em equilíbrio, progrediram juntos, “marcharam de mãos dadas”, se quisermos adotar aqui a célebre expressão de Moses Finley (FINLEY, 1984) acerca de outro aspecto da história grega. O livro, publicado em 1928, é marcado pelo cansaço dos europeus em relação à guerra e pelo sentimento de desproporção entre o que estava em jogo e o custo exorbitante da guerra de 1914-1918: “A história da Grécia antiga é apenas um tecido de guerras mesquinhas e cruéis, nas quais todos os furores de que é capaz o patriotismo se desencadearam pela conquista” de coisas mesquinhas (p. 39). Ora, a guerra antiga era, ainda mais do que a guerra moderna, uma questão econômica, um meio evidente (e talvez único) de enriquecimento rápido. Segundo ele, “muitas tentativas foram feitas para remediar a fragmentação, inserir as cidades em quadros mais amplos. Mas isso exigia a renúncia a uma parte da soberania; elas sempre foram barradas por uma repugnância intransponível” (p. 39). O efeito disso é que “este particularismo estreito e ciumento expunha a raça inteira a ameaças que ela nem sempre foi capaz de conjurar” (p. 40). Um liberal como Glotz não é capaz de aceitar a recusa dos gregos em abandonar o exercício direto da soberania em nome de um ideal maior. Sobretudo em 1928, quando toda a opinião “esclarecida” da Europa apostava ainda no sucesso da SDN (Sociedade das Nações). Mas ele é um grande historiador, que sabe reconhecer também os aspectos positivos do particularismo, como a variedade de formas políticas e

culturais, a emulação entre essas diversas experiências, o recurso a todas as energias dos gregos, o que é inteligente e raro na época.

Escrevendo antes da decifração do Linear B, Glotz começa sua periodização com a “cidade homérica”, que é para ele uma monarquia patriarcal onde vê nascer e crescer o regime aristocrático (p. 69) e onde se pode até discernir, mas em estado puramente embrionário, um elemento de democracia (p. 69). Mas ainda falta aparecer o voto. Vemos que a “cidade homérica” de Glotz é uma cidade grega em potência, uma espécie de Atenas clássica virtual. Glotz explica então a oligarquia (p. 71-108) como a forma geral pela qual todas as cidades passaram e na qual muitas permaneceram. Esparta aparece como o tipo ideal desse modelo. Glotz insiste mais nos defeitos do regime, com argumentos tirados de Heródoto e Aristóteles, e no movimento que imprime à história grega, há um ponto de chegada, que é a democracia clássica. De certa maneira, tudo que vem antes a prepara; portanto, tem sua razão de ser.

Em seguida, ele explica a tirania, dizendo que o tirano desempenhou um papel histórico importante enquanto “demagogo” que liderou os pobres contra os ricos, o chefe que a multidão seguiu cegamente (p. 118). Vemos que tudo o que leva à democracia tem sua razão de ser, até a tirania. Significativamente, reúne os dois temas num mesmo capítulo (capítulo IV, “O nascimento da democracia e a tirania”, p. 109-125). Vemos também que muitos termos tirados das lutas da sociedade industrial europeia do seu tempo, como “luta de classes”, “classes laboriosas”, etc., são por ele utilizados. Essa malha de leitura contemporânea (de Glotz) é perceptível em vários pontos. Por exemplo, ainda em relação aos tiranos: “Assim, querendo proteger de todas as maneiras a indústria, o comércio e a navegação, os tiranos se interessaram pela *haussmanização* de sua capital” (p. 123), o que é um meio indireto de reforçar a analogia entre a democracia grega e a república francesa, pois ele assimila aqui a preocupação com o desenvolvimento material, porém acompanhado de injustiça social e de falta de liberdade política – situações que se encontrariam na tirania grega assim como no Segundo Império Francês, época da modernização de Paris (também os tiranos transformaram urbanisticamente a cidade de Atenas!).

Em várias partes do livro, vemos voltar a obsessão em relação à unidade grega. Glotz explica, por exemplo, o medo que os tiranos tinham da guerra e sua política de aliança através de casamentos, e diz que “se o regime da tirania pudesse ter durado, quem sabe, talvez ele pudesse ter rompido a estreita autonomia das cidades e levado a Grécia, senão até à unidade, pelo

menos a uma espécie de federalismo” (p. 124). Que eu saiba, Glotz é o único a ter levado a obsessão pela unidade a ponto de levar essa “esperança” até a ação dos tiranos gregos... Mas a tirania não teve esse tempo.

A segunda parte da obra (p. 127 *sq.*) é dedicada à cidade democrática. Vemos desde o início uma escolha muito clara do modelo ateniense em oposição ao espartano, o primeiro sendo considerado como o futuro e o segundo como o passado (p. 130). Glotz volta a Sólon, que teria feito “uma ‘revolução mitigada’, estabelecendo entre as suas medidas o ‘habeas corpus’ do cidadão ateniense” (p. 132). “Prudente e provisória no aspecto político, mas ousada e definitiva no aspecto social, a reforma de Sólon marca o surgimento da democracia” (p. 133). Glotz se alinha aqui à visão exagerada, confundindo liberdades cívicas e democracia numa perspectiva liberal moderna. As leis políticas de Clístenes virão completar as leis civis de Sólon. A maneira como ele agencia a sua explicação passa a ideia de uma continuidade perfeita entre Sólon, Pisístrato e Clístenes, num movimento de “inevitabilidade democrática”, uma forma de teleologia.

Depois das guerras médicas, o desenvolvimento contínuo do comércio e da indústria, e a abundância de riqueza mobiliária provocaram “um alargamento contínuo da democracia, um deslocamento progressivo do centro de gravidade em direção à massa dos produtores e dos marinheiros” (p. 136). Chega então a figura providencial de Péricles: “Péricles, o sobrinho-neto de Clístenes, juntava a uma inteligência genial, uma eloquência, uma autoridade, uma habilidade no manejo dos homens, que lhe permitiram servir o povo dominando-o” (p. 137). É o encontro entre a leitura de Tucídides e as opiniões políticas do cidadão Glotz em relação à necessidade de servir o povo, mas o povo conduzido.

Glotz entra na estrutura social da democracia ateniense, e o que prevalece, segundo ele, é o equilíbrio. Na época de Péricles, “a vida política de Atenas mostra um equilíbrio perfeito entre os direitos do indivíduo e o poder público” (p. 140). Ele logo lembra que o sistema representativo não existia e teria sido considerado como uma restrição oligárquica da *isegoria*. Além disso, “orgulhosos de serem cidadãos livres, os atenienses são ainda mais orgulhosos de serem cidadãos iguais” (p. 140). Liberdade, igualdade... Atenas se configura como uma espécie de França da Antiguidade. E a fraternidade, terceiro elemento da tríade republicana, aparece sob a forma da justiça social. A igualdade política para se manter, afirma Glotz, precisa reduzir constantemente as desigualdades sociais. Sem isso, uma democracia

não sobrevive. Mas, “com um chefe como Péricles, Atenas conseguiu realizar uma obra admirável de solidariedade e preservação social” (p. 142). E isso sem pisotear os direitos e os interesses dos ricos, ou seja, sem abolição de dívidas, sem partilha de terra, mas com a mistoforia, as clerúquias, as grandes obras públicas, o pão a baixo custo. No V século, o equilíbrio é mantido: “o povo é rei, ele ainda não é tirano” (p. 145).

Vemos de novo aparecerem as convicções do cidadão Glotz, quando ele diz que “antes dos últimos anos do V século, não se observa que a liberdade tivesse degenerado em anarquia ou em indisciplina (...) quanto ao sentimento da igualdade, ele não era levado até à negação das superioridades intelectuais”, e “essa concepção toma um sentido político: para que a Grécia comande os bárbaros, como ela deve fazer, é preciso que na Grécia uma cidade esteja à frente das outras, e que nessa cidade um homem esteja à frente do povo. Para chegar ao seu destino, a democracia ateniense se submeteu à ditadura moral do gênio” (p. 152). Temos aqui uma bela definição transposta daquilo que se chamou na história da França contemporânea de “elitismo republicano”, forjado durante a III República (1875-1940). O paralelismo se torna explícito quando ele diz: “liberdade, igualdade, era propriamente a divisa dos atenienses; eles acrescentaram a fraternidade, sob o nome de filantropia” (p. 153). Não falta mais nada, a analogia fica completa.

Liberalismo e republicanismo se combinam em Glotz e, de acordo com os temas, prevalecem alternativamente. No seu comentário da Oração Fúnebre, ele estima que o elogio de Atenas “não deforma” a realidade: “o que merece a nossa atenção são os desenvolvimentos sobre as relações entre o Estado e o indivíduo. Vemos ali máximas acerca das quais se diria que elas inspiraram a Declaração dos Direitos do Homem. A liberdade política é apenas a consequência da liberdade da qual desfrutam todos os cidadãos na sua vida privada. Onde então se encontra essa opressão que lhes importaria, segundo um preconceito demasiado difundido, a onipotência da cidade?” (p. 155). Glotz tem razão nesse debate que nunca termina. M. Hansen (HANSEN, 2001, p. 55-77) tem ainda a mesma opinião, e eu também. Glotz se afasta assim da oposição liberal entre antigos e modernos. Mas há um momento em que o equilíbrio é rompido: “chegam as gerações de atenienses que não ouvirão mais falar em oligarquia, e levarão o princípio democrático até as suas consequências extremas, que serão dominadas por interesses egoístas e puramente materiais” (p.163). Vemos aqui o lado liberal de Glotz: a democracia deve permanecer política e não se estender à economia.

Outro campo importante, a política externa: “Atenas seguiu no V século uma política externa que não foi desprovida de grandeza; ela criou o mais belo império marítimo que a Antiguidade conheceu” (p. 175). Glotz, cidadão de um país com um grande império colonial na África e na Ásia, está longe de condenar as práticas imperiais. O patriotismo é ainda um valor inquestionável nessa Europa onde o espírito “ancien combattant”, herdado dos sofrimentos da guerra, era muito forte.

Quanto aos aspectos relativos à lei, ele reconhece que havia certa confusão entre lei e decreto, mas relativiza isso, lembrando que os modernos, que inventaram o decreto-lei, não possuem muita legitimidade para criticar os antigos quanto a isso. Aliás, Glotz é claramente um “antiquisant”, além de ser um historiador da Antiguidade, ou seja, alguém para quem a comparação entre o mundo antigo e o mundo moderno resulta, na maioria das vezes, em vantagem para o mundo antigo. E o maior mérito do sistema, segundo ele, era o de promover a educação política permanente dos cidadãos, pois a política não era “a simples obrigação de depositar um voto na urna em longos intervalos de tempo” (p.187). Glotz se mostra um republicano (mais do que um liberal) nessa abordagem positiva da participação cidadã como pedagogia. Isso o leva a indicar como efeitos do sistema uma lucidez coletiva superior e uma Atenas que se aproximou da perfeição no tempo de Péricles. Infelizmente, adianta ele, tudo isso vai mudar no IV século, quando não vigorará mais a primazia do interesse geral, mas do interesse particular.

Acerca da escolha dos magistrados, Glotz assinala que nenhum cidadão é excluído das honras, quaisquer que sejam seu nascimento e fortuna. A única superioridade que se admitia era a do mérito e do esclarecimento, de tal forma que a República pudesse ser governada por uma aristocracia, mas sob o consentimento do povo. Tal era, segundo ele, o ideal do regime e, sem dúvida, o regime ideal. Temos ainda aqui o ideal francês moderno do “elitismo republicano”, caro à III República francesa, e que Glotz reencontrava na Atenas democrática do V século. Em todos esses temas, ele é um verdadeiro “pedagogo” da democracia grega, mesmo quando não aprova totalmente suas práticas.

Um tema ao qual Glotz não podia escapar era a escravidão. Ele dedica três páginas (em 400) ao assunto, em que afirma a liberalidade do tratamento dado aos escravos em Atenas (maior mobilidade espacial, possibilidade de serem confundidos com os livres na rua, além de protegidos pela lei das punições excessivas, etc.). Para Glotz, a liberalidade e a filantropia

ateniense começaram a solapar as bases da escravidão. Ou seja, democracia e escravidão são contraditórias, um resultado da contingência, da história dos gregos, e não complementares, como dirão autores posteriores a ele.

Sobre a vida social em geral, as cidades gregas (e Atenas) são apresentadas como acolhedoras aos estrangeiros, até propiciando-lhes casamentos (mulheres de outras cidades) e, durante muito tempo, os maiores chefes da cidade tiveram mães estrangeiras. “Foi assim até que a prosperidade comercial do Pireu e o poder do império marítimo garantiram ao título de cidadão grandes vantagens. Então, o povo achou mais prático restringir o número de beneficiários” (p. 277). Atenas, benigna para os escravos e acolhedora aos estrangeiros.

Sobre as concessões de cidadania ateniense, individuais ou coletivas, ele diz que “inaugurava-se assim uma política que teria transformado completamente a confederação ateniense e talvez mudado o curso da história, se, ao invés de ter sido ditada no último instante por uma situação desesperada, ela tivesse sido adotada mais cedo e aplicada amplamente” (p. 279). É preciso que Glotz tivesse realmente muita vontade de que isso tivesse acontecido para imaginar tal desfecho, tendo em vista a quantidade ínfima de concessões de cidadania ateniense. Isso mostra também o orgulho integracionista do francês republicano com a “France terre d’accueil”, elemento importante da ideologia da III República. O erro dos atenienses foi o de não se abrirem às outras cidades, como farão mais tarde os romanos, “enfim, da mesma forma que a França, vencida em 1815, deixou o Código de Napoleão aos seus vencedores, Atenas (...)” (p. 292). Essa missão civilizadora que justifica a dominação é obviamente para uso de um país colonizador – como a França da época de Glotz.

Chegamos assim à terceira parte do livro, “A cidade em declínio” (p. 301 *sq.*), em que todo o IV século é apresentado como decadente. Como sinais dessa decadência, Glotz apresenta atitudes que sempre tinham existido na Grécia, como o concubinato, as hetairas, o conselho de só ter um filho, dentre outras. Sua análise é especialmente frágil nesse ponto, pois se vê obrigado a multiplicar as nuances e exceções – o que é necessário à sua análise. Entretanto, é obrigado a superinterpretar as fontes, vendo sinais de “crise” no aumento da população urbana, enquanto isso é claramente um sinal de enriquecimento coletivo. E ele ignora simplesmente os dados, dizendo que agora não se cuida mais de embelezar a cidade (p. 310), quando sabemos pela arqueologia que o IV século construiu muito mais

do que o V século. Ainda quanto a isso, Glotz estima que as melhorias nas residências privadas são um sinal de declínio, quando antes os gregos construíam templos, o que é, de sua parte, uma escolha puramente ideológica. Construir templos e representar deuses é melhor do que construir teatros e representar humanos. Isso é para ele a história de um declínio. Mas é o individualismo que o preocupa mais: “o individualismo invasor não deixará em pé nada do que foram as concepções que tinham feito a força da cidade; ele chega a legitimar a soberania de um tirano ou monarca e fazer entrever o triunfo do cosmopolitismo” (p. 316). O cosmopolitismo aparece como oposto à *pólis*, e não como uma extensão do seu ideal. Outro problema será o poder do dinheiro, “que se estende e corrompe as consciências”. Nenhuma profissão escapa às garras do capitalismo, da crematística. Aqui também vemos uma transposição da crítica do poder do dinheiro, na tradição do republicanismo francês.

A democracia, de certa forma, sai de controle: “levados pela lógica dos princípios e das paixões, uma parte dos democratas chegou a desejar a igualdade completa, o nivelamento brutal” (p. 327), num clima de “luta de classes”. Dizendo isso em 1928, Glotz tem claramente em mente o fantasma do bolchevismo, que atormentava a Europa liberal de então. Toda essa passagem sobre a “luta de classes” é extremamente reveladora das suas posições, entre a crítica dos excessos do capitalismo e a crítica da ameaça comunista. Após um retrato sangrento dos conflitos sociais, com confiscações, violências e partilhas de terra, ele considera que “o que há de mais grave no IV século, para o regime da cidade, é que o espírito de partido se coloca acima do patriotismo” (p. 333), e cita vários episódios de recurso a estrangeiros nos conflitos internos, o que, obviamente, é um grande exagero, pois isso sempre existiu na política das cidades gregas, tanto antes quanto depois do IV século. “Patriotismo” aparece como valor supremo enquanto “cosmopolitismo” tinha aparecido como acepção negativa. E quando diz que “o que é pior ainda é a solidariedade de partidos de cidade a cidade”, que “não cria apenas laços morais, mas tende à supressão das fronteiras” (p. 334), o que está por trás é o temor da internacional comunista muito claramente.

A expressão mais presente nesta parte do livro é: “era então tarde demais”. O IV século é para ele marcado pela “decadência”, pelo “declínio”, e, em todos os campos, “era tarde demais”. Isso tem em vista preparar a explicação para a derrota diante de Felipe. Mas o fracasso diante dos macedônios é um fato de contingência, assim como tinha sido a vitória

sobre os persas no início do V século. Uma das razões principais da derrota é a falta de unidade política da Grécia, e a vontade de unidade em Glotz é tão grande, que ele dedica seu último capítulo à “Unificação política” (p. 359 *sq.*), o que é propriamente incrível, pois ela obviamente não aconteceu... Como a queda para Filipe vai marcar para ele o fim da cidade grega, vai se aproximando o final do livro, e a hora é propícia aos balanços.

É, então, com uma espécie de esperança nostálgica retrospectiva que Glotz aborda aquilo que poderia ter salvado os gregos, como as ligas e federações. Mas isso não chegou a tempo, e “a vitória de Felipe em Queroneia e a formação de uma liga pan-helênica em Corinto marcam uma época na história do mundo: elas dão uma data precisa a esse grande acontecimento, o fim da cidade grega” (p. 389). Ocasião para o autor criticar a avaliação positiva feita pelos alemães acerca dessa conquista militar vinda do norte, e a escolha da historiografia alemã de Felipe contra Demóstenes (símbolo dessa “república dos advogados” que seria a França da III República).

A “cidade grega” de Glotz é, como podemos constatar, ateniense e, sobretudo, democrática. É a cidade dos “incluídos” em sentido estrito. Metecos e escravos só têm nela um lugar exterior, não fazem parte estrutural do sistema. Esparta tem pouco espaço, uma imagem ruim, e, sempre, o papel de vilão em política externa. Essa cidade grega tem muitos defeitos, mas ela é o próprio núcleo do helenismo, que é um modelo de civilização superior aos outros, e até aos modernos, numa visão “antiquizante”. Glotz propõe com este livro uma síntese erudita onde a erudição é apenas um instrumento. Donde o seu sucesso imenso e duradouro.

Tomemos agora nosso outro marco: o da crítica atual do modelo da “cidade grega” tal como se delineou na obra clássica de Glotz e se desdobrou nas obras de muitos historiadores do século XX. Vários são os autores que trabalham no reexame da questão da *pólis* e da história grega (ROBINSON, 2011; BROK, 2000; OBER, 2008). Tomemos aqui como parâmetro talvez aquele que seja o nome mais significativo desse momento: Kostas Vlassopoulos, que foi professor associado de história grega na University of Nottingham, antes de retornar à Grécia. O livro que o lançou no panorama internacional foi sua tese de doutorado, **Unthinking the Greek pólis. Ancient Greek History beyond Eurocentrism** (VLASSOPOULOS, 2007). Em 2010, publicou **Politics: Antiquity and its legacy** (VLASSOPOULOS, 2010) e, em 2013, **Greeks and Barbarians** (VLASSOPOULOS, 2013). Em três livros (e muitos artigos), ele se afirma

como um dos principais nomes do esforço de renovação dos estudos sobre a Grécia antiga e sobre a Antiguidade em geral.

Na obra já famosa de 2007, Vlassopoulos mostra como a moderna historiografia escreveu a história grega de uma perspectiva eurocêntrica, como parte da história do Ocidente. Na falta de uma unidade, de um Estado unificado, de uma mesma forma de sociedade, economia ou cultura, foi a *pólis* que serviu de ponto central para uma história nacional. O objetivo de Vlassopoulos foi justamente reexaminar as polaridades criadas por esse modelo entre gregos e orientais, entre as economias antigas e modernas, e muitas outras. Seu objetivo ao “despensar” a *pólis* foi tornar possível a emergência de outra visão sobre a história grega.

Desde a introdução, verificamos que seu objetivo é o de fornecer uma história grega para uma época pós-nacionalista, para uma era de globalização: “O argumento central desta obra é que o estudo moderno da história grega tem sido fundamentalmente moldado pelas perspectivas do ocidentalismo/eurocentrismo. Podemos facilmente apontar vários aspectos-chave” (p. 2), e ele explica que a história grega é sempre tratada como parte da história do Ocidente ou da Europa, e não como parte da história do Mediterrâneo. Ela se torna parte de uma cadeia que começa no Oriente Próximo, passa sucessivamente para a Grécia, para Roma, antes de se dirigir à Idade Média e ao moderno mundo ocidental. O contexto mediterrânico é irrelevante no sentido de que deixa de existir no momento em que a tocha passa para outras mãos em direção à civilização ocidental. O conceito de cidade-Estado foi um instrumento do eurocentrismo: “O conceito que serviu para abarcar e preencher todas essas necessidades da história eurocêntrica foi o conceito de *pólis*, a cidade-Estado grega” (p. 4). Segundo o autor, foi esse conceito que serviu para diferenciar os gregos como estando na origem da liberdade e da democracia, por oposição às monarquias orientais e aos despotismos. Na falta de unidade nacional, a *pólis* serviu como equivalente, como pequenas réplicas e como meio de homogeneização dessa história. “Ela podia também servir idealmente o esquema eurocêntrico de evolução histórica: a *pólis* podia ser retratada como a forma histórica que emergiu, prosperou e finalmente declinou, passando o cetro para novas formas que emergiram, tais como as monarquias helenísticas e o império romano” (p. 4). Mudar tudo isso é o objetivo de Vlassopoulos. Para ele, é possível ultrapassar as histórias nacionais através de histórias das interações e interdependência entre várias comunidades e grupos, e assim ultrapassar a teleologia do

que ele chama “A Grande narrativa eurocêntrica” (p. 10). Sua alternativa visa salvar as periferias, os subalternos e os marginais do que ele chama “a enorme condescendência da posteridade”, retomando a bela expressão de E. P. Thompson, e isso sem cair no risco da “história em migalhas”, que ele recusa com a mesma veemência. E o autor pensa que a história grega é um campo muito propício para essa mudança de perspectiva justamente pelo fato de ter sido desprovida de um centro dominador, de ter sido constituída de comunidades espalhadas, de ter entrado em conexão com uma variedade incrível de outras comunidades e formas culturais. A história grega é a prova de que “a história tem importância” (p. 10) e que ela é o melhor meio de desconstruir esquemas preconcebidos. Seu livro se apresenta como um saudável exercício iconoclasta – mas o desafio é imenso, é claro.

A primeira tarefa que Vlassopoulos se impõe é a de delinear uma arqueologia dos discursos (capítulo 1, p. 13-67), com o objetivo de sair do que chama de “ditadura” da *pólis*. Sustenta que se tornou quase obrigatório abordar a história grega através do conceito de *pólis*, um procedimento “natural”, mas vai tentar mostrar que isso, na verdade, é uma tendência relativamente recente. Toca no ponto dos pressupostos da história da historiografia sobre os gregos. Mostra que a abordagem da *pólis* depende de várias premissas meta-históricas, como a colocação da história grega na europeia, uma filosofia da história evolucionista ou progressiva, uma metodologia da história funcionalista ou mecanicista, decisões sobre qual é a extensão da história grega, dos gêneros de narrativa. Para isso, Vlassopoulos define seis períodos do estudo da história grega antiga: 1. relatos dos antigos gregos acerca de sua história; 2. do Renascimento à Revolução Francesa; 3. da Revolução Francesa aos anos 1860; 4. dos anos 1860 à Segunda Guerra Mundial; 5. a formação da moderna ortodoxia no pós-guerra; 6. abordagens alternativas desde a década de 1980.

O autor realiza esse estudo das etapas assim definidas com uma clareza, uma informação e inteligência raras, que fazem dessa parte do livro a melhor introdução recente que conheço para o estudo das etapas da historiografia sobre a Grécia antiga. Dessa profunda análise, ele tira seu objetivo, que é o de afirmar a necessidade de outra história dos gregos. E o que poderia ser feito? E defende três etapas: uma é voltar aos gregos, em especial a Aristóteles, e estudar a maneira como eles próprios viam sua história – só isso já ofereceria uma ótima alternativa. A segunda seria aprofundar uma crítica argumentada da presente ortodoxia e do seu tratamento da *pólis*

como uma entidade que se manifesta no Orientalismo, no eurocentrismo. E, finalmente, delinear uma abordagem alternativa em termos do que ele chama (inspirado em Braudel) um “*système-monde*” (p. 67).

No segundo capítulo, então, Vlassopoulos estuda os discursos antigos sobre a *pólis* (p. 68-84). Em especial, argumenta que os historiadores modernos deveriam levar mais a sério as categorias de análise de Aristóteles. Para ele, não se trata de descartar as noções modernas nem de cair no velho discurso de que tudo começou com os gregos, mas sim de utilizar os conceitos antigos para superar os limites dos conceitos modernos e chegar a uma melhor compreensão do passado. Defende uma visão sobre Aristóteles que concebe a *pólis* como uma comunidade (e, portanto, não apenas os cidadãos, e menos ainda, apenas os cidadãos ativos), e como uma comunidade qualquer, grega ou não grega. Ele pensa até que, para Aristóteles, uma autonomia (a independência em relação aos estrangeiros) não era condição necessária para definir a *pólis*. A *pólis* é uma comunidade humana, onde quer que ela se encontre.

Para Vlassopoulos, a concepção aristotélica de *koinôniai* nos permite ver a *pólis* não como uma entidade com limites estritos, mas como um aglomerado de uma variedade de associações e relações, que vão das margens, como associações de mercadores ou mercenários, até um pequeno núcleo, como uma associação de culto local. Essas *koinôniai* possuem seus próprios objetivos, temporalidades e configurações espaciais. O conceito aristotélico das partes nos permite ver as necessidades de produção e reprodução de uma comunidade humana na sua totalidade e inter-relações, e não enquanto níveis distintos e segregados como na separação moderna entre sociedade, economia e Estado. Isso tudo resulta numa abordagem muito mais diversificada da *pólis* do que a visão predominante que ele denuncia.

Na segunda parte do livro (“Rethinking the contexts. The *pólis* as na entity: a critique”, p. 97-141), o autor desenvolve um programa muito ambicioso de, praticamente, refundar a história grega a partir de critérios que superem os critérios habituais de oposição entre Ocidente e Oriente, entre aspectos internos e externos, entre os níveis econômico, social e estatal – ou, pelo menos, de fixar os princípios fundamentais para que a escrita de uma nova história dos gregos se torne possível. A primeira frente de luta, segundo Vlassopoulos, seria a questão do Orientalismo. No capítulo 4, “East and West, Greece and the East: the *pólis* vs Oriental despotism”, p. 101-122, um caso de especial interesse é o da Atenas pós-clássica. O

argumento de que Atenas permaneceu sendo uma democracia até o período romano levanta a questão mais ampla das lutas políticas da vasta maioria das comunidades gregas que tiveram que lidar com contínuas interferências e com subordinação a poderes externos, e isso desde a época arcaica. O que significa ser uma democracia, quando se está sob a autoridade de um poder externo muito maior? Isso foi uma questão vital para a grande maioria dos gregos em todos os períodos de sua história.

Na realidade, toda comunidade consiste numa variedade de grupos com diversas ambições, meios e capacidades. De forma a satisfazer essas ambições e usar os meios e as capacidades, esses vários grupos participam da política, ou seja, de processos, práticas, instituições, debates e lutas. Mas o teatro disso não é dado de antemão: ao invés de pensar em termos do mítico Estado soberano, na verdade as políticas participam sempre de sistemas mundiais de poder ou de formações imperiais (p. 120). Com certeza, uma parte de tal concepção deriva da personalidade do autor, um cidadão europeu, um grego estudando e trabalhando na Inglaterra. Mas o livro antecede a grande crise das instituições europeias desencadeadas pela crise de 2007 e a situação de humilhação na qual a Grécia foi colocada pela União Europeia, com a Alemanha à frente. Seria interessante especular se a posição do autor, notoriamente de esquerda, seria exatamente a mesma hoje, pelo menos em relação a este ponto do Estado-nação.

Outro aspecto da desconstrução operada por Vlassopoulos no modelo dominante de história grega gira em torno da oposição entre a cidade dos consumidores antiga *vs* a realidade medieval e moderna (capítulo 5, p. 123-141). Ele critica fortemente o modelo da “cidade dos consumidores”, elaborado e difundido por J. Hasebroek (1928) e M. Finley (1973) nos quadros de um pensamento eurocêntrico, em torno do nascimento do capitalismo e da expansão europeia. Isso prepara o caminho para o passo seguinte, que é a fase de reconstrução do seu livro.

A parte III, “Beyond the pólis: the pólis as part of a ‘système-monde’” (p. 143-240), tem um tom claramente distinto das anteriores. O autor passa da crítica à proposição. Sua postura, entretanto, não é a de propor uma alternativa pronta ao modelo que ele desconstruiu, mas sim pistas de análise. Ele diz que não se trata de falta de vontade, mas da impossibilidade, no estado atual da pesquisa em história antiga, de propor outro modelo completo e bem delineado. Defende também que um novo quadro analítico e metodológico deverá ser construído, para que esse novo modelo possa

emergir, e isso só se fará com um constante diálogo com outras disciplinas, como a história da Europa moderna, a teoria dos sistemas-mundo, os estudos pós-coloniais e a teoria política. E isso sem copiar os modelos e procedimentos dessas áreas, mas dialogar com elas para criar os novos paradigmas da história antiga. Para isso, delinea pistas em três tempos. O ponto de partida seria trocar a noção de “world-system”, pela noção braudeliana de “système-monde”, mais restrita e operacional, no sentido de que não precisa abarcar o mundo inteiro ou grande parte dele, mas pode servir para analisar “mundos” menores, como o Egeu, ou relativamente amplos, como o Mediterrâneo. E os três caminhos seriam: a) que a *pólis* é parte de um sistema mais amplo; b) que existe uma multiplicidade de níveis espaciais e temporais coexistindo dentro desse sistema; c) que as *pólis* devem ser estudadas dentro do “ambiente” criado por esse sistema em seus múltiplos níveis.

O caminho para essa proposta começa com o capítulo 6 (“The *pólis* as a unit of analysis: *poleis* and *koinôniai*”, p. 147-155). Sua constatação aqui é que “a *pólis* não pode ser tomada como a única unidade de análise para a história grega. As *pólis* gregas sempre foram, mas em vários graus e maneiras, partes de um mundo mais amplo”, que precisa ser conceituado. As *pólis* gregas formaram vários tipos de sociedade, incluindo elementos muito variáveis, muitas delas incluindo muito mais gente do que apenas a comunidade dos cidadãos” (p. 155). Em seguida, ele aborda a questão do espaço (capítulo 7, “*Pólis* and space”, p. 156-189). Aqui começa, de fato, a parte mais propositiva do livro, com uma série de temáticas, como a variedade dos territórios das *pólis*, a questão das *pólis* e networks (redes) em relação com o agenciamento dos espaços, a temática regional (*pólis* e regiões), e uma mais vasta ainda, *pólis* e o “système-monde”, os movimentos de bens, de pessoas, de ideias e de tecnologias. Mais do que um relato global explicativo, temos aqui pistas, exemplos isolados muito promissores para futuras análises, mas que não formam ainda uma visão ou um modelo alternativo. O autor volta sempre a criticar o antigo modelo: “As abordagens modernas da história grega oscilam entre duas atitudes que eu considero como igualmente problemáticas. Uma delas é tomar a história ateniense, sua sociedade, economia e cultura como equivalentes à história grega, sua sociedade, economia e cultura. A abordagem centrada na *pólis* teve um papel fundamental quanto a isso. Atenas fornece um bom exemplo da ascensão, auge e declínio da *pólis* (...) o que combina bem com as periodizações habituais em história. Atenas se tornou uma democracia, e

então sua história combina bem com o relato teleológico do desenvolvimento da democracia desde a monarquia, passando pela aristocracia e pela tirania; isso também permite a muito comum identificação entre *pólis* e democracia, com a exclusão das várias experiências oligárquicas que constituem a regra na história grega. Atenas foi um poder independente e perdeu sua autonomia apenas na época helenística, o que ajuda a equacionar os conceitos de *pólis* e autonomia; ao mesmo tempo, Atenas foi um centro político, econômico e cultural, o que reforça a ideia de que *pólis* tinha a sua própria economia, política, sociedade e cultura, e deixa de lado os processos e centros mais amplos nos quais a ampla maioria das *póleis* eram constantemente dependentes” (p. 186). Isso teve consequências negativas, impedindo o surgimento de ferramentas metodológicas e analíticas para entender a variedade de culturas gregas e suas formas de ligação e interação. A história grega foi então escrita enquanto história nacional, separada das outras histórias nacionais do Mediterrâneo, como a egípcia ou a persa. Até os que se preocupavam com interações, só concebiam essas interações como relações entre sistemas nacionais fechados e autônomos. E ele tenta abrir um novo caminho: “Em conclusão: a abordagem em termos de sistemas-mundo pode nos permitir desvendar uma nova história grega, levando em conta a totalidade de comunidades gregas e inserir a história grega na história mais ampla do Mediterrâneo e do Mar Negro” (p. 189). Evidentemente, isso dependerá de um trabalho coletivo muito longo, eu diria a obra de toda uma geração de historiadores, para dar corpo a isso tudo.

Essa postura continua se desdobrando nos capítulos finais, como no capítulo 8 (“Poleis and polities”, p. 190-202), onde ele defende uma vez mais que a “*pólis* solitária” não é mais defensável, propondo abandonar a velha explicação segundo a qual *póleis*, *ethnê*, *koina* e comunidades não gregas eram vistas numa espécie de sucessão evolucionista, com as formas mais modernas substituindo as mais antigas. Por outro lado, ele propõe que se deixe totalmente de lado a relação entre *pólis* e autonomia, defendendo o ponto de vista que o vasto trabalho do Copenhagen Pólis Center demonstrou: que a autonomia, no sentido de independência política nas relações externas, nunca foi parte integrante do conceito grego de *pólis*, nem em termos teóricos, nem em termos práticos. Ele explica que os gregos nunca falavam de autonomia quando queriam definir o cerne da noção de *pólis* e nunca hesitaram em chamar de *pólis* comunidades que eram evidentemente incapazes de ter uma política externa independente. O

que Vlassopoulos propõe me parece ser o fim da *pólis* do Estado-nação e o início da *pólis* da mundialização (e da União Europeia, com as soberanias nacionais limitadas por mil fatores). Podemos nos perguntar se a troca de paradigma só apresenta vantagens?

Último elemento da nova proposta: a relação entre *pólis* e tempo (capítulo 9, “Pólis and time”, p. 203-220). Aqui também a visão eurocêntrica é contestada: “A construção da história grega como um campo dentro de uma perspectiva eurocêntrica teve um duplo efeito. Por um lado, a incorporação da história grega numa metanarrativa eurocêntrica necessitava a construção de uma história grega como uma entidade com início, auge e fim; ela necessitava de uma narrativa nacional homogênea; por outro lado, a história grega existia como uma entidade apenas da perspectiva de como ela funcionava como um estágio na evolução do ocidente” (p. 203). “Podemos chamar essa perspectiva uma visão do tempo por um túnel.” A ideia é a de uma trajetória linear movendo-se diretamente para a modernidade. “É a imagem de um trem (um verdadeiro *Orient Express* na verdade) que passa por várias estações, enquanto vai adiante para chegar à modernidade (vindo da Mesopotâmia para a Grécia, para Roma, para a Itália medieval, para a Holanda, para a Inglaterra industrial, etc.). As estações não têm importância em si, são desprovidas de história própria: sua única função é receber e facilitar a passagem do trem em progresso para a modernidade” (p. 203-204). As estações são deixadas aos especialistas, como uma história paroquial – sem sentido, fora do caminho do trem. A imagem dessa visão da história enquanto um “Orient Express” é genial, embora tivesse valido a pena destacar que se trata de uma viagem de volta.

Uma das grandes dificuldades dessa nova história que o autor defende é a questão da narração. Enquanto o relato eurocêntrico da história era linear e podia ser facilmente apresentado em termos narrativos, o novo que ele propõe é policêntrico, não linear, e mais difícil de apresentar em termos narrativos. O que fazer? Abandonar o projeto narrativo em história? Ele propõe que o historiador da Antiguidade fique atento aos debates acerca disso nas outras áreas da história, nas quais a questão vem sendo discutida há mais tempo.

Tudo isso se combina numa proposta muito simples e global, que é o abandono da noção de *pólis* como elemento-chave não só da periodização, mas do próprio estudo da história dos gregos antigos. Ele chega assim a seu último capítulo (capítulo 10, “Towards new masternarratives of Greek

history?”, p. 221-240), no qual se interroga sobre como seria possível fugir do modelo anterior. Os caminhos que propõe são os seguintes: um retorno a Aristóteles; levar a sério os historiadores gregos antigos, seus conceitos e suas análises; a arqueologia, que permite estudar os casos desprovidos de fontes escritas (narrativas); a numismática, que é muito boa para estabelecer conexões entre cidades; estudar Atenas para além da elite dos homens cidadãos; estudar Atenas de forma comparativa (por exemplo, em relação a Veneza, Amsterdam, Esmirna, Marselha, etc.). Ele propõe (p. 229) uma nova forma de história narrativa: não mais uma história da Grécia nem uma história dos gregos, e sim uma história dos gregos e da Grécia num conjunto de relações entre eles e com os outros, o que chama de uma história das *koinaipraxeis*. No que se refere à narração, defende um retorno à narração à moda antiga, ao relato de viagem, e até aos diálogos reconstruídos (à maneira de Tucídides e outros historiadores antigos). Em todo caso, ele estima necessário um retorno à narrativa em história.

Vemos que o livro de Vlassopoulos é, no essencial, uma desconstrução da *pólis*, sua parte propositiva se limitando a pistas (boas, sem dúvida, em parte já exploradas ou em exploração por vários outros autores – que ele cita, aliás, sempre de forma pertinente). Em outros aspectos, em especial suas propostas sobre a narratividade, ele parece mais original e, em algumas das suas ideias, bastante polêmico. A questão seria a de avaliar se a história que propõe, uma vez feita pelo conjunto de toda uma geração de historiadores (pois isso não demoraria menos do que uns trinta anos), não resultaria numa diluição ainda maior do “conteúdo grego”, se ela não faria ainda mais diminuir o espaço dos estudos antigos na cultura contemporânea. Talvez, quem sabe, isso seja inevitável com qualquer modelo – os fatores externos sendo muito mais poderosos do que a maneira como a história grega ou a história antiga é feita.

De qualquer forma, a história grega de Vlassopoulos é para um mundo em transformação, um mundo de enfraquecimento do Estado-nação, da Europa e do Ocidente (no longo prazo, é claro), num conjunto muito mais vasto e, quem sabe (possamos esperar), mais equilibrado e mais igualitário. Sua história é útil e importante, e por isso atrai e continuará atraindo muita atenção e muito debate. Acerca dela, poderíamos concluir retomando o famoso adágio de B. Croce, segundo o qual “toda história é história contemporânea”. A história grega de Vlassopoulos tem esse grande mérito de ser contemporânea do seu próprio tempo. Não é pouca coisa.

Referências bibliográficas

- BROCK, R., HODKINSON, S. (Orgs.) **Alternatives to Athens**. Varieties of Political Organization and community in Ancient Greece. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FINLEY, M. **L'économie antique**. Paris: Minuit, 1975 [1973].
- _____. **Économie et société en Grèce ancienne**. Paris: La Découverte, 1984.
- GERNET, L. **Anthropologie de la Grèce antique**. Paris: Maspero, 1968.
- GLOTZ, G. **L'ordalie dans la Grèce antique**. Paris: Fontemoing, 1904.
- _____. **La solidarité de la famille dans le droit criminel en Grèce**. New York: Arno Press, 1973 [Paris, 1904b].
- _____. **Le travail dans la Grèce ancienne**. Paris: Felix Alcan, 1920.
- _____. **Histoire grecque**. Paris: PUF, 1948 [1926], 2 v.
- _____. **La cité grecque**. Paris: Albin Michel, 1988 [1928].
- HANSEN, M. **Pólis et cité-État**. Un concept antique et son équivalent moderne. Paris: Les Belles Lettres, 2001.
- HUMPHREYS, S. **Anthropology and the Greeks**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- HASEBROEK, J. **Trade and politics in Ancient Greece**. New York: Biblio & Tannen, 1965 [1928].
- MAYEUR, J.-M. **La vie politique sous la Troisième République**. Paris: Seuil, 1984.
- NICOLET, C. **L'idée républicaine en France**. Paris: Gallimard, 1982.
- OBER, J. **Democracy and knowledge**. Innovation and learning in classical Athens. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- ROBINSON, E. **Democracy beyond Athens**. Popular government in the Greek Classical Age. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- VERNANT, J.-P. **Mythe et pensée chez les Grecs**. Paris: Maspero, 1965.
- VLASSOPOULOS, K. **Unthinking the Greek pólis**. Ancient Greek history beyond Eurocentrism. Cambridge: Cambridge University Press, 2011 [2007].
- _____. **Politics: Antiquity and its legacy**. Londres: I.B. Tauris, 2010.
- _____. **Greeks and Barbarians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

LO FEMENINO EN LA LITERATURA ATENIENSE DEL PERÍODO CLÁSICO. *SUPPLICANTES* DE ESQUILO: LA MUJER-RUISEÑOR^{1*}

María del Pilar Fernández Deagustini^{**}

Resumen:

Suplicantes de Esquilo pone en escena una coyuntura común a toda mujer ateniense de la época clásica: la transición de la niñez a la madurez a través del ritual del casamiento, un acontecimiento único en la vida femenina, que implica el pasaje abrupto hacia una nueva vida, en una familia ajena. **Suplicantes** no propone la representación de un modelo ideal: las Danaides no sólo escapan de su tierra y de sus parientes, también huyen de la ideología de la sumisión, constituyendo uno de los paradigmas de la transgresión femenina en el teatro griego clásico. Examinamos este aspecto a partir de la interpretación filológico-literaria de una de las odas trágicas (776-823). El análisis se sustenta en la relación entre tragedia y poesía lírica arcaica, según las líneas de investigación propuestas por Calame (1977) y Swift (2010).

Palabras clave: femenino; **Suplicantes**; Esquilo; lírica; ruiсеñor.

THE FEMININE IN ATHENIAN LITERATURE OF CLASSICAL PERIOD. AESCHYLUS' *SUPPLICES*: THE NIGHTINGALE-WOMAN

Abstract: *Aeschylus' Supplices* dramatizes an ordinary circumstance for any Athenian woman of the classic period: the transition from childhood to maturity through the ritual of marriage, a unique event across women's life,

* Recebido em: 01/03/2016 e aceito em: 02/05/2016.

** Doutora em Letras (UNLP), chefe de trabalhos práticos na área de grego da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata e Becária Pós-doutoral do CONICET. Atualmente integra o projeto de investigação "Recepción y apropiación de Homero en la Literatura Griega Clásica" (UNLP), dirigido pela Dra. Graciela Zecchin.

that means an abrupt change to a new life, within a foreign family. **Supplices** does not propose the performance of an ideal model: the Danaids not only escape from their land and their kinship, they also avoid the ideology of submission, becoming one of the paradigms of feminine transgression in Greek classical theatre. We examine this aspect starting from the philological and literary interpretation of one of the tragic odes (776-823). The analysis is based on the link between tragedy and archaic lyric poetry, according to the lines of research proposed by Calame (1977) and Swift (2010).

Keywords: feminine; **Supplices**; Aeschylus; lyric; nightingale.

Y si algún nativo que entiende el canto y vuelo de las aves se encuentra cerca, cuando escuche mi lastimoso lamento creará escuchar la voz de la esposa de Tereo, de lastimosa sabiduría, la de un ruiseñor perseguido por un halcón, porque lamenta su nuevo destino sobre los ríos verdeamarillentos, después de haber sido expulsado de su morada, y compone el hado de su hijo, un canto que cuenta cómo fue destruido por su propia mano asesina, tras encontrarse con una cólera que no es propia de una madre.

Así también yo, interesada en lamentarme a la manera jonía, desgarro la delicada mejilla quemada por el sol y el aire del Nilo y mi corazón profuso en lágrimas.

(ESQUILO. **Suplicantes**, vv. 58-67).²

Lo femenino en **Suplicantes** de Esquilo

En **Suplicantes** de Esquilo, lo femenino es un objeto de análisis insoslayable e intrincado. En primer lugar, resulta un lugar común la discusión acerca del rol protagónico del coro, que representa a cincuenta mujeres, las hijas de Dánao.³ En segundo lugar, la cuestión genérica se complica y confunde, en el caso particular de esta obra, con otras entidades igualmente problemáticas: por un lado, su condición de extranjeras; por el otro, la de **Suplicantes**,⁴ ya que las Danaides solicitan asilo en una tierra foránea para huir de las bodas con sus primos.

Nuestro objetivo consiste en desenredar la compleja naturaleza de las protagonistas de la tragedia, que son tres veces marginales y, por lo tanto, tres veces débiles (extranjeras, **Suplicantes** y vírgenes), haciendo hincapié

en su condición de género, dado que **Suplicantes** pone en escena una coyuntura común a toda mujer ateniense de la época clásica:⁵ el tránsito de la niñez a la madurez a través de la ceremonia del casamiento. La universalidad y normalidad del cumplimiento de la boda no altera el hecho de que sea concebido como un acontecimiento único para la joven, ya que se trata del pasaje abrupto hacia una nueva vida, en una familia ajena.

El caso que el mito de las Danaides pone en escena resulta un ejemplo más de la transgresión femenina en el teatro. Las jóvenes se rebelan contra el modelo ideal escapando de Egipto y de sus primos, pero también de la ideología de la sumisión, del perfil de la “esposa-abeja” (LESSA, 2011, p. 144).⁶ Sus acciones vulneran todos los límites: por un lado, porque abandonan el espacio privado y hacen de su conflicto un asunto público;⁷ por el otro, porque pretenden realizar una acción que se insinúa como violenta, escogiendo la muerte antes que la boda.⁸

El matrimonio como tema de la obra

A pesar de los debates y de las dificultades para reconstruir la trilogía trágica a la que habría pertenecido **Suplicantes**,⁹ resulta un acuerdo general entre los estudiosos el hecho de que uno de sus temas centrales es el matrimonio.¹⁰ Sin embargo, los motivos de las Danaides para rechazar a sus pretendientes, los hijos de su tío Egipto, nunca son precisados con claridad.¹¹ Existe gran cantidad de bibliografía acerca de esta polémica que divide a la crítica entre quienes sostienen que las Danaides rechazan la boda con sus primos en particular y quienes piensan que se resisten al matrimonio en general. Quienes opinan que se trata de un rechazo genérico al varón, suponen ver en las Danaides una variante del prototipo amazónico.¹² Si bien ha habido varios intentos de interpretación por vía psicoanalítica,¹³ han surgido estudios mejor sustentados en la realidad social griega de la época, como los trabajos de Benveniste (1949) Thomson (1971) y Marcurdy (1944), que analizan el entramado de relaciones jurídicas relativas al matrimonio en la Atenas contemporánea.¹⁴

Sin embargo, la interpretación más razonable es que las Danaides se resisten al acoso violento y la unión forzada con unos pretendientes no deseados.¹⁵ Sin duda, el texto conservado muestra que las jóvenes abominan a los hijos de Egipto y la idea de ser forzadas a casarse contra su voluntad (AESCH. **Supp.**, vv. 39, 227-228), pues insisten en caracterizar la conduc-

ta de sus primos como ὄβρις (AESCH. **Supp.**, vv. 30, 81, 104, 426, 528, 817 y 845) y contemplan el matrimonio como equivalente a la servidumbre (AESCH. **Supp.**, vv. 335, 392-393). Además, las Danaides afirman que un matrimonio tal está prohibido por Temis (AESCH. **Supp.**, v.37) y comparan a sus primos con halcones que persiguen ruiseñores (AESCH. **Supp.**, vv. 60-62; 223-226; 511, 750-752). Pero no es menos cierto que se observan repetidos brotes de rechazo categórico al varón, que crean un problema para esta interpretación de tipo “personalista amoroso”.¹⁶

Lo que resulta inexorable desde cualquier punto de vista es el hecho de que el rechazo de las Danaides está asociado al temor por su cuerpo, expresado como una defensa vehemente de su virginidad:¹⁷ “les Danaïdes représentent la vierge paradigmatique, la Korè, qui par nature et par instinct considère le mariage comme un viol, une défloration, et une union avec la mort” (ZEITLIN, 1988, p. 236). Por eso, para avanzar sobre las polémicas en torno al vínculo de las Danaides con el género masculino, es necesario adoptar otra perspectiva: considerar que la actitud de las Danaides se asemeja a la conducta de la novia griega, pero llevada a un extremo exótico (SEAFORD, 1987, p. 110). Puede advertirse este fenómeno en numerosos momentos de *Suppliques*, entre los cuales se destaca la cuarta oda coral (vv. 776-823),¹⁸ que resulta paradigmática para observar este período femenino de cambios.

Himeneo y treno

En circunstancias ordinarias, la proximidad del matrimonio se presenta con características ambiguas para la novia. La transición hacia su nueva vida contiene elementos positivos y negativos: significa aislamiento, separación de los suyos, culminación de una etapa bajo la protección paterna,¹⁹ abandono del hogar. Para cualquier joven, esta ocasión de resquemor y ansiedad es comparable a la muerte. Asimismo, se trata de un motivo de ceremonia y festejo en el marco de la comunidad. La relación que debe resultar entre ambos aspectos es singular: la tendencia negativa no debe ser soslayada pero, eventualmente, debe ser superada, ya que, como asevera Seaford (1987, p. 106), “the wedding expresses not only the victory of a positive over a negative tendency, but also in a sense the victory of culture over nature”.

En el caso de las Danaides, que vulneran este patrón cultural ordinario, la “tendencia negativa” en relación con el matrimonio prevalece sobre la

favorable, y dos motivos, el de la muerte de la novia y el de hostilidad al varón, coexisten a lo largo de la tragedia. Ambos componen el *Leitmotiv* de la cuarta oda coral.²⁰

La cuarta oda ocurre luego de que Dánao ha anunciado la proximidad de los Egipcios (vv. 710-733). Tras el anuncio, la acción se demora, ya que la llegada efectiva de los pretendientes no se produce hasta el verso 825.²¹ En la peripecia, la vuelta al estado inicial de temor y desesperación se refleja en la composición de un himno que enfatiza la alusión al treno, repitiendo tópicos de la oda inicial (vv. 1-175).²² Tal como en la segunda oda (vv. 524-599),²³ las Danaides se quedan solas, ya que Dánao se ha retirado a buscar protección.

Como afirma Zeitlin (1990, p. 111),

If women are to speak at all, it is men who will coach them in the proper forms, as Danaus instructs his daughters (Su., vv. 197-206; cf. v. 710). Men may try to dictate the proper mode of expression. But another contrast in speech obtains between the sexes. The women's voice, as befits a chorus, is primarily lyric, hymnal, and prayerful, like that of their collective counterparts, the suppliants.

Teniendo en cuenta la cita, la ausencia de Dánao en el momento de proferir el cuarto canto no es un detalle despreciable. Las Danaides no sólo representan las pasiones y emociones características de su naturaleza femenina, sino también sus impulsos indómitos, su esencia instintiva, que las diferencia de la racionalidad masculina. Si bien su padre las aconseja antes de partir, cuando se encuentran solas el temor las domina. Por eso, al entonar la cuarta oda, la medida deja lugar al desenfreno, quebrando los límites de lo admisible.

Asimismo, la cuarta oda refleja el vínculo de la mujer con el espacio del ritual: “Ritual occupies the middle space, as it were, between the normative self effacement of the female and the transgressive emergence into the outside world, especially in the domain of politics” (ZEITLIN, 1990, p. 112). Si bien, a primera vista, este canto coral se asocia al ritual del treno,²⁴ el “elemento trenódico” es sólo una de las maneras en las que se alude a otro ritual inminente para las jóvenes: el matrimonio, que aparece aquí como un tipo de muerte. El par boda/muerte es una característica común de varios ritos de pasaje.²⁵ En la cultura griega, el mito de Perséfone (cuyo casamiento es, literalmente, un casamiento con la muerte) es la prueba más fehaciente de

la afinidad entre ambos sucesos vitales y, consecuentemente, entre los imaginarios de ambos rituales (SEAFORD, 1987, p. 106-7; REHM, 1994, p. 1-6).

El *tópos* trenódico en la cuarta oda de *Suplicantes*: lenguaje e imaginería

La cuarta oda se compone de tres pares estróficos. En el inicio de la στρ. α, las Danaides se perciben en la misma coyuntura que experimentaban al inicio de la obra:

*ἰὼ γὰρ βοῦνι, πάνδικον σέβας,
τί πεισόμεσθα; ποῖ φύγωμεν Ἀπίας
χθονός, κελαινὸν εἴ τι κεῦθός ἐστί που;
μέλας γενοίμαν καπνός
νέφεσσι γειτονῶν Διός·
τὸ πᾶν δ' ἄφαντος ἀμπετήρ ἀιδνός ὡς
κόνις ἄτερ πτερύγων ὀλοίμαν.*

*Ió! Tierra montañosa, objeto absolutamente justo de veneración,
¿qué será de nosotras? ¿hacia dónde de esta tierra de Apis podría-
mos escapar, si es que existe algún oscuro escondite en algún lugar?
Ojalá pudiera convertirme en humo negro, para ser vecina de Zeus
en las nubes, y oculta, desplegándome poco a poco, invisible como
el polvo sin alas, encontrara la muerte.*

El verbo φεύγω (φεύγωμεν, “podríamos huir”, v. 777) es una reverberación de la descripción de la acción inicial (φεύγομεν, “estamos huyendo”, v. 5).²⁶ El anuncio de la llegada de sus perseguidores (que constituye la peripecia de la obra) provoca que las Danaides, tal como cuando arribaron a las costas de Argos, deseen huir. La diferencia entre ambas coyunturas se deja ver en el empleo del modo sintáctico. En el verso 5, el aspecto infectivo de la forma φεύγομεν (v. 5),²⁷ combinado con el ritmo anapéstico propio de la marcha, relacionado con el re-posicionamiento del coro, señalan una acción que se está llevando a cabo en el presente escénico: las mujeres están huyendo.²⁸ En cambio, el subjuntivo interrogativo²⁹ del verso 777 expone su estado de desconcierto, inseguridad y conmoción, tras el anuncio de Dánao. Sobre el final de la estrofa, el desiderativo irrealizable (ὀλοίμαν, “ojalá muriera”, v. 782) señala la sustancial diferencia entre la situación del

primer canto y la del cuarto: la fuga ya no es una posibilidad, por eso aflora el anhelo de la huida definitiva: la muerte.

En la antístrofa, la *gnóme* del verso 784 cristaliza la fatalidad. En contraste, los versos 785-786 descubren el germen pasional de este canto:

ἀλυκτὸν³⁰ δ' οὐκέτ' ἂν πέλοι κακόν·
κελαινόχρων δὲ πάλλεται φίλον κέαρ.
πατρὸς σκοπαὶ δέ μ' εἶλον: οἴχομαι φόβῳ.

Pero un mal jamás podría ser evitable. Y mi corazón ennegrecido palpita. Los avistajes de mi padre me capturaron: estoy poseída por el miedo.

κελαινόχρων (“ennegrecido”, v. 785)³¹ destaca la otredad de este *performer* colectivo cuyo sentimientos alcanzan límites extremos. A pesar de la conciencia de la inevitabilidad del destino, el miedo se apodera del cuerpo, mente y reacción de las Danaides, y su pasión no se contiene. Por eso, el deseo de muerte, aunque se propone como irrealizable, sobreviene rápidamente (vv. 787-789):

θέλωμι δ' ἂν μορσίμων
βρόχου τυχεῖν ἐν ἀρτάναις,
πρὶν ἄνδρ' ἀπευκτὸν τῷδε χριμφοθῆναι χροῖ.
πρόπαρ θανούσας δ' Αἴδας ἀνάσσοι.

Y quisiera hallar por casualidad una sogá fatal en mimbre trenzado, antes de que un hombre detestable roce esta piel. Antes, una vez muertas, que Hades sea nuestro amo.

La evocación el avistamiento de Dánao (πατρὸς σκοπαὶ, “los avistajes de mi padre”, v. 786) acaecido en 710, que implica la proximidad del sexo masculino, es inmediatamente asociada al peligro de pérdida de la virginidad, como indica el verso 789. Las Danaides prefieren, antes que ser poseídas por sus primos, ser subyugadas por Hades (v. 790). El pasaje muestra un *tópos* típico del treno, la antropomorfización de las almas, desempeñando las mismas actividades que en vida (SWIFT, 2010, p. 312). De este modo, la amenaza de suicidio se presenta como la preferencia de un marido (Hades) por sobre otro.

En la στρ. β, el modo sintáctico potencial reitera la obstinación por encontrar una manera de morir (vv. 793-794); mientras que la la prótasis temporal sostiene, una vez más, el rechazo de las bodas:

πόθεν δέ μοι γένοιτ' ἄν αἰθέρος θρόνος,
πρὸς ᾧ χιῶν ὑδρηλὰ γίγνεται νέφη,
ἢ λισσὰς αἰγίλιψ ἀπρόσ-
δεικτος οἰόφρων κρεμᾶς
γυπιάς πέτρα, βαθὺ
πτῶμα μαρτυροῦσά μοι,
πρὶν δαΐκτορος βία
καρδίας γάμου κυρῆσαι;

Pero ¿de dónde surgirá para mí un asiento etéreo contra el cual las nubes acuosas se conviertan en nieve? O una piedra resbaladiza, escarpada, que no se puede enseñar, solitaria y suspendida, nido de los buitres, que sirviera de testigo para mí en la caída profunda, antes de hallarme por la fuerza en una boda asesina de mi corazón?

βία, (“por la fuerza”, v. 799) muestra que el repudio a las bodas es una respuesta a la violencia, es decir, al matrimonio forzado. La información conduce al debate acerca del carácter amazónico de estas mujeres. El par boda/muerte queda plasmado con precisión en el uso del adjetivo δαΐκτορος (“asesina”, v. 799).

La ἄντ. β retoma el motivo de la muerte como recurso liberador de la desdicha (vv. 803-4), convirtiéndose en la única alternativa para escapar a la gnóme expresada en 786, vinculada con la inevitabilidad del destino:

κυσὶν δ' ἔπειθ' ἔλωρα κάπιχωρίοις
ὄρνισι δεῖπνον οὐκ ἀναίνομαι πέλειν·
τὸ γὰρ θανεῖν ἐλευθεροῦ-
ται φιλαιάκτων κακῶν.
ἐλθέτω μόρος, πρὸ κοί-
τας γαμηλίου τυχῶν.
ἀμφυγᾶς τίν' ἔτι πόρον
τέμνω γάμων λυτῆρα;

Entonces no me negaría a ser presa de los perros y banquete de las aves de la región: pues el que muere se libera de lamentables males. Que llegue el destino, en lugar de encontrar el lecho nupcial. ¿Qué camino de huida decido ya de estas bodas, liberador?

Los versos 804-5 exponen la desmesura de las Danaides, que prefieren los peores horrores antes que el matrimonio, pero también su visión parcial de los acontecimientos: μόρος (v. 804), la parte que le toca a cada uno en vida, no implica únicamente contemplar su fin, sino también las obligaciones que supone. El lecho nupcial (v. 805) es, aunque ellas no puedan verlo, la parte que les toca cumplir como mujeres. La proposición interrogativa directa de 806-7 no sólo muestra la urgencia de esta necesidad de fuga/liberación, sino que se tiñe de ambigüedad: la posibilidad de suicidio manifestada a lo largo de la oda, siempre en el ámbito de lo irrealizable, cede su lugar al ámbito de lo real. Así, la alusión al suicidio deja lugar a la sospecha de homicidio. El camino de huida puede ser otro: la muerte de los Egipcios. Esta insinuación resulta una “vuelta de tuerca” del tópico tradicional de la muerte de la novia y uno de los elementos fundamentales del caso de las Danaides como paradigma de la transgresión en el teatro.

En la tercera estrofa, el treno deja lugar a la súplica (vv. 808-809), fundamentalmente a Zeus, cuya invocación como πάτερ lo equipara a Dánao, la figura masculina protectora de las vírgenes:

ἴωζε δ' ὀμφὰν οὐρανία
 λιτανὰ θεοῖσι καὶ θεαῖς
 τέλεα³² δέ πῶς πελόμενά μοι;
 λύσιμὰ μάχιμα δ' ἔπιδε, πάτερ,
 βίαια μὴ φίλοις ὀρῶν
 ὄμμασιν, ἐνδίκοις. σεβί-
 ζου δ' ἰκέτας σέθεν, γαῖάοχε παγκρατὲς Ζεῦ.

Gritad una voz divina, una súplica celeste para los dioses y diosas. Pero ¿de qué manera los cumplimientos pueden tener lugar para mí? Dirige tu mirada, padre, salvadora y combativa, hacia estos actos violentos, y no los mires con ojos amigos, como es justo: y honra a tus Suplicantes, Zeus que abraza la tierra, todopoderoso.

Las protagonistas apelan, en este caso, a una figura paterna omnipotente (v. 815) que pueda evitar lo inevitable.

Finalmente, la antístrofa γ traslada la aversión contra los Egipcios a un aborrecimiento generalizado contra el género opuesto:

γένος γὰρ Αἰγύπτιον ὕβρει
 δύσφορον ἄρσενογενεῖ·

μετά με δρόμοισι διόμενοι
φυγάδα μάταισι πολυθρόοις
βίαια δίζηνται λαβεῖν.
σὸν δ' ἐπίπαν ζυγὸν ταλάν-
του. τί δ' ἄνευ σέθεν θνατοῖσι τέλειόν ἐστιν;

Pues el abrumador linaje de Egipto tiene la hybris del sexo masculino: detrás de mí, fugitiva, persiguiéndome con insolente y ruidosa carrera, pretende hacerme suya a la fuerza. Pero, sobre todas las cosas, el fiel de la balanza es tuyo. Sin ti, ¿qué cosa resulta cumplida para los mortales?

Ante los ojos de las Danaides, el varón transgrede los límites buscando apropiarse de la mujer contra sus deseos. La interrogativa directa que cierra la oda, paradójicamente, abre las posibilidades de desenlace sobre el final de la tragedia: será lo que Zeus decida.

Conclusión. La mujer ruiseñor

En *Suplicantes* de Esquilo, el género trenódico con el que interactúa la cuarta oda se subvierte para crear un efecto perturbador. Como género lírico, si bien responde a un evento angustiante, no se liga al propósito específico para el que ha sido creado, el ritual funerario. No obstante esta aparente discordancia, Esquilo es capaz de apelar a ciertos principios culturales compartidos vinculando las odas trágicas con géneros corales de la vida cotidiana familiares para la audiencia. Así, la lectura de la obra que emerge a través de la lírica se enraiza en el contexto social y cultural de la Atenas del s. V.

La cuarta oda desobedece las convenciones genéricas, pero permite concentrar múltiples sentidos:

1. La muerte a la que se canta es, en sentido figurado, la muerte de la virgen, de la vida bajo la protección de la familia de origen y la figura paterna.
2. La alusión a la muerte constituye una anticipación de los futuros sucesos míticos, entendida como ironía trágica. El tópico tradicional se altera y la muerte figurada de la novia anuncia la muerte efectiva del novio.³³
3. El rechazo de la boda implica una perversión del orden natural (la obligación femenina de dar vida y perpetuar la familia) que puede (paradójicamente) traer solamente la muerte.

Finalmente, el “elemento trenódico” cumple otras dos funciones: por un lado, compromete a la audiencia con el sufrimiento del personaje y despierta su compasión; por el otro, resulta llamativo por la manera como quiebra las convenciones griegas. La transgresión de los modos convencionales genéricos constituye un recurso dramático valioso para generar otro efecto sobre el espectador, pues el desmesurado lamento de las Danaides anticipa sus futuros excesos. Las mujeres griegas deben saber controlar su aflicción y, asimismo, manifestarla en un ámbito privado, pero las hijas de Dánao exhiben libremente sus pasiones en los altares públicos, ejerciendo, incluso, el daño sobre su propio cuerpo (v. 70).

Según el análisis realizado, la cuarta oda de **Suplicantes** de Esquilo demuestra cómo el treno puede ser usado para decodificar un patrón normativo cultural más amplio:³⁴ enmarañado con la práctica extranjera de un ritual local que se tiñe de excesos, este canto fúnebre se asocia a un hito fundamental de la vida femenina, el casamiento. Por eso, el lamento se convierte en un filtro para comprender a las Danaides (como mujeres, extranjeras y **Suplicantes**) que simboliza la falta de moderación (cualidad propiamente griega) que condicionará su destrucción.

La naturaleza ritual impropia de las Danaides, fuera de los límites de la regulación social, es iluminada por el discurso mítico. El mito del ruiseñor concentra todas las aristas de la transgresión de las Danaides: asociado al simbolismo musical, su lamento es un canto de muerte a la pérdida de la virginidad y la infancia, un treno que busca dar publicidad al grito de desesperación, cuya angustia, tal como la de Procne, conduce a la violencia máxima: el crimen. Víctima y victimario, este avemítica condensa anverso y reverso del carácter de las protagonistas.

Documentación escrita

AESCHYLUS. **Aeschylus**: Persians. Seven against Thebes. Suppliants. Prometheus Bound. Trad. A. H. Sommerstein. Cambridge-London: Harvard University Press, 2008.

_____. **Aeschylus’ Supplices**. Play and Trilogy. Trad. A. Garvie. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. **Aeschylus’ Supplices**. Play and Trilogy (corrected ed.). Trad. A. Garvie. Bristol: Bristol Phoenix Press, 2006.

_____. **The Suppliants**, v. I. Trad .H. Friis Johansen, E. W.Whittle. Copenhagen: Gyldendal, 1980.

Documentación escrita

AESCHYLUS. **Aeschylus**: Persians. Seven against Thebes. Suppliants. Prometheus Bound. Trad. A. H. Sommerstein. Cambridge-London: Harvard University Press, 2008.

_____. **Aeschylus' Supplices**. Play and Trilogy. Trad. A. Garvie. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. **Aeschylus' Supplices**. Play and Trilogy (corrected ed.). Trad. A. Garvie. Bristol: Bristol Phoenix Press, 2006.

_____. **The Suppliants**, v. I. Trad .H. Friis Johansen, E. W. Whittle. Copenhagen: Gyldendal, 1980.

Referências bibliográficas

CALAME, C. **Choruses of Ancient Women in Greece: Their Morphology, Religious Roles and Social Functions**, Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1996.

CALDWELL, R. L. The psychology of Aeschylus' *Supplices*. **Arethusa**, Baltimore, n.7, p. 45-70, 1974.

DETIENNE, M. Les Danaïdes entre elles ou la violence fondatrice du mariage. **Arethusa**, Baltimore, n. 21, p. 159-75, 1988.

FERNÁNDEZ DEAGUSTINI, M. DEL P. Deixis social en Suplicantes de Esquilo. Definición de vínculos: motivo y motor dramático. In: ZECCHIN DE FASANO, G. **Deixis social y Performance en la Literatura Griega Clásica**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2011, p. 77-104.

_____. Posición y composición del éxodo de *Suplicantes* de Esquilo. In: **Memorias del Tercer Coloquio de la Asociación Mexicana de Estudios Clásicos** (mayo de 2010). Ciudad de México: Unam, 2011.

FERRARI, F. La misandria delle Danaïdi. **ASNP Serie III**, Pisa, n. VII, v. 4, p. 1303-21, 1977.

GANTZ T. Love and death in the *Suppliants* of Aeschylus. **Phoenix**, Toronto, n. XXXII, p. 279-287, 1978.

GODWIN, W. **Syntax of the Moods and Tenses of the Greek Verb**. Boston-New York-London: Ginn and Company, 1889.

HERINGTON, C. J. The Influence of Old Comedy on Aeschylus' Later Trilogies. **TaPhA**, Baltimore, n. 94, p. 113-125, 1963.

- IRELAND, S. The problem of motivation in the *Supplikes* of Aeschylus. **RhM**, Frankfurt, n. 117, p. 14-29, 1974.
- KAVOULAKI, A. Choral self-awareness: on the introductory anapaests of Aeschylus *Supplikes*. In: ATHANASSAKI, L.; BOWIE, E. **Archaic and Classical Choral Song: Performance, Politics and Dissemination**. Berlin-Boston: De Gruyter, 2011, p. 365-390.
- KOURETAS, K. Application de la psychanalyse à la mythologie: la névrose sexuelle des Danaïdes d'après les "Suppliantes" d'Eschyle. **Révue Française de Psychanalyse**, Paris, n. 21, p. 597-602, 1957.
- KRAUS, W. Aischylos' Danaidentetralogie. In: _____. **Aus allem Eines. Studien zur antiken Geistesgeschichte**. Heidelberg: Lothar Sthiem Verlag, 1984, p. 85-137.
- LESSA, F. S. Expressões do feminino e a arte de tecer tramas na Atenas Clássica. **Humanitas**, Coimbra, v. 63, p. 143-156, 2011.
- LOBEL, E.; WEGENER, E. P.; ROBERTS, C. H. **The Oxyrinchus Papyri**. Part XX (N. 2245-2287), London, 1952.
- LUCAS DE DIOS, J. M. Mito y tragedia II: Las Danaïdes o la armonía entre los sexos. **Epos**, Madrid, n. 7, p. 47-66, 1991.
- MACKINNON, J. K. The reason for the Danaïds' flight. **CQ**, Oxford, n.28, p. 74-82, 1978.
- MACURDY, G. H. Had the Danaid Trilogy a Social Problem? **CPh**, Chicago, v. 39, n. 2, p. 95-100, 1944.
- NEUHAUSEN K. A. Tereus und die Danaïden bei Aischylos. **Hermes**, Stuttgart, n. XCVII, p. 167-186, 1969.
- REHM, R. **Marriage to Death: The Conflation of Wedding and Funeral Rituals in Greek Tragedy**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- RÖSLER, W. The End of the Hiketides and Aeschylus' Danaid Trilogy. In: LLOYD, M. (Ed.) **Oxford Readings in Classical Studies: Aeschylus**. Oxford: OUP, 2007, p. 174-198.
- RYZMAN, M. The psychological role of Danaus in Aeschylus' *Supplikes*. **Eranos**, Oslo, n. LXXXVII, p. 1-6, 1989.
- SEAFORD, R. The tragic wedding. **JHS**, London, n. 107, p. 106-130, 1987.
- SICHERL, M. Die Tragik der Danaïden. **MH**, Basel, n. 43, p. 81-110, 1986.
- SWIFT, L. Mixed choruses and marriage songs: a new interpretation of the third stasimon of the *Hippolytos*. **JHS**, London, n. 126, p. 125-140, 2006.

SWIFT, L. A. **The Hidden Chorus**: Echoes of Genre in Tragic Lyric. Oxford-New York: Oxford University Press, 2010.

THOMSON, G. The Suppliants of Aeschylus. **Eirene**, Praha, n. IX, p. 25-30, 1971.

WINNINGTON-INGRAM, R. P. The Danaid trilogy of Aeschylus. **JHS**, London, n. 61, p. 141-152, 1961.

ZEITLIN, F. I. Patterns of Gender in Aeschylean Drama: *Seven against Thebes* and the *Danaid Trilogy*. In: GRIFFITH, M.; MASTRONARDE, D. J. (Eds.) **Cabinet of the Muses**: Essays on Classical and Comparative Literature in Honor of Thomas G. Rosenmeyer. Atlanta: Scholars Pr, 1990, p. 103-115.

Notas

¹ Este artículo ha sido realizado en el marco del Seminario de Doctorado dictado por Fábio de Souza Lessa en la Universidad Nacional de la Plata, titulado “O feminino na literatura e na imagética atenienses do Período Clássico”. Agradezco profundamente al Doctor de Souza Lessa la oportunidad de repensar **Suplicantes** a la luz de la estimulante propuesta con la que ha enriquecido su visita.

² La traducción de este epígrafe, tal como el resto de las traducciones del presente artículo, son propias. Todas están basadas en la edición de Sommerstein (2008).

³ Antes de la publicación del libro de Garvie (1969), que constituyó el hito bibliográfico en relación con los estudios acerca de esta tragedia, parte de la crítica se rehusaba a aceptar al coro como protagonista de la obra. Para este grupo, era Pelasgo, rey de Argos, quien, víctima del dilema trágico, debía considerarse como tal. Hoy el coro es ampliamente reconocido como personaje principal, puesto que constituye un colectivo no individualizado que habla (canta) con una sola voz, se viste con el mismo traje y adopta las mismas actitudes hacia su *status* en tanto vírgenes. Su *philia* reside no sólo en que son hermanas, subordinadas además a un mismo hombre, su padre, sino a que comparten una misma coyuntura. Como doncellas, extranjeras y suplicantes, se consideran víctimas del deseo de sus primos y manifiestan su rechazo al destino femenino por excelencia: ser esposas. Esta cohesión social que funda el tema trágico comienza a desarmarse en el éxodo, en el que se gesta otro problema, el de la individualización, a partir del cual emergerá, tal como se conjetura, el personaje que constituye el modelo ideal de esposa, Hypermestra.

⁴ En el mundo griego antiguo, la condición de virgen y la de suplicante eran inviolables. Además, ambos estaban en el umbral del sistema social. En el caso particular de las Danaides, que en la obra revisten ambas condiciones, el hecho de ser incor-

poradas a la sociedad como suplicantes, siendo conducidas primero dentro de la polis, funciona como una fase preliminar de esa otra ceremonia que incorporará a las vírgenes y permitirá llevarlas dentro de la casa de sus maridos.

⁵ Aunque Atenas no constituye un espacio dramático de la tragedia, la obra se representa frente a un público ateniense. Dejamos de lado en esta oportunidad el extenso debate acerca de si es posible considerar a Argos como un “alter-espacio” de Atenas.

⁶ Lessa (2011, p. 144) señala la existencia de un consenso en la historiografía contemporánea, construido a partir de las informaciones de los textos antiguos griegos, acerca de que el ideal de esposa para los helenos es la méliisa, la “Mujer-abeja”. Explica el autor, recurriendo a un trabajo de investigación anterior en el que ha desarrollado el tema: “A partir da análise da documentação textual, organizamos um modelo contendo as características mais frequentes de uma esposa ‘bem-nascida’/ *mélissade* acordo com os signos recorrentes. Com base neste modelo, podemos dizer que as mulheres administram o *oikos* (as ocupações domésticas são de sua responsabilidade), se casam quando muito jovens, se dedicam à fiacção e à tecelagem, possuem como função primordial a concepção de filhos (preferencialmente do sexo masculino), atuam no espaço interno (enquanto o homem, no externo), participam das *Tesmofórias* (festa em homenagem a Deméter) e das *Panateneias* (cerimônia religiosa em homenagem à deusa Atena), permanecem em silêncio, são débeis e frágeis, apresentam a cor da pele clara (um indício de vida longe do ambiente exterior ao *oikos*), são inferiores frente aos homens e apresentam uma atividade sexual contida” (LESSA, 2001, p. 17).

⁷ Las Danaides no tienen estatus social, porque están “en tránsito” (nivel espacial) y en transición (nivel social). Para más información respecto a la caracterización de este estatus, cfr. Fernández Deagustini (2011). Las protagonistas se vuelven públicas y ocupan un espacio distinto al que les pertenece, el *oikos*, al suplicar en un altar cívico. Como señala Zeitlin (1990, p. 109), “the male is expected to take his place in the central space of the city in the spheres of public action and to take up positions of authority and leadership in both war and politics. While the *oikos*, the household, is also in his charge and belongs to him in his roles as father and husband, Aeschylean drama, as indeed all tragedy, as in fact the social standards ordain, situates him outside and reserves the interior domestic space for the woman. What this spatial restriction means is that the female is generally out of place when she comes outside, whether out of the house or on the stage”.

Las Danaides no invaden el espacio masculino, dado que se someten a ser guiadas por una figura masculina. Para tener voz en la asamblea, las mujeres precisaban de un representante masculino, en este caso, Dánao. Kavoulaki (2011) analiza en profundidad el rol de Dánao como guía de sus hijas. De todos modos, las jóvenes

se exceden al llevar un reclamo privado (en relación con una situación de tránsito normal, el matrimonio) a un ámbito público, incumbiendo a la polis (como remarca Pelasgo en 365-370). También al exhibir su desmesurado lamento en el altar de la ciudad.

⁸ Gantz (1978) concentra su estudio en el contraste irónico entre la postura suplicante de las Danaides y sus indicios de la futura agresión contra sus primos.

⁹ El debate sobre la pertenencia de **Suplicantes** a una trilogía con un mito comparado está asociado al descubrimiento y publicación del contenido del papiro **Oxyrrinco** XX.2256.3, adjudicado a Aristófanes de Bizancio y publicado por primera vez por Lobel, WegeneryRoberts (1952, p. 30). Para una completa discusión del fragmento 2256.3, Garvie (2006, p. 1-28). El papiro reveló que una obra que pertenecía a la trilogía de **Danaides** había triunfado en el certamen sobre Mesato y Sófocles. Sin embargo, no hay certeza de que *Suplicantes* haya formado parte de esta trilogía. Por lo tanto, desestimamos dedicarnos a formular hipótesis sobre aquellos datos que continúan siendo inciertos. Incluso, el debate acerca del orden de representación de las tres obras que compondrían la serie no está completamente cerrado (Cfr. Sommerstein(1997, p. 76) Sicherl y Rösler). Se conservan dos fragmentos atribuidos a **Danaides**: el 43, en el que puede leerse la referencia al amanecer y al ceremonial y musical despertar de parejas recientemente casadas (las Danaides con los Egipcios); el 44, en el cual Afrodita recuerda sus incumbencias y cuán grande es su poder, al proferir un elocuente discurso acerca de la universalidad del deseo sexual mutuo en la naturaleza, con una referencia particular a la unión primordial entre Urano y Gea. Este fragmento de siete versos basta para insistir en la importancia del amor y el matrimonio que retomaría la semilla referencial que surge en el éxodo de *Suplicantes*, con la mención de Cipris y sus atributos, en el intercambio entre las dos voces. Para los debates acerca de la segunda voz en esta oda, cfr. Fernández Deagustini (2011, p. II).

¹⁰ Por ejemplo, Michell (2006, p.210): “two fragments which can confidently be assigned to the final play in the trilogy seem to suggest that the theme of marriage is carried right through the trilogy” (el subrayado es nuestro). En la introducción a la edición de **Suplicantes** a cargo de Johanseny Whittle (1980), se concluye que el tema central de la tragedia esquilea conservada es ‘la protección del débil’, sólo que este motivo adquiere una mayor profundidad por la ambivalencia de la circunstancia de que el grupo de muchachas indefensas está realmente compuesto por futuras asesinas. Como ya señalamos, consideramos que la complejidad de su naturaleza débil está dada por su triple condición de marginalidad. Detienne (1988) intenta una explicación general del mito y concluye que asistimos a una explicación de la fundación del matrimonio, acto en el que la violencia desempeña un papel central.

¹¹ Para un listado y discusión de los pasajes en los cuales la posición de las Danaides en relación con el matrimonio se pone en cuestión, Johanseny Whittle (1980,

I. 31–32). También Garvie (1969, p. 218–221). Vale la pena destacar que Garvie (2006b, p. 42) todavía en el siglo XXI expresa la incertidumbre del texto respecto del tema. Para él, en **Suplicantes**, Esquilo es voluntariamente ambiguo.

¹² Las Danaides invocan varias veces la ayuda de Ártemis, diosa que simboliza el estado de virginidad. Más concretamente, en el verso 287 se las compara con las Amazonas. Respecto de este tema, Rösler (2007, *passim*) llama la atención sobre una expresión del verso 8 de la párodos, αὐτογενῆ φυξανορίαν, que él traduce como ‘self-generated flight from men’. La frase parece dejar abierta la posibilidad de una objeción más general a los hombres y al matrimonio. Esto estaría apoyado por otros pasajes posteriores: vv. 141-153, 332, 392-393, 643-645, 787-791, 804-807. Según este autor, el consejo del coro secundario en el canto final confirmaría esta motivación de las Danaides (v. 1034-1051), tal como el último discurso de Dánao (v. 991-1009), que puede ser interpretado como una admonición para lograr que las Danaides se preserven vírgenes por siempre.

Otra explicación, que comparten el mismo Rösler (2007: *passim*) y Sommersstein (1996, p. 66), fue ofrecida por Sicherl (1986, p. 81-110), quien sugiere que Dánao habría recibido un oráculo, según el cual sería asesinado por su yerno. La fuente de esta hipótesis es un escolio antiguo acerca del verso 37 (Apolodoro *apud schol.* II. 1.42), διὰ τὸ μὴ θανατοθῆναι πατέρα, que explicaría por qué las Danaides dicen que Temis prohíbe el matrimonio. Conociendo este oráculo, ellas debían rechazar a cualquier hombre y no sólo a los hijos de Egipto. Garvie (2006, p. xviii; 2006b, p. 39-41) ha cuestionado esta interpretación. La principal objeción a la teoría de Sicherl es que no hay evidencia clara en **Suplicantes** respecto de la existencia del oráculo ni de una riña entre él y su hermano Egipto (SANDIN, 2003, p. 11, n. 30). Sobre los matices de traducción del escolio en cuestión, Garvie (2006, p. xviii). Kraus (1984, *passim*) también considera que las Danaides rechazan el matrimonio en general.

¹³ Cfr. Kouretas (1957, *passim*) y Caldwell (1974, *passim*).

¹⁴ Benveniste (1949, *passim*) y Thomson (1971, *passim*) afirman que en *Suplicantes* se discute la cuestión del matrimonio endogámico/ exogámico y del estatus de las mujeres en la Atenas contemporánea. Según ha propuesto Benveniste (1949, p. 133), “Nous sommes ici devant un problème qui ne peut se comprendre qu’en termes de parenté classificatoire. Dans ce système, on sait que les fils de frères sont entre eux frères, non cousins, car le nom de père s’applique non seulement au père physique, mais à tous ses frères aussi bien.” Por lo tanto, el autor concluye que es imposible un matrimonio entre hijos e hijas de dos hermanos. Sin embargo, Benveniste señala que la leyenda de las Danaides se mezcla con un mito dinástico y que, en el antiguo Egipto, el matrimonio endogámico y entre consanguíneos era la regla. Por eso, concluye que el conflicto entre dos sistemas matrimoniales es el eje del

drama. Thomson señala dos premisas vinculadas con el aspecto legal: 1. huyendo de Egipto hacia Argos, las Danaides están evadiendo sus obligaciones; 2. la heredera debe casarse con su pariente más próximo. El aspecto moral implicaría, según este punto de vista, que Esquilo habría defendido la subordinación de las mujeres en el interés de la propiedad privada.

Marcurdy (1944, p. 97), en cambio, afirma: “Danaos is not speaking of incest, but of the madness of the next of kin who by Athenian law have no rights over the girls while their father lives and none after his death, unless their claim has been submitted to a hearing before the archon and decided in their favor. What Danaos says of the madness of the attempt to force the marriage is fully supported by the Attic law by which a father has the right to give his daughters in marriage to the man of his own choice is not necessarily to one who is next of kin. For a relative to attempt to marry a girl by force while her father is living is an act of *hybris* and against *dike*”. De este modo, para Marcurdy, la aseveración de Thomson de que la heredera debe casarse con su familiar más cercano está sujeta a las siguientes limitaciones: “1. The heiress is not obliged to marry her next of kin in her father’s lifetime; 2. Her father may marry his daughter to anyone whom he chooses without consulting the next of kin. The husband chosen by the father may or may not belong to the family. The children of the marriage have all rights to the property on coming of age; 3. The heiress was not obliged to marry her next of kin if he refused to put in a claim for her”.

¹⁵ Ireland (1974, *passim*), para solucionar la aporía originada en la serie de manifestaciones de las Danaides respecto de un rechazo cabal al matrimonio, hace hincapié en el hecho de que las jóvenes son a un tiempo coro y protagonistas, lo que hace que sus reflexiones generales, en tanto coro, deban ser entendidas en el contexto a que ellas mismas dan lugar como protagonistas. Lucas de Dios (1991, p. 64) propone una interpretación que trasciende el límite de esta obra. Para él, se trata de “la oposición *βία/πειθώ* en el terreno de la relación entre los sexos: las Danaides rechazan la unión amorosa por la fuerza, como propugnan los Egipcios, y frente a este viejo esquema intentan erigir uno nuevo, la armonía a través de la persuasión”. Esta lectura se apoya en el fr. 44 transmitido por Ateneo. En la misma línea interpretativa, cfr. Herington (1963).

También Ferrari (1977, *passim*), tras un detenido análisis de diferentes pasajes de la tragedia, concluye que la actuación de las Danaides es la reacción lógica a la violencia de los Egipcios y no un rechazo congénito al varón. MacKinnon (1978) compara la opción que contempla la violencia de la que son objeto las hijas de Dánao, pero introduce otra consideración: frente a la postura de los Egipcios, que persiguen a las Danaides llevados por el deseo de hacerlas de su propiedad y por un claro anhelo de lujuria, se yergue la propuesta deducible del fr. 44, acerca de la necesidad de una auténtica pasión amorosa entre las dos partes de toda relación sexual.

¹⁶ Para salir al paso de esta dificultad, Winnington-Ingram (1961) ha sugerido una explicación psicológica: el acoso de los pretendientes es tal que lleva a las agobias muchachas en un momento dado a odiar incluso la institución del matrimonio, aunque no fuese ese su punto de partida.

¹⁷ Desde luego, la intensidad de este rechazo excede el ámbito físico y trasciende hacia el campo de lo moral e institucional, incluso de lo legal.

¹⁸ **Suplicantes** se desarrolla a lo largo de cinco odas corales, producidas para propósitos rituales específicos y para una ocasión particular. Analizar cada una de las odas supone realizar un camino de ida y vuelta: entender la coyuntura en la que se canta cada oda explica el género aludido y las características genéricas informan sobre esa circunstancia significativa en la vida ritual de la comunidad y la vida privada de los individuos (Pelásgo, las Danaides y su padre). Este no pretende ser un estudio antropológico, sino un análisis filológico-literario que pone en primer plano el influjo de la interacción genérica sobre los acontecimientos.

¹⁹ Respecto de la relación entre las Danaides y Dánao, Zeitlin (1990, p. 106) sostiene: “the problem of separation from the father and his far-reaching authority is a crucial factor in their dramatic situations”. Rysman (1989, p. 4), por su parte, afirma: “[...] Aeschylus’ wish to stress the excessive attachment of the daughters to their father. Consideramos más adecuado descartar las interpretaciones de corte psicológico. Sostenemos que el vínculo padre-hijas refleja el hecho de que, como mujeres, deben estar siempre acompañadas, en un espacio público, por una figura masculina. En su carácter de vírgenes, aún les corresponde la protección del padre.

²⁰ Nuestro análisis de la cuarta oda pone en duda la hipótesis de Seaford (1987, p. 107), que no contempla este canto lírico cuando afirma que, en el caso de las Danaides, “the prevailing negative element is not the death of the bride but her hostility to the groom”. Además de la prueba fundamental que constituye esta oda, la interacción genérica con el treno es decisiva también para el análisis del primer y último canto de la tragedia (FERNÁNDEZ DEAGUSTINI, 2015, p. 119 y ss.). Por otro lado, las amenazas de suicidio y otras referencias a la muerte aparecen sucesivamente, demostrando que el elemento negativo de la muerte de la novia no es menor que el de la hostilidad al varón.

²¹ A diferencia de la oda anterior (vv. 625-709), que constituye la primera reacción de las Danaides ante el cambio de suerte (la obtención del asilo anhelado), la cuarta oda coral no es la primera manifestación ante la peripecia de la obra. Es entre 734 y 775 que se desarrolla la primera reacción del coro ante el fatal arribo de los primos. Para el análisis de las *metabolai* en Suplicantes, Fernández Deagustini (2015, p. 209 y ss).

²² La oda inicial involucra el canto de ingreso del coro. La escena es extraordinaria, ya que el coro aparece acompañado por un personaje, Dánao. Su participación silenciosa pone el acento en el lenguaje visual y en la centralidad de la *ópsis*, y es decisiva en el

tratamiento que damos a las cinco odas. Las Danaides, recién llegadas a Argos, entonan un himno desesperado a Zeus para que propicie la obtención del asilo. La composición destaca la *hypómnesis*, el mito de Ío, y alude a otro género lírico, el treno, que se retoma con mayor intensidad en la cuarta oda. Para una interpretación integral de las odas de la obra y de la oda inicial en particular, Fernández Deagustini (2015, cap. I).

²³ El segundo pasaje lírico tiene lugar después del encuentro con el rey de Argos (primer reconocimiento de la obra) sin la presencia de Dánao, que se ha retirado de escena para acompañar al rey a la asamblea. En consecuencia, las Danaides están solas por primera vez.

²⁴ Para el propósito de este artículo, usamos el término “treno” simplemente para designar el lamento o el canto fúnebre. De hecho, consideramos el sentido del término genérico y su relevancia para la interpretación trágica tal como lo hace Swift (2010, p.322): “Despite the prevalence of lament in tragedy, we rarely find lamentation of a form which directly represents the ritual lamentation of the Greek funeral. Rather, the lament is usually twisted in some way: for example, the mourner may be lamenting in isolation rather than as part of a group; the lament may be sung by the actual person who is about to die, or the body itself may be absent, isolating the lament from the funeral ritual with which it is normally associated.” Para mayor información sobre la intersección entre este género y las odas líricas, Fernández Deagustini (2015, p. 62 y ss).

²⁵ El análisis del elemento trenódico asociado a la ceremonia del matrimonio cobra mayor sentido si se interpretan las odas de la obra en un sentido integral, dado que la última oda, que involucra el éxodo del coro, se compone a partir de otra interacción genérica que insinúa una nueva ocasión: el himeneo. Cfr. nuestro análisis de la oda final en Fernández Deagustini (2015, p. 93 y ss).

Por otro lado, para quienes consideran a **Suplicantes** como parte de la trilogía de **Danaides**, existe la posibilidad de que esta tercera obra concluyera con la fundación de las Tesmoforias, como institución protectora de la dignidad femenina. Heródoto (2.171) asevera que las Danaides llevaron a Grecia el culto místico a Deméter, que fue la base fundacional de esta festividad.

²⁶ Διάνδελιποῦσαι/ χθόνασύγχορτονΣυρίαφεύγομεν,(vv. 4-5)

Estamos huyendo después de abandonar la región de Zeus que limita con Siria [...].

²⁷ El verbo no sólo está vinculado a la deixis espacial, sino también a la deixis social, ya que se trata de un elemento lingüístico que determina la situación social en la que este “acto de habla” ocurre. Cfr. Fernández Deagustini (2011).

²⁸La entrada coral es tanto una actividad escénica y física, el ingreso del coro, como dramática, *performativa*, la actualización de la acción de huida que las protagonistas anuncian al mismo tiempo que la realizan.

²⁹ Cfr. Godwin (1889, p. 3): “the subjunctive in questions of appeal as to the future (287) has, even in Homer, developed the idea of propriety or expediency.”

³⁰ Algunas ediciones siguen otra lectura del papiro y proponen ἄφικτον (por ejemplo, la de Smith, 1926). Aunque Seaford (1987, p. 113) sigue la propuesta que nosotros elegimos, es oportuno señalar que esta segunda alternativa para el adjetivo podría estar retomando un concepto que él señala como fundamental en la párodos (v. 110): “ἄφικτον with its connotation of death provides a bridge between the demands of male sexuality (more specifically the phallic κέντρον ἄφικτον) and lamentation”.

³¹ La elección del adjetivo gana mayor fuerza aún recitado después de κελαινὸν (v. 778) e, incluso, de μέλας (v. 779). Además de la necesidad de un lugar oculto, la insistencia sobre la oscuridad y el color negro se vincula directamente a la apariencia física de las Danaides.

³² τέλεα, los “cumplimientos”, resulta un término complejo y significativo en la obra, y es retomado en la oda final. Como señalamos, Seaford (1987, p. 114) no presta ninguna atención a la cuarta oda. Su planteo se enfoca, sobre todo, en el análisis del éxodo. Allí, señala la ambigüedad de este término: “The Danaids return to the association of the proposed marriage with death in the song that concludes the play (1032-3) μηδ’ ὑπ’ ἀνάγκας τέλος ἔλθοι Κυθερείας· Στύγιον πέλοι τοδ’ ἄθλον. Marriage and death are both τέλη. The Danaids desire the τέλος of this marriage (if inevitable) to be the τέλος of death”. Evidentemente, lo mismo puede trasladarse a la elección del vocablo en este pasaje.

³³ Más allá de los debates acerca de los posibles sucesos de la trilogía, y aún sin considerar **Suplicantes** como parte de **Danaides**, todo espectador contemporáneo era conocedor de los acontecimientos futuros del mito, de circulación colectiva.

³⁴ Marcurdy (1944, p. 99) sostiene atinadamente: “the problem of the Danaid trilogy is dramatic and not a social problem, and that the question is ‘What happened to the Danaids?’ not that of the contemporary (with Aeschylus) social status of Athenian women”.

DE IÚLO AOS IULII: AS *GENTES* ROMANAS E ITÁLICAS EM BUSCA DO PASSADO HEROICO*

Ana Teresa Marques Gonçalves**

Thiago Eustáquio Araújo Mota***

Resumo:

*Neste trabalho temos a intenção de mapear historicamente a formação da genealogia heroico-divina dos Iulii (família de Júlio César e do imperador Otávio Augusto) e suas múltiplas e contextuais apropriações pelos atores históricos para então compreender sua acomodação à arquitetura do épico de Virgílio, a **Eneida**. Repensar as origens da gens e buscar uma vinculação com o passado heroico foi uma solução plausível para novos ramos que apareceram no cenário político ostentando antigos nomes gentílicos, e uma maneira de transformar esse elo ancestral em um distinto predicado digno de ser lembrado em escritos de toda sorte, monumentos e moedas.*

Palavras-chave: Genealogia heroica; gens Iulia; Roma republicana; **Eneida**.

FROM IULIUS TO IULII: THE ROMAN AND ITALIC GENTES IN PURSUIT OF THE HEROIC PAST

Abstract: *In this paper we intend to track the fabrication of Iulii's heroic genealogy (family of Julius Caesar and Octavian Augustus) and its multiple and contextual appropriations by historical actors to then understand its accommodation to the Virgil's epic architecture, the **Aeneid**. Rethink the origins of the gens and to seek a connection with the heroic past was a*

* Recebido em: 25/09/2015 e aceito em: 10/11/2015.

** Professora associada III de História Antiga e Medieval na UFG. Doutora em História pela USP. Bolsista Produtividade II do CNPq. Coordenadora do Leir-GO.

*** Professor adjunto de História Antiga na UPE. Doutor em História pela UFG. Coordenador do Grupo de Estudos sobre Épico e Teatro na Antiguidade (UPE) e membro do Leir-GO.

plausible solution for new branches that have appeared on the political scene boasting ancient gentile names and a way to turn this ancestral link into a distinct predicate, worthy to be remembered in the writings of all sorts, monuments and coins.

Keywords: *heroic Genealogy; gens Iulia; Republican Rome; Aeneid.*

Desde o período republicano, a persistente rivalidade nos círculos aristocráticos de Roma motivou os *nobiles* a apresentarem genealogias familiares cada vez mais longitudinais e profundas, até o ponto de os filhos de Hércules – Evandro, Odisseu, Eneias – e outras figuras do ciclo épico troiano aparecerem na posição de ancestrais privilegiados de algumas *gentes* romanas. Esse fundador heroico tanto conferia elevado prestígio aos descendentes quanto preenchia as lacunas de uma linhagem sem ancestrais ilustres próximos nem muitos Consulados para ostentar. Repensar as origens da *gens* e buscar uma vinculação com o passado heroico foi uma solução plausível para novos ramos que apareciam no cenário político ostentando antigos nomes gentílicos.

No sentido de relato etimológico ou elucidativo das origens e desdobramentos de uma linhagem familiar, a palavra genealogia encontra sua ancoragem no vocábulo latino *gens*. Por sua vez, na terminologia republicana a palavra *gens* refere-se a um grupo familiar extenso que compartilha o mesmo *nomem*, ou acredita ligar-se por parentesco a um ancestral comum (OXFORD LATIN DICTIONARY, 1968, p. 759).

De um modo geral, a genealogia familiar apresenta um encadeamento geracional, uma vez que os membros de uma geração pretendem-se continuadores naturais de seus ancestrais, sejam estes próximos ou distantes. Jôel Candau, no livro **Memória e Identidade**, chama a atenção para o dispositivo prosopopeico agregado a esse procedimento com a transformação dos ancestrais em personagens-modelos nos quais são mascarados os vícios e enaltecidas as qualidades para convertê-los em *exempla* emuláveis para os vivos (CANDAU, 2011, p. 143). Como o esquecimento é uma ameaça permanente que se renova contra as gerações, a genealogia é caracterizada por um esforço constante de fixação em registros, árvores, brasões e narrativas de toda espécie. No entanto, durante a reconstrução da filiação, encontra-se a possibilidade de embelezá-la ou enobrecê-la preenchendo os vazios necessários. Ressalta esse antropólogo francês que a emulação dos antepassados em algumas sociedades pode manifesta-se, inclusive, com tentativas de panteonização dos ancestrais (CANDAU, 2011, p. 143).

Cabe lembrar que, em Roma, o poder, a tradição e a ancestralidade – mesmo que submetidas a reinterpretações e reelaborações constantes – deveriam ser visualizados; por sua vez, um homem desprovido de ancestrais carecia da iluminação que os mesmos podiam instituir.¹ As *imagines* dos antepassados, por exemplo, eram parte vital do espetáculo de um funeral ou da rotina de uma casa – *domus* –, de acordo com Harriet Flower no livro **Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture**, tinham a função-chave de notabilizar as façanhas de uma família e mantê-las presentes aos olhos dos cidadãos ordinários e dos demais aristocratas (FLOWER, 2001, p. 63). Não se trata categoricamente de uma busca identitária para fins de coesão interna, mas de uma externalização dessa ancestralidade em cerimoniais e monumentos de visibilidade pública.

Neste artigo temos a intenção de mapear historicamente a formação da genealogia heroico-divina dos *Iulii* e suas múltiplas e contextuais apropriações pelos atores históricos, para então compreender sua acomodação à arquitetura do épico de Virgílio. Cumpre recuar ao período republicano para encararmos os meandros implicados nessa formação: nesse momento a *gens Iulia* em nada difere das outras *gentes* ou guarda qualquer semelhança com a *domus* de Augusto no tempo do Principado. Com a vinculação dos *Caesares* aos *Iulii*, o nome gentílico passou a ser derivado de Iúlo – *Iulus* – como ficou conhecido o primogênito de Eneias, Ascânio, fundador/rei de Alba Longa. Como demonstraremos adiante, outras casas de ascendência troiana e itálica são igualmente recordadas na **Eneida**, algumas destas vinculadas ao *Princeps* por laços de parentesco.

Mais que um garoto impotente que foge a reboque do *pius* Eneias, o valor marcial do jovem Ascânio e sua posição como fundador de Alba Longa são exaltados na *Eneida* de Virgílio. Nos jogos celebrados por ocasião do aniversário da morte de Anquises (Livro V), Iúlo comanda uma equipe de jovens cavaleiros que simulam manobras de guerra na frente dos chefes troianos e da população de Segesta – cidade fundada pelo troiano Acestes na Sicília. Durante a defesa do acampamento troiano, o impressionante desempenho de Iúlo com o arco chama a atenção do próprio Febo, que, ao invés de sentir-se enciumado, eleva elogios ao rapaz. Cabe lembrar que Apolo é o deus que preside a peleja no Ácio e marcha ao lado de Otávio e dos pátrios batalhões. Iúlo, a quem se deve o nome da *gens Iulia*, é chamado por Apolo de “filho e futuro pai dos deuses” – *dis genite et geniture deos* (VIRGÍLIO. **Eneida** IX, v. 642).

Na narrativa virgiliana, a figura de Ascânio-Iúlo está associada, muitas vezes, a portentos e reviravoltas aos caprichos do *fatum*, como é possível perceber no relato da queda de Troia, que ocupa toda a extensão do Livro II. Quando, na casa de Eneias, todos pareciam quebrantados pelo desânimo, um súbito prodígio – *subitum monstrum* – reativa e encoraja o empreendimento da fuga (VIRGÍLIO. **Eneida** II, v. 680). Uma chama inextinguível aparece sobre a cabeça de Ascânio, fato que pelas suas características insólitas compele Anquises a solicitar uma confirmação de Júpiter. Essa capacidade profética do ancião – nem sempre bem-sucedida na trama virgiliana – é um dado que encontra respaldo na tradição homérica, assim como no épico latino, compreendida como uma dádiva oriunda do intercurso sexual com Vênus (ÊNIO. **Anais**, fr. 15; NÉVIO. **Guerra Púnica**, fr. 08). A confirmação do fenômeno vem na forma de um astro – *sanctum sidus* – que orienta o percurso de Eneias até o monte Ida, último refúgio antes da longa peregrinação pelo mar até o litoral da península Itálica.

Antes que uma narrativa coerente, meticulosamente elaborada para fins propagandísticos da *gens*, essa herança heroica parece ter sofrido reformulações ao sabor das circunstâncias históricas e dos sujeitos implicados. Apesar de algumas escolhas claras de Virgílio sobre qual tradição seguir, a própria **Eneida** não acomoda algumas ambiguidades geradas nesse processo de tessitura genealógica. Uma parte da profecia de Júpiter diz respeito ao futuro reservado para Iúlo, fundador de Alba Longa:

*[At puer Ascanius, cui nunc cognomen Iulo
additur;—Ilus erat, dum res stetit Ilia regno,—
triginta magnos volvendis mensibus orbis
imperio explebit, regnumque ab sede Lavini
transferet, et longam multa vi muniet Albam.
Hic iam ter centum totos regnabitur annos
gente sub Hectorea, donec regina sacerdos,
Marte gravis, geminam partu dabit Ilia prolem]*
(VIRGÍLIO. **Eneida** I, vv. 267-274).

*[Mas o menino Ascânio, a quem de Iúlo
dão hoje o sobrenome (Ilo o diziam
enquanto Ílio existiu e foi potência)
trinta encherá anos com o seu reinado,
e, de Lavínio transferindo a corte*

*fundará de Alba Longa a fortaleza.
Aqui trezentos anos há de o império
conservar-se na Hectórea dinastia:
até que a sacerdotisa Ilia princesa,
prenhe de Marte, dê à luz dois gêmeos.]*

Essas passagens selecionadas provocam o efeito de uma aproximação temporal entre o ancestral Iúlo e o descendente – Otávio – os quais, através de Júlio César, encontram-se vinculados a uma mesma origem. Iúlo e Ilia, como é chamada a sacerdotisa Reia Sílvia, mãe dos gêmeos Rômulo e Remo, são figuras que se complementam na sequência, vinculando Troia/Ílion a Roma. Todavia, apesar de assinalar a importância de Iúlo na transposição do reino troiano para Alba, o poeta não deixa evidente se o próprio daria continuidade à linhagem de Eneias, apenas ressaltando que na nova cidade reinaria a gente de Heitor. Da mesma forma, na passagem do Livro VI em que a sombra de Anquises nomeia a Eneias alguns frutos de sua linhagem e outros tantos varões de Roma, de imediato se detém em Sílvia e acrescenta:

*[Silvius, Albanum nomen, tua postuma proles,
quem tibi longaeuo serum Lauinia coniunx
educet siluis regem regumque parentem,
unde genus Longa nostrum dominabitur Alba]*
(VIRGÍLIO. **Eneida**, VI. 763-766)

*[De ítalo sangue, Sílvia, nome albano
Tua póstuma prole, que nas selvas
Te criará, já d'anos carregado,
Tua esposa Lavínia; rei tardio,
De reis progenitor; por quem um dia
Reinará nosso sangue em Alba longa]*

A existência de Sílvia dá concretude à aliança que se estabelece entre Eneias e Latino, e conseqüentemente confirma o vaticínio de Júpiter segundo o qual os romanos nasceriam da fusão entre dois povos: troianos e latinos. Por outro lado, esse trecho suscita um questionamento: qual delas prevaleceu em Alba, afinal: a linhagem de Iúlo ou de Sílvia? Se, como vimos, Ascânio-Iúlo é aclamado “filho e futuro pai de deuses” – *dis genite et geniture deos* – por Apolo, qual o destino de sua descendência? Ao apenas mencionar que Sílvia foi gerado por Lavínia na floresta, Virgílio parece ter

escolhido omitir o desenvolvimento mais sombrio da história e a possível tensão entre os meios-irmãos, mencionada por outros autores contemporâneos como Dionísio de Halicarnasso e Tito Lívio (DIONÍSIO DE HALICARNASSO. **Antiguidades Romanas** I. 70; TITO LÍVIO. **História Romana** I. 3). O poeta não conseguiu acomodar (ou preferiu manter) as ambiguidades que são evidentes na tessitura da genealogia familiar dos *Iulii*.

Inicialmente, as fontes não registram qualquer tipo de vinculação dos primeiros *Iulii* da República, seja com Ascânio-Iúlo, com Vênus e muito menos com Eneias, não obstante a divulgação dos ciclos homéricos na península Itálica. Desde o séc. V a.C., a relevância e a articulação política dessa *gens* são demonstradas no acesso às mais altas magistraturas da *res publica*, como o Consulado e o Tribunato (que, por um tempo, substituiu o último).

O testemunho literário mais antigo no qual os *Iulii* e os troianos são mencionados em conjunto é a obra intitulada **Origens – Origines** – de Catão, datada do início do século II a.C. – que conhecemos de forma fragmentária, em grande parte através de citações do comentador Sêrvio Honorato e da **Origo Gentis Romanae**, esta última uma compilação historiográfica tardo-antiga de autoria incerta. Segundo Catão, o primeiro Ascânio-Iúlo (primogênito de Eneias com Creusa) teria morrido sem deixar herdeiros – *sineliberisperiit* –, legando seu reino para o meio-irmão Sílvio (filho de Eneias e Lavínia). Ao herdar o trono, imediatamente Sílvio passou a adotar o nome do irmão (CATÃO. **Origens**, fr. 08). Essa vertente do relato genealógico, registrada nas **Origens**, surge da necessidade de enraizar os costumes troianos numa matriz cultural indígena, todavia, choca-se diretamente com a pretensão dos *Iulii* de se vincularem ao troiano Ascânio/Iulo, primogênito de Eneias. Em outro fragmento, proveniente das **Origo Gentis Romanae**, as autoridades de César e Catão são mencionadas em conjunto a respeito da especulação etimológica sobre o nome Iúlo:

Igitur Latini Ascanium ob insignem uirtutem non solum Iove ortum crediderunt, sed etiam per diminutionem declinator paululum nomine primo Iolum, dein postea Iulum appellarunt; a quo Iulia familia manavit, ut scribunt Caesar libro secundo et Cato in originibus. (CATÃO. **Origens**, fr. 11; **Origo Gentis Romanae** XV. 05)

Assim, os latinos não apenas acreditaram no relato de sua insigne coragem e que Ascânio era descendente de Júpiter, mas alterando

o nome para formar com ele um diminutivo, chamaram-no primeiro Ioulus e depois disso de Iúlo. É dele que descende a família Iulia, como César escreve em seu segundo livro e Catão em suas Origens.

Podemos perceber aqui o indício de outra vertente que associa Iúlo à prole de Júpiter e que tem reverberações na literatura posterior, assim como nas jactâncias dessa *gens*. Não queremos sugerir que Catão foi o responsável por consolidar histórica ou etimologicamente esse vínculo, muito menos que o tivesse feito a favor dos *Iulii*, com quem, até onde sabemos, não mantinha qualquer tipo de aproximação ou aliança política. De acordo com T.J. Cornell em seu comentário sobre as **Origens**, “endossar as pretensões ancestrais de um clã patrício é naturalmente a última coisa que Catão teria feito; todavia negá-las declarando que Iúlo teria morrido sem descendentes poderia ter lhe proporcionado alguma satisfação” (CORNELL, 2013, p.71-72). No máximo, o que esses fragmentos nos permitem inferir é que essa pretensão genealógica dos *Iulii* já circulava nos meios aristocráticos no momento em que as **Origens** foram escritas.

Para além desse reticente *termus ante quem* oferecido por Catão, a herança heroico-divina dos *Iulii* aparece com maior nitidez nas fontes do final do século II a.C., o que mais ou menos coincide com a aparição do referido cognome *Caesar* nos componentes masculinos da família. Na opinião de Ernest Badian, a ausência de Consulados recentes para ostentar pode ter entrado em conflito com a ambição dos jovens membros da *gens*, sôfregos para embarcar em suas carreiras políticas – o que, por outro lado, pode ter motivado a busca ou a retomada das origens míticas (BADIAN, 2009, p. 14). Esse grupo se integra de tal forma aos *Iulii*, que o cognome permanece vinculado a *gens* até o tempo de Otávio, e para além se estende aos sucessores do cargo imperial.

Tal genealogia heroica é encontrada, inclusive, nas moedas republicanas. A emissão de Sexto Júlio César (**RRC**, 258. **Fig. 01**) coincide com o recrudescimento dos tipos privados e familiares na cunhagem² do denário. A moeda traz no anverso a efígie de Roma com elmo e, no reverso, o motivo iconográfico de Vênus guiando uma biga e sendo coroada por Cupido. Mais uma vez, no final do segundo século, o tipo é retomado com algumas modificações na emissão atribuída a Lúcio Júlio César (103 a.C.), cônsul em 90 a.C. A moeda cunhada em 103 a.C. traz no anverso a cabeça de Marte e no reverso a figura da ancestral divina – Vênus – em uma biga, puxada por dois Cupidos (**RRC**, 320. **Fig.02**).

Figura 01



Figura 02



Outro Lúcio Júlio César, filho do cônsul de mesmo nome, mencionado acima, manteve uma longa relação com Ílion, na Ásia Menor, ao longo do seu *cursus honorum*. Durante a Questura em 77 a.C., oferece assistência aos habitantes de Ílion para superar a crise financeira resultante da Primeira Guerra Mitridática e, alguns anos mais tarde, como censor, beneficia a cidade com o mesmo status de isenção fiscal de Atenas. Sérvio, comentarista da **Eneida**, atribui a um certo Lúcio César³ – sem precisar qual deles, mas deste período em questão – uma explicação etimológica para o nome Iúlo, derivada do interesse do autor na genealogia familiar. O fragmento traz duas possibilidades de explicação para *Iulus*: a primeira derivando de “ioboulos” – que significa “habilidoso com o arco”; a segunda derivando de “iouulos” – o primeiro fio de barba que cresceu quando derrotou seu rival Mezêncio (SÉRVIO. **Comentário a Eneida** 1,267).

Tomando apenas os *Iulii* como exemplo, percebemos que essas genealogias heroicas são qualquer coisa, menos óbvias e facilmente tratáveis. Como bem lembra John Cristopher Smith em seu texto **Caesar and the History of Early Rome**, desde que os *Iulii Caesares* sentiram necessidade de apresentar uma genealogia divino-heroica, fizeram-no por dois cami-

nhos: um através de Júpiter, por meio de Vediovis, e outro através de Vênus (SMITH, 2010, p. 253). Um altar em Bovillae, cuja inscrição é datada de 100 a.C., reforça a conexão dessa *gens* com o universo de Alba Longa, e essa divindade identificada ao culto de Júpiter.⁴ Representado com feições joviais, sustentando um feixe de flechas em uma mão e carregando um *pilum* na outra, a divindade é também associada a Apolo. Ainda de acordo com Smith, nesse contexto a dedicação do templo de Apolo por Caio Júlio Mento, cônsul em 431 a.C., recordado na **História Romana** de Tito Lívio, pode ser um dado relevante e um fermento para novas ideias e conexões (SMITH, 2010, p.252; TITO LÍVIO. **História Romana** IV. 26,27). Dessa maneira, a proximidade entre Iúlo e Apolo na **Eneida** e o reconhecimento do jovem troiano como exímio arqueiro não podem ser um dado puramente aleatório no texto virgiliano – talvez um esforço de conciliação entre essas duas vertentes da genealogia familiar.

Não apenas os *Iulii Caesares*, mas outras *gentes* reivindicaram uma ligação com o passado troiano e albano. O tema era tão recorrente que Varro escreveu um trabalho sobre as famílias de linhagem troiana, intitulado **De familiis Troianis**, do qual temos notícia através do comentador Sêrvio Donato (SÉRVIO. **Comentário a Eneida** I, 267). Por sua vez, Tito Lívio na **História Romana** oferece uma relação das famílias de procedência troiana/albana – *Iulii*, *Serulii*, *Quintii*, *Curiazii* e *Cloelii* – que se mudaram para Roma com a destruição de Alba no reinado de Túlio Hostílio. Essa cidade (assim como Lavínio) simbolizava um poder primevo para os romanos e pode ter ajudado a prover uma solução para as lacunas cronológicas do passado pré-fundacional.

Também na **Eneida**, algumas casas aristocráticas e suas origens são recordadas nas competições atléticas promovidas em honra de Anquises, assim como na descrição dos líderes itálicos que comparecem em auxílio de Turno durante as guerras travadas no Lácio (VIRGÍLIO. **Eneida** V, vv. 104-602; VII, vv. 641-817). Certamente, essas competições narradas no Livro V da **Eneida** foram inspiradas no motivo homérico dos jogos organizados durante os funerais de Pátroclo, porém com especificidades culturais romanas como, por exemplo, a celebração do aniversário de morte e a etiologia para jogos ainda existentes no tempo do poeta, chamados de *luditroiani*. Virgílio elogia a destreza dos heróis epônimos e pretensos fundadores das *gentes Memmia*, *Sergia* e *Cluentia*, especificamente na liderança e manobra dos barcos durante a competição da regata:

*[uelocem Mnestheus agit acri remige Pristim,
 mox Italus Mnestheus, genus a quo nomine Memmi,
 ingentemque Gyas ingenti mole Chimaeram,
 urbis opus, triplici pubes quam Dardana uersu
 impellunt, terno consurgunt ordine remi;
 Sergestusque, domus tenet a quo Sergia nomen,
 Centauro inuehitur magna, Scyllaque Cloanthus
 caerulea, genus unde tibi, Romane Cluenti]*
 (VIRGÍLIO. **Eneida** V, vv. 116-123)

*[Mnesteu move a veloz Prístis
 com válidos remeiros;
 ao depois Ítalo Mnesteu a quem deve
 A família dos Mêmios o nome;
 Gias a grã Quimera, imensa mole,
 Obra de uma cidade: dão-lhe impulso
 Em três fileiras Dárdanos mancebos,
 E em três ordens os remos se levantam;
 Sergesto, de quem traz sua origem
 A Sérgia casa, vai na grã Centauro,
 E na cerúlea Cila vai Cloanto,
 Que da tua prosápia esclarecida
 Foi, Romano Cluento, o primeiro autor]*

Pristis, Quimera, Centauro, Cila, são possivelmente o nome dos barcos nos quais essas criaturas mitológicas estavam pintadas sobre as proas. Ignoramos a verdadeira razão da escolha de Virgílio por tais personagens – talvez, a alusão a genealogias já conhecidas no meio nobiliárquico de seu tempo. Com exceção da *gens Sergia*, sabemos que se tratava de famílias cuja ascensão política está vinculada ao contexto das guerras do final da República. De origem plebeia, o primeiro indivíduo da *gens Memmia* a conseguir proeminência foi Caio Memmio Quirino, edil em 216 a.C. e também o primeiro a celebrar a *Cerealia* em Roma; na sequência, Caio Memmio, que foi eleito pretor em 173 a.C. (LÍVIO. **História Romana** XIII, 09.10.24; SMITH, 1850, p. 1026). Por sua vez, das Guerras Jugurtinas (112-016 a.C.) até o Principado, os *Memmi* elegeram uma série de tribunos da plebe e cônsules. De origem osca, os *Cluentii* aparecem no cenário público somente a partir da Guerra Social, na qual Lúcio Cluêntio foi comandante das legiões

de Pompeu (APIANO. **Guerras Civis**l. 50.; SMITH, 1850, p. 806). Os *Sergii*, ao contrário, figuram entre as famílias patricias mais antigas da República – o primeiro Consulado data de 437 a.C., obtido por Lúcio Sérgio Fidenas – porém entram em uma espécie de hiato político a partir do IV a.C. e adquirem uma mácula irreversível com Lúcio Sérgio Catilina – cuja conspiração denunciada no Senado por Cícero, motivou a composição das **Catilinárias** e foi narrada também por Salústio. Forma-se um nítido contraste entre o ancestral Sergesto, bravo comandante e vencedor na competição da regata, e o infame descendente que o poeta coloca suspenso em um rochedo do Tártaro, quadro que Vulcano acrescenta ao escudo de Eneias (VIRGÍLIO. **Eneida** VIII, vv. 666-669).

Os *Atii* recebem um lugar de destaque nas competições atléticas mencionadas na **Eneida**. Como referimos acima, o poeta deriva sua origem de Atys, o dileto companheiro de Iúlio nos *luditroiani*. Esta *gens* não aparece entre as mais antigas da República, e nenhum de seus membros alcançou o Consulado. O primeiro indivíduo a conseguir alguma proeminência parece ter sido Lúcio Ácio como tribuno militar em 178 a.C.; posteriormente Marcos Ácio Balbo, avô de Otávio Augusto, que foi pretor em 62 a.C. Não por acaso essa genealogia dos *Atii* foi posteriormente enobrecida com a inclusão de um Atys Silvius na lista de reis albanos, mencionado tanto por Lívio quanto por Ovídio nos **Fastii**. Gary D. Farney, no livro **Ethnic Identity in Roman politics**, considera que algumas dessas intervenções na lista dos reis albanos podem ser explicadas a partir das ligações familiares e políticas de César e Otávio Augusto (FARNEY, 2007, p. 60). Assim, a presença de certo Agripa Sílvio entre esses monarcas albanos por ter fornecido um pedigree para seu braço direito, Marcos Agripa, e também para seus netos (LÍVIO. **História Romana** I. 38.03; OVÍDIO. **Fasti** IV. 49).

Ao nomear os líderes itálicos que comparecem ao auxílio de Turno, Virgílio alude à figura do ancestral heroico que deu origem aos *Claudii*: o guerreiro Clauso, proveniente da Sabina (VIRGÍLIO. **Eneida** VII, vv. 708). Tal alusão à genealogia heroica dos *Claudii* pode não ser aleatória, uma vez que este grupo mantinha relações políticas e alianças matrimoniais com a *domus* de Augusto. Cabe lembrar que Lúvia Drusila (38 a.C.—14 d.C.), segunda mulher de Augusto, era filha de Marco Lívio Druso Claudiano, distinto membro dessa *gens*. A ligação de Otávio com os *Claudii* se dá também através do matrimônio de sua irmã Otávia com Caio Cláudio Marcelo, cônsul em 50 a.C.

Assim como nas emissões dos *Iulii Caesares* referenciadas acima, alguns tipos monetários são identificados como alusivos a essas genealogias divino-

-heroicas. De acordo com Michael H. Crawford no livro **Roman Republican Coinage**, durante a Segunda Guerra Púnica as cunhagens romanas passaram por um processo de elaboração estética, principalmente com a instituição do denário, cujo reverso tornou-se *media* de uma amplitude de temas de natureza religiosa, histórica e política (CRAWFORD, 2008, p. 712-744). Com o passar do tempo, a cunhagem romana cada vez mais refletia as preocupações dos grupos oligárquicos na República, e algumas casas procuraram divulgar nas emissões monetárias a efigie do ancestral fundador, divindade tutelar ou culto familiar, ostentados como uma marca de distinção.

Como uma possível alusão ao motivo troiano, o monetário Lúcio Memmio Gal (Galerio?) imprime a figura Vênus em uma das emissões de denário de 106 a.C. O denário de tipo serrado traz no anverso a efigie de Saturno com a legenda ROMA (abaixo) e uma harpa; no reverso, o motivo iconográfico de Vênus em uma biga, segurando um cetro na mão esquerda e as rédeas na mão direita; acima da deusa aparece um cupido portando uma coroa e a legenda L·MEMMI GAL gravada no canto inferior (RRC, 313). O tipo é recuperado na emissão dos filhos desse mesmo monetário, Lúcio Memmio Gal e Caio Memmio Gal de 87 a.C.: o tipo é similar, inclusive pela distribuição das figuras, exceto pela legenda EX·S[ENATO]·C[ONSULTO] (indicando que a moeda foi cunhada por decreto do Senado) no anverso e pela legenda L·C·MEMMIES·L·F – Lúcio Memmio e Caio Memmio, filhos de Lúcio – no reverso (RRC, 349. **Fig. 03**). Segundo Crawford, os monetários não são conhecidos em outro documento, e seus filhos aparentemente pertencem ao braço menos importante dos *Memmi*, usando sua tribo – Gal [eria] – para distingui-los do tronco mais antigo (CRAWFORD, 1974, p. 320-3211).

Figura 03



Referências a Ulisses parecem uma constante nas cunhagens dos *Mammili*, provenientes de Tusculo e incorporados aos quadros de cidadãos

romanos desde o V a.C. Essa integração é descrita por Lívio como uma recompensa pelo apoio militar de Lúcio Mamílio, ditador de Tusculum, que, em 460 a.C., ajudou os romanos a repelir uma invasão samnita do Capitólio. De acordo com Farney, podemos traçar as tradições familiares dos *Mamilii*, de sua poderosa origem municipal até sua ascensão ao poder em Roma (FARNEY, 2007, p. 61). No entanto, os dois ramos mais prósperos da *gens*, os *Vitúlie* os *Turini*, entraram em uma espécie de ostracismo público depois do II a.C., momento que acompanhou o aparecimento de outro *cognomen* – *Limetanus* -e das cunhagens. Um denário datado de 189 a.C., cunhado em Roma, traz no anverso a cabeça laureada de Jano e no reverso Ulisses carregando um cajado na mão esquerda; a legenda ROMA é gravada na lateral direita, assim como a legenda L. MAMIII é gravada abaixo da proa (RRC, 149). O moedeiro⁵ em questão, todavia, não é conhecido em outra fonte além dessa moeda. O tipo remete à genealogia familiar, visto que os *Mamilii* atribuem a origem de seu *nomem* à Mamilia, filha de Telêgono, fundador heroico de Tusculum, por sua vez, filho de Ulisses e Circe (OVÍDIO. *Fasti* III. 92; *Metamorfoeses* XIII.146). O herói homérico volta a figurar em um denário serrado – *denarius serratus* – datado de 82 a.C., cunhado em Roma e atribuído a Caio Mamílio Limetano, filho do tribuno da plebe de 109 a.C. A moeda traz no anverso a efigie de Mercúrio e no reverso o tipo de Ulisses, apoiado em um cajado – mão esquerda – e sendo festejado por seu cão Argos (RRC, 362/1.Fig. 04).

Figura 04



Hércules, por sua vez, figura no denário de Caio Antio Restio, emitido em 47 a.C. A moeda traz no anverso a efigie do tribuno da plebe de 68 a.C. – o que não é de se estranhar, uma vez que o rosto de César já havia antes aparecido nas moedas –, ancestral do monetário em questão; no reverso

Hércules aparece caminhando com a pele de leão, segurando uma massa na mão direita e um troféu na mão esquerda; abaixo, no canto esquerdo, a legenda C·ANTIVS·C·F, que se traduz por Caius Antius, filho de Caius (RRC, 455. **Fig.05**). O reverso faz alusão à reivindicação da família de des-cender de Antíades, filho de Hércules (APOLODORO. **Biblioteca II**, 7,8).

Figura 05



De qualquer maneira, isso não era exclusividade dos *Antii*, pois o Triúviro Marco Antônio, por exemplo, declarava possuir o sangue de Hércules através de outro filho do herói com o nome similar de Antónos – ΑΝΤΩΝΟΣ. Segundo Plutarco, além dos traços fisionômicos – uma hirsuta barba, ampla frente e um nariz aquilino – que o aproximavam do pretense ancestral heroico, ao apresentar-se em público Antônio costumava trazer a túnica cingida à cintura, uma grande espada presa ao flanco e um manto áspero sobre o ombro (PLUTARCO. **Vida de Antônio** 4.2; 36.7). Se essas feições hercúleas foram utilizadas por Otávio numa campanha de difamação contra o rival, principalmente a desmesura com a bebida, a aparência e o próprio jeito de se portar à mesa rendiam-no enorme popularidade com os soldados. Os membros da *gens Fabia*, por um lado, proclamavam-se descendentes de Hércules e de Evandro; por outro, herói árcaico fundador de Palanteum (OVÍDIO. **Fasti II**. 237).

Em geral essas genealogias são confusas, propriamente um amálgama de estratos resultante de reformulações diversas, suscitadas pelas mais complexas circunstâncias históricas. De acordo com Christopher Smith, no livro **Roman Clan: the Gens from Ancient Ideology to Modern Anthropology**, o grau efetivo de parentesco daqueles que compartilhavam um *nomen* pode ser menos significativo do que o sentimento de pertencerem a uma origem gentílica comum, e esse sentimento podia flutuar com certa rapidez (SMITH, 2006, p. 41). Uma vez que os interesses mudam e novos

ramos aparecem ostentando o *nomen* gentílico, pode surgir a ocasião para repensar esse vínculo com o *princeps gentis*. A propósito dos *Aemilii*, é possível detectar quatro narrativas genealógicas distintas: em uma delas, a *gens* atribui sua origem a Mamerco, que mudou seu nome para Emílio, sendo representado como um dos filhos do rei Numa Pompílio e algumas vezes como filho de Pitágoras. As outras três variantes remetem, de alguma forma, ao ciclo troiano e, por consequência, à realeza albana: respectivamente, o nome da *gens* é derivado tanto de Aemylos, um suposto filho de Ascânio; ou de Amúlius, rival de Númitor; ou de Aemília, mãe de Rômulo e filha de Eneias e Lavínia. A competição é um fator a se considerar nessa engenharia genealógica, pois, uma vez que outras famílias reivindicavam uma ancestralidade troiana e albana, os *Aemilii*, provavelmente, não quise-ram ter seu *princeps gentis* diminuído em importância.

Garry Farney, no livro intitulado **Ethnic Identity and Aristocratic Competition**, focou esse esforço de autopromoção das famílias em Roma a partir dessas genealogias. Farney busca compreender como a identidade local de algumas famílias aristocráticas interage dentro da política cultural e social da República romana (FARNEY, 2007, p. 01-26). Uma vez que inexistem partidos políticos – no sentido moderno –, o caráter, a reputação e origem familiar eram ferramentas manejadas pelos indivíduos para celebrar seu papel na ordem senatorial e pleitearem as magistraturas. Por mais helenizadas que possam parecer, essas genealogias familiares – associadas ao ciclo de retorno dos heróis homéricos ou às peregrinações de Hércules – não deixavam de reforçar o vínculo com a tradição local, seja ela latina ou itálica. Basicamente, transformava-se a história familiar em boas e distintas qualidades, uma mensagem forte que facilmente poderia ser direcionada para o terreno da competição política.

Desde os anos iniciais do seu *cursus honorum*, Caio Júlio César buscou suporte nas pretensas origens heroicas de sua *gens*. Durante a ditadura de Sila, o jovem César foi compelido a fugir de Roma, uma vez que recusou a se divorciar da primeira mulher, Cornélia Cina, filha de um dos principais opositores políticos do ditador. Seu pai pertencia ao *ranking* senatorial e era partidário de Caio Mário, com quem casou sua irmã Júlia. Com a morte de Sila (78 a.C.), César regressou a Roma, mostrando-se também um habilidoso orador nas causas que defendeu no Fórum romano. Como Questor, pronunciou o elogio fúnebre a sua tia Júlia enfatizando que ela descendia dos reis por parte da mãe e, por parte do pai, ligava-se aos imortais (SUETÔNIO. **Vida de Júlio César** 06.01).

Salvo pelo episódio isolado da oração fúnebre à tia, o investimento na herança troiana ou na tutela especial de Vênus aparece mais claramente como estratégia de autopromoção apenas a partir da Guerra Civil. O motivo troiano não é documentado nas emissões de César antes da vitória sobre Pompeu Magno em 48 a.C. Basta mencionarmos a clássica cunhagem de 47-46 a.C.: o denário, cunhado na África, traz no reverso a cena de Eneias em fuga, com Anquises nos ombros e firmando o *Paladium*⁶ em uma das mãos. Gravada na vertical, a inscrição CAESAR flanqueia a figura do herói troiano. Por sua vez, o anverso é preenchido com a efigie de Vênus, coroada com um diadema cujas pontas tocam o ombro da deusa (RRC, 458. Fig. 06). O que nesse momento pode ter motivado a escolha do tipo? Para esse questionamento não temos uma resposta categórica; por outro lado, podemos inferir que a conhecida devoção de Sila e de Pompeu, seu genro, a Vênus *Victrix* pode ter inibido César de se vincular de forma mais ostensiva à deusa.

Figura 06



Pompeu e César competiram pelo apoio de Vênus durante as Guerras Civis, especialmente depois da batalha de Farsalos. Ambos, de acordo com os biógrafos, tiveram sonhos proféticos com a deusa antes da batalha. Como escreveu Plutarco a respeito das expectativas às vésperas do choque com as tropas cesarianas, “ele temia que a estirpe de César, que remontava a Vênus, estivesse por receber a glória e o esplendor através dele” (PLUTARCO. **Vida de Pompeu LXVIII**, 02). Apenas a Guerra Civil tinha eclodido, César discursou às tropas reunidas em Placência, comentando a respeito de sua progênie que vinha de Eneias e Íúlio (DION CASSIO. **História Romana XLI**. 34.01). Ele tão peremptoriamente enfatizava tal vinculação ao ponto de seus adversários chamarem-no “descendente de

Vênus” – *venere prognatus* – sem mencionar seu nome (Marco Célio Rufo in CÍCERO. **Cartas aos Amigos** VIII. 15.02 *apud* WEINSTOCK, 1971, p. 83); Além disso, ele é recordado por Estrabão concedendo uma série de privilégios sobre Ílion na Ásia Menor, assegurando à cidade estatuto extra-territorial e imunidade de taxaço (ESTRABÃO. XIII. 13.01.27 *apud* ERSKINE, 2001, p. 246-247). Segundo Andrew Erskine em seu livro **Troy between Greece and Rome. Local tradition and Imperial Power**, as fontes não são claras a respeito dessas concessões, e pode ser que César apenas estivesse confirmando privilégios precedentes sob o pretexto de seu alegado vínculo de parentesco com a cidade (ERSKINE, 2001, p. 246-247).

Considerando as feições do Eneias entalhado no denário de 47 a.C. – se não estivermos superinterpretando essa moeda –, supostamente César procurou comemorar o ancestral em vista da vitória militar e da predileção divina sobre a própria estirpe. Muito embora o herói não esteja envergando uma couraça, é caracterizado em vigor físico e disposição bélica – bem diferente das feições que Otávio imprime em seu Eneias no *aureus* cunhado em 42 a.C. (RRC, 494/3a. Fig. 07). Segundo Karl Galinsky no livro **Aeneas, Sicily and Rome**, César ao escolher representar o herói em nudez heroica, remete à excelência guerreira que o caracteriza nos poemas homéricos, sendo este motivo cesariano posteriormente retomado em um denário de imperador Trajano durante sua campanha de expansão (GALINSKY, 1969, p. 04-05; BMC Emp. 3. 141). Além do mais, Ascânio/Iúlo não é representado sob a guia do pai – como acontece na maior parte das representações augustanas –; ao invés disso, o herói traz o *Paladium* na mão esquerda, símbolo marcial da sobrevivência de Troia.

Figura 07



A discussão sobre o tópico é extensa e nem atreveríamos propor uma resposta para o problema. Acreditamos, porém, que, mais que um jogo com

regras fixas, cumpre analisar os usos contextuais e reformulações dessa herança genealógica pelos atores históricos. No esforço de mapear a incorporação de Eneias na genealogia dos *Iulii*, percebemos a adequação de uma abordagem pontual historicizante desse objeto. Para além dos feitos de Eneias, a célebre epopeia de Virgílio condensa a memória de várias *gentes* romanas responsáveis pelo engrandecimento da *urbis*, exalta também a bravura dos povos itálicos e suas tradições. Assim, mais relevante do que a busca incessante pelas origens, este texto buscou avaliar, quando possível, as motivações que exigiram reformulações na genealogia heroico-divino e seus diferentes usos pelos atores históricos.

Lista de Figuras

Fig. 01. Moeda de prata. Denário de Sexto Júlio César. RRC 258. © Trustees of the British Museum

Fig. 02. Moeda de prata. Denário de Lúcio Júlio César. RRC 320. © Trustees of the British Museum

Fig. 03. Moeda de prata. Denário de Lúcio Memmio Gal e Caio Memmio Gal. RRC 349. © Trustees of the British Museum

Fig. 04. Moeda de prata. Denário Serrado Caio Mamílio Limetano. RRC 362/1. © Trustees of the British Museum

Fig. 05. Moeda de prata. Denário de Caio Antio Restio. RRC 455. © Trustees of the British Museum

Fig. 06. Moeda de prata. Denário de Caio Júlio César. RRC 458. © Trustees of the British Museum

Fig. 07. Moeda de ouro. Áureo de Caio Júlio César Otaviano. RRC, 494/3a. © Trustees of the British Museum

Documentação escrita

APPIAN. **Roman History**. Trad. Horace White. Harvard: University Press, 2013.
CATO. Origines. In: CORNELL, T.J. (g.e.); BISPHAM, E.H.; RICH, J.W.; SMITH, C.J. (Eds.) [et al.] **The fragments of the Roman historians**. Oxford University Press, 2013.

APOLLODORUS. **The Library**. (The Loeb Classical Library). Trad. Sir James George Frazer. London: William Heineman, 1921.

DIO CASSIUS. **Dio's Roman History**. (The Loeb Classical Library). Trad. Earnest Cary. Harvard: University Press, 1924.

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. **The Roman Antiquities**. (The Loeb Classical Library). Trad. Earnest Carry. London: William Heinemann, 1960.

ENNIUS. **Annals**. (The Loeb Classical Library – v. 1). Trad. Ed. E.H. Warmington. Harvard: University Press, 2006.

NAEVIUS. **The Punic War**. (The Loeb Classical Library – v. 2). Trad. Ed. E.H. Warmington. Harvard: University Press, 2006.

OVIDIO. **I Fasti**. Trad. Luca Canali. Milano: Bur Rizzoli, 2011.

OVID. **Metamorphoses**. Trad. Hugo Magnus. Boston: Brookes More & Cornhill Publishing, 1922.

PLUTARCH. The Life of Antony. In: PLUTARCH. **The Parallel Lives**. (The Loeb Classical Library). Trad. Bernadotte Perrin. London: William Heinemann, 1919.

PLUTARCO. **Antonio**. Trad. Rita Scuderi. Milano: Bur Rizzoli, 1999.

SERVIUSHONORATUS, MAURUS. **In Vergilii carmina comentarii**. Servii Grammatici qui feruntur in Vergilii carmina commentarii; recensuerunt Georgius Thilo et Hermannus Hagen. Georgius Thilo. Leipzig: B. G. Teubner. 1881.

TITUS LIVIUS. **History of Rome**. Trad. Canon Roberts. London: Everyman's Library Classical, 1905.

TITO LÍVIO. **Historia Romana**. Primera Década. Trad. Francisco Montes de Oca. Ciudad de México: Editorial Porrúa, 2006.

_____. **Storia di Roma**. Dalla sua Fondazione. Volume Primo (Libri I-II). Trad. Mario Scàndola. Milano: Bur Rizzoli, 2010.

_____. **Storia di Roma**. Dalla sua Fondazione. Volume Terzo (Libri V-VII). Trad. Claudio Moreschini. Milano: Fabbri Editori, 2004.

VIRGIL. **Aeneid**. (The Loeb Classical Library). Trad. Rushton Fairclough. London: William Heineman, 1916.

VIRGILIO. **Bucólicas**. Trad. Pablo Ingberg. Buenos Aires: Losada, 2004.

_____. **Eneida**. Trad. Eugenio de Ochoa. Buenos Aires: Losada, 2004.

_____. **Eneida**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Brasília: Ed. UnB, 1983.

_____. **Eneida**. (Livros IX – XII). Trad. José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Eneida**. Trad. Odorico Mendes. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

_____. **Eneide**. Trad. Vittorio Sermonetti. Milano: Bur Rizzoli, 2007.

VERGILIUS. **Opera**. V. II. Aeneis. Ed. Remigius Sabbadini. Roma: Typis Regiae Officinae Polygraphicae, 1930.

Catálogos de moedas

CRAWFORD, M. **Roman Republican Coinage**. Cambridge: University Press, 1971.

GRUEBER, H.A. **Coins of the Roman Republic in the British Museum**. London: British Museum, 1970.

SUTHERLAND, C.H.V. **The Roman Imperial Coinage** – v. 1. (The Loeb Classical Library). London: Spink and Son Limited, 1984.

Dicionários e edições comentadas

HORSFALL, Nicholas. **Virgil Aeneid 7: a commentary**. Leiden: Brill, 2000.

_____. **Virgil Aeneid 2: a commentary**. Leiden: Brill, 2008.

Oxford Latin Dictionary. Oxford: University Press, 1968.

SMITH, William (ed.). **A Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology**. London: J. Murray, 1850.

Referências bibliográficas

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORNELL, T. J. Commentaries on Cato's Origines. In: CORNELL, T.J. (g.e.); BISPHAM, E.H.; RICH, J.W.; SMITH, C.J. (Eds.) [et al.] **The fragments of the Roman historians**. Volume III. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 61-79.

BADIAN, E. From the Iulii to Caesar. In: GRIFFIN, M. **A Companion to Julius Caesar**. Oxford: Blackwell, 2009, p.11-22.

ERSKINE, A. **Troy between Greece and Rome**. Local tradition and Imperial Power. Oxford: University Press, 2001.

FARNEY, G.D. **Ethnic Identity and Aristocratic Competition in Republican Rome**. Cambridge: University Press, 2007.

FLOWER, H.I. **Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture**. Oxford: University Press, 2001.

GALINSKY, K.G. **Aeneas, Sicily and Rome**. Princeton: University Press, 1969.

SMITH, C.J. Caesar and the history of the Early Rome. In: URSO, G. (Cur.)

Cesare: precursor o visionario? : Atti del convegno internazionale, Cividale del Friuli, 17-19 settembre 2009. Pisa: s/e, 2010.

_____. **The Roman Clan: the Gens from Ancient Ideology to Modern Anthropology.** Cambridge: University Press, 2006.

Notas

¹ Uma das condições de se pertencer à *nobilitas* é estar constantemente sob os olhos e apreciação do público. Segundo Geoffrey Sumi, que estuda a afinidade entre performance e poder na cultura política romana, cerimônias como casamentos, festas, jogos e funerais tornam-se momentos privilegiados para ostentação da *uirtus* assim como uma oportunidade para revelar a capacidade de governar (2008, p. 2).

² No período republicano as moedas foram fabricadas tanto pelo método de fusão quanto de cunhagem, este último conhecido pelos gregos desde o século VII a.C. Utilizado na confecção do *aes rudes*, *aessignatum* e da primeira moeda propriamente dita, denominada *aes graves*, o processo de fusão caracterizava-se pela introdução do bronze líquido em canaletas de terracota ou argila, conectadas a uma forma refratária do mesmo material. De acordo com Frederico Barelloni livro **Archeologia della moneta. Produzione e utilizzo nell'antichità**, a técnica trazia uma série de inconvenientes, entre eles a difícil regularidade dos pesos, a realização de uma impressão ruim, porosa e menos nítida, e a fácil ação dos falsários (BARELLO, 2014, p. 94-98). De datação incerta e introduzida em Roma a partir do contato com as cidades da Campânia, a cunhagem atende à demanda de regularidade e presteza na produção das peças. Com a ajuda de uma pinça, inseria-se o pequeno disco de metal aquecido (cobre, prata ou ouro), denominado flan, entre duas cunhas, com seus respectivos entalhes em baixo-relevo. Em geral, o procedimento requeria um esforço conjunto, pois enquanto um operário ajustava o flan sobre a cunha da bigorna, o outro golpeava a cunha superior com um martelo. O anverso resultava da impressão da cunha da bigorna, enquanto o reverso correspondia ao lado do martelo. Como regra, a cunha da bigorna, fixa e mais resistente, era utilizada para gerar a impressão menos variável da moeda (em época imperial, é o lado em que se gravava a efigie do imperador), enquanto o cone do martelo era destinado ao tipo mais transitório. Segundo Adriano Savio no livro **Monete Romane**, é difícil precisar com segurança o material empregado na confecção dessas cunhas que, por regra, eram destruídas ao fim das emissões, com o fito de evitar cunhagens não autorizadas (SAVIO, 2001, p. 63-64). Muito provavelmente, as poucas peças que nos chegaram eram instrumentos de falsários. O desenvolvimento da técnica pelos romanos resultou em um gradativo rebuscamento da impressão tanto do desenho quanto da legenda.

³ Sobre os desafios metodológicos trazidos pelos fragmentos e obras atribuídas a César ou Lúcio César, citado (os) com frequência nas **Origo Gentis Romanae**, conferir Jacques Perret no livro **Les Origines de La Legend Troyenne** e Christopher J. Smith em **Caesar and the History of Early Rome**. Enquanto Macróbio, nas **Saturnálias**, atribui a um Iulius Caesar um trabalho sobre auspícios, as **Origo Gentis Romanae** referem-se a outro trabalho, um **Libri Pontificalium**, escrito por César (MACRÓBIO. **Saturnália** I,16,29; **Origo Gentis Romanae** IX,6). De acordo com Smith, não podemos provar que os fragmentos não se refiram também a autores diferentes, um com interesse em História Romana a partir do registro dos pontífices, e outro especializado em assuntos augurais (SMITH, 2010, p. 260-264).

⁴ [VEDIOVEI PATREI GENTILES IVLIEI

VEDI[OVEI] AARA

LEEGE ALBANA DICATA]

[Dos *gentiles* (componentes) dos Iulii ao Pai Vediovis

Um altar à Vediovis prescrito pela Lei Albana]

⁵ A maioria dos denários cunhados no período republicano traz o nome do moedeiro responsável, algumas vezes acompanhado da legenda IIIIVIR ou IIIIVIR (quando o número foi aumentado para quatro com César), posto que os moedeiros constituíam um colégio menor de magistrados reconhecidos como *triumviri* ou *tres uiri monetales*. Outra abreviação comum nas moedas era a de IIIIVIR AAAFF “*triumviri aere auro argento flando feriundo*” que se traduz por “três homens responsáveis pela fundição e cunhagem do bronze, ouro e prata”. Por sua vez, não se sabe ao certo se o cargo era eleito ou uma indicação do cônsul em exercício e os *triumviri monetales* respondiam à autoridade do Questor que estabeleciam a quantidade de metal a ser cunhado. Na opinião de Harriet Flower no livro **Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture**, o cargo oferecia um incentivo aos jovens sôfregos de iniciarem a carreira das magistraturas (FLOWER, 2001, p. 80). Essa autora propõe uma relação interessante entre a *Lex Gabinia*, que introduziu a cédula de votação secreta, e o recrudescimento da divulgação dos ancestrais nas moedas republicanas. Na opinião de Flower, uma vez que os meios de manipulação eleitoral são moderados, as moedas se tornam um poderoso veículo de divulgação das famílias em disputa (FLOWER, 2001, p. 80).

⁶ Estátua de madeira associada a Atena, de grande antiguidade e que, de acordo com o Ciclo Épico, Diomedes e Odisseu subtraem da cidadela de Ílion. Segundo uma versão tardia, registrada por Dionísio de Halicarnasso, o *Paladium* juntamente com outras estátuas foram posteriormente recuperados por Eneias, enquanto a parte baixa de Troia estava sendo saqueada e devidamente transportada com ele para a Itália (DIONÍSIO DE HALICARNASSO. **Antiguidades Romanas** I.69). Na **Eneida**, o roubo do *Paladium* é acompanhado de portentos sinistros e clara desaprovação divina (VIRGÍLIO. **Eneida** II, vv. 154-194).

SEMELHANÇAS COMPOSITIVAS ENTRE O LIVRO III DAS *GEÓRGICAS* DE VIRGÍLIO E O LIVRO VI DO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELA^{1*}

Matheus Trevizam^{**}

Resumo:

*Neste artigo, desejamos mostrar que há pontos literários comuns partilhados entre o livro III das **Geórgicas** de Virgílio e o livro VI do **De re rustica** de Columela. Esses mesmos aspectos, porém, não se restringem a alguns elementos típicos das praelocutiones (dedicatória, captatio benevolentiae, etc.), mas se espalham por toda a extensão dos livros anteriormente citados, apresentando-se sob a forma das digressões, do empenho descritivo dos corpos dos animais rústicos e do especial cuidado na dispositio dos assuntos em nexu com a criação.*

Palavras-chave: Columela; Virgílio; **Geórgicas**; literatura agrária romana; construção textual.

RESSEMBLANCES DE COMPOSITION ENTRE LE LIVRE III DES *GÉORGIQUES* DE VIRGILE ET LE LIVRE VI DU *DE RE RUSTICA* DE COLUMELLE

Résumé: *Cet article a pour but de montrer qu'il y a des aspects littéraires communs partagés par le livre III des **Geórgiques** de Virgile et par le livre VI du **De re rustica** de Columelle. Ces mêmes aspects, pourtant, ne se bornent pas à quelques éléments typiques des praelocutiones (dédicace, captatio benevolentiae etc.), mais ils se répandent partout dans les livres ci-dessus mentionnés, se présentant sous la forme de digressions, de l'effort descriptif des corps des animaux rustiques, et du soin particulier dans la dispositio des sujets en rapport avec élevage.*

Mots-clés: Columelle; Virgile; **Geórgiques**; littérature agronomique romaine; construction textuelle.

* Recebido em: 20/01/2016 e aceito em: 01/03/2016.

** Professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Neam (Núcleo de Estudos Antigos e Medievais da Fale/ Fafich-UFMG) e líder do Grupo de Pesquisa Tradução e Estudo da Literatura Técnica e Didática Romana (Fale-UFMG).

Introdução

O exame da chamada “Literatura agrônômica” dos romanos antigos revela vários autores, desde a iniciativa pioneira do Catão de **De agri cultura** (séc. II a.C.) até o **Opus agriculturae** de Paládio (séc. IV d.C.), capazes, de algum modo, de “repercutirem-se” ou de incorporar os saberes de seus predecessores às páginas das obras que compuseram. Assim, comenta-se com alguma frequência, Varrão de Reate (séc. I a.C.), autor de um diálogo chamado **De re rustica**, empregou elementos do **De agri cultura** catoniano para construir o próprio texto;² Virgílio (séc. I a.C.), elaborando suas **Geórgicas**, serviu-se abundantemente de material varroniano,³ mas também, é provável, de aspectos pontuais um dia tratados por Catão no opúsculo que mencionamos;⁴ Paládio, por sua vez, já foi definido como uma espécie de “sintetizador” do vasto **De re rustica** de Columela (CARTELLE, 2007, p. 798), cujos conteúdos, no entanto, reelabora criativamente já pelo fato de tê-los disposto sob a forma aproximada de um “calendário”, ao longo do qual se abordam, em ordem cronológica, as variadas tarefas agrícolas previstas para o ano (TREVIZAM, 2014, p. 52).

Quando passamos à consideração dessas questões na verdadeira “enciclopédia” de assuntos rurais que se identifica com o **De re rustica** de Columela (séc. I d.C.), de fato divisamos, apesar da amplitude da cultura técnica e letrada desse autor latino,⁵ um polo privilegiado para que se investigue, sobretudo, o papel de *Virgilio* como foco de emanção de saberes (inclusive compositivos) atinentes ao universo agrícola. Ora, atesta-se, através do mecanismo filológico da “busca das fontes”, que o poeta mantuano corresponde, com vantagens, ao autor antigo mais “evocado” ao longo de todo o tratado de Columela:

*In spite of the difference between the technical levels of the two authors, Columella expresses a great admiration for Virgil and mentions or quotes him more than any other agronomist. To be more precise, he does it seventy times, twice more than he names Cornelius Celsus, the agronomist who seems to him the most reliable one.*⁶ (DUMONT, 2009, p. 49)

Il de Saint-Denis sostiene che Columella cita Virgilio per motivi tecnici 47 volte, approvandolo in pieno 43, con riserva 2 e confutan-

*dolo altre 2, e sulla base del semplice computo numerico conclude che l'agronomo ammira devotamente il Virgilio tecnico. In verità Columella cita Virgilio per motivazioni tecniche solo 42 volte, si dichiara concorde con lui 36, e altre 6 dissente o tace; ed è proprio dall'esame di questi dissensi e silenzi che possiamo trarre una valutazione completa del pensiero dell'agronomo riguardo al valore tecnico delle **Georgiche**.*⁷ (COSSARINI, 1977, p. 231)

Questões – ou diferenças – numéricas de citações à parte,⁸ ainda se sabe, como anunciamos, que o poeta em jogo correspondeu a um significativo referencial para Columela também no tocante a certos parâmetros estruturadores da feitura letrada de **De re rustica**. Assim, apenas para oferecermos um exemplo ostensivo, o livro X desse tratado (em geral prosístico), cujos temas abordam o multifacetado âmbito das plantas hortenses, foi curiosamente elaborado no esteio do poema didático constituído pelas **Geórgicas**, de modo, até, que se anuncie sua feitura como algo dado “em resposta” a uma lacuna do livro IV daquela obra progressiva.⁹ Na verdade, tem-se em tal parte de **De re rustica** um *poema* em 436 versos hexâmetros datílicos, cujos assuntos de cultivo também são perpassados por imagens e digressões míticas, bem como se encontram plenos de sugestões cromáticas e sonoras. Além disso, nota-se na tessitura desse mesmo livro X a recorrência a outros detalhes que já se encontravam, à sua maneira, nas **Geórgicas**, podendo-se mesmo apontar certos experimentos com os limites do gênero da poesia didática como algo constante, coincidentemente, das tramas poéticas de Virgílio e de Columela.¹⁰

Ora, nosso objetivo será, na continuidade deste artigo, apontar uma série de elementos do livro III das **Geórgicas** cujos padrões constitutivos encontrem, de algum modo, “correspondências” naqueles do livro VI do **De re rustica** columeliano. O motivo da escolha justo desses dois livros do poema e do tratado, respectivamente, vincula-se à sua relativa coincidência temática, como adiante explicitaremos melhor. Por ora, no entanto, basta lembrar que, em Virgílio e Columela, essas partes de cada obra sempre dizem respeito a assuntos pecuários, em cobertura a tópicos como as criações de bovinos e cavalos (ou outros).

Por outro lado, apontando eventuais semelhanças entre Columela e Virgílio nos termos que temos empregado, de modo algum pretendemos categoricamente afirmar que o tratadista tenha sido, sem sombra de dúvida,

“influenciado” de forma consciente pelo poeta. Muitas vezes, preferimos pensar, tais semelhanças podem antes dever-se a funcionamentos retórico-literários parecidos entre os textos, apesar das óbvias diferenças genéricas em questão: afinal, tanto na poesia didática quanto nos tratados é justo, por exemplo, recorrer à *uariatio* a fim de produzir maior leveza expositiva, o que vem a justificar que tanto no livro III das **Geórgicas** quanto no sexto de Columela se encontrem digressões.

Questões atinentes à *praelocutio* de *De re rustica* VI e àquela de *Geórgicas* III

A própria presença dessas peculiares *praelocutiones* nos inícios desses livros do tratado e do poema didático a que nos referimos indica por si certa similaridade construtiva entre as duas obras em pauta. Quando pensamos apenas na poesia didática, a existência de uma *praelocutio* como aquela constante de **Geórgicas** III, longe de ser um dado apenas banal, propicia-nos acompanhar o enveredamento do poeta por uma trilha compositiva antes já percorrida pelo Lucrécio de **De rerum natura**.

Os críticos, com efeito, ressaltaram que esse autor epicurista foi o primeiro a organizar um poema didático em *diferentes livros* atinentes a diferentes assuntos, tendo antes prevalecido, é provável, a escrita em “monobloco” e mais concisa dos espécimes do gênero (TOOHEY, 2010, p. 87-88). Ainda, cada uma das seis subdivisões de **De rerum natura** é encabeçada por sua própria introdução, de modo que, embora a do livro inicial também se preste a “abrir” o todo do poema, elas possam sucessivamente adaptar-se aos conteúdos dos distintos livros que iniciam. Assim, na do livro I, Lucrécio esboça, entre v. 50-61, a súpula dos assuntos que há de tratar nele; tais assuntos são, a saber, os princípios básicos da teoria atômica,¹¹ considerados indispensáveis para que se compreendam, inclusive, os dizeres contidos no livro III até o final do poema. No começo do livro IV, os versos prévios à efetiva entrada nos conteúdos, em seu trecho de discriminá-los sumariamente para essa parte do poema, falam em iniciar a abordagem teórica dos “simulacros” de acordo com a definição dos epicuristas para tal tipo de “emanação sutil” dos corpos físicos;¹² essa teoria, acrescentamos, vincula-se intrinsecamente aos conteúdos posteriores do mesmo livro IV, tão relacionados ao mecanismo das sensações (como a própria visão, que se dá pelo contato direto dos olhos com os simulacros das coisas, provenientes do ar).

Embora não nos seja tão fácil seguir o percurso da forma dada aos tratados – o segundo dos gêneros que aqui nos interessa, por ser o do **De re rustica** columeliano –, devido à relativa falta de interesse dos críticos da produção letrada antiga diante desse legado¹³ podemos dizer que certos traços encontráveis na obra em prosa aludida são uma espécie de constante na história da categoria compositiva em foco. Assim, lembrando que a produção tratadística no Ocidente remonta, pelo menos, ao Aristóteles de textos como o **Peri ouranoû**, a **Ética a Nicômaco** e a **Arte Retórica**, pode-se tomar como exemplo o caso romano do **De Architectura** de Vitrúvio para dizer que tal escritor técnico, ainda nos tempos de Otaviano Augusto, já compusera esse tratado sob a forma de dez livros distintos, cada qual introduzido por uma *praelocutio* própria. Nota-se, inclusive, seu emprego com fins de expor uma sùmula dos principais assuntos a serem abordados em cada grande subdivisão do texto:

*Item in secundo de materia, quas habeat in operibus utilitates et quibus uirtutibus e natura rerum est comparata, peregi. Nunc in tertio de deorum immortalium aedibus sacris dicam et, uti oporteat, perscriptas exponam.*¹⁴

Ora, a *praelocutio* de **Geórgicas III**, “exclusiva” dessa parte do poema de Virgílio, encontra-se em grande harmonia com ela pelo anúncio aproximado do teor pecuário desse livro, às vezes realizado através da sugestiva imagética mítico-religiosa vista em algumas de suas partes. A saber, o poeta fala, nos v. 1-2, de “grande Pales” (*magna Pales*), do “pastor do Anfriso” (*pastor ab Amphryso*) e dos “bosques e rios do Liceu” (*siluae amnesque Lycaei*). Tais elementos – respectivamente evocativos de uma deusa itálica a quem se atribuía a guarda dos rebanhos,¹⁵ de certa aventura de Apolo, o filho de Zeus, como boieiro do rei Admeto de Feras, na Tessália (GRIMAL, 1963, p. 42), e de dois componentes naturais de um monte arcadiano associado a Pã¹⁶ – contribuem de forma decisiva para a “ancoragem” do presente fazer do poeta em um âmbito em nexos com as criações de animais. Também lembramos, a propósito, que Virgílio, nesse exato início do livro III, rejeitara alguns temas mítico-literários (como “Delos de Latona” – *Latonia Delos* –, v. 6; “Pélope notável pelo ombro de marfim” – *umeroque Pelops insignis eburno* – v. 7 –, etc.), considerados por ele próprio pouco cabíveis a essa parte do poema didático tal como a tinha planejado.¹⁷

Ainda ao final da mesma *praelocutio*, Virgílio mais uma vez a adapta ao “tom” do livro que abre, pronunciando-se assim depois do considerável

“desvio” representado – entre v. 10-39 – pela alegoria (relativa à posterior feitura de um poema épico! – WILKINSON, 2008, p. 186) da construção de um templo marmóreo em Mântua:

Interea Dryadum silvas saltusque sequamur 40
intactos, tua, Maecenas, haud mollia iussa.
Te sine nil altum mens incohat. En age, segnīs
rumpe moras; uocat ingenti clamore Cithaeron
Taugetique canes domitrixque Epidaurus equorum;
et uox adsensu nemorum ingeminata remugit. 45
Mox tamen ardentis accingar dicere pugnas
Caesaris et nomen fama tot ferre per annos,
*Tithoni prima quotabestab origine Caesar.*¹⁸

Desse modo, imagens como a das “bosques e clareiras intocados das Dríades” (v. 40-41), a do “Citero” (v. 43), a dos “cães taigetos e Epidauro domadora de cavalos” (v. 44), contrapostas ao tema belicoso e épico das “batalhas ardentes de César” (v. 46-47), inserem-se em propósitos de operar, aqui, nítido recorte temático e de grandeza do canto agora conveniente a um poeta didático que há, “apenas”, de tratar de manadas e rebanhos até o término do livro III.

Quanto à *praelocutio* própria de **De re rustica** VI, nela se introduzem importantes tópicos emnexo direto com o assunto da criação de animais, o qual, depois, constituirá o foco temático do livro inteiro. Assim, Columela o inicia posicionando-se a favor da aliança entre a pecuária e a agricultura, de modo que se afastem as ideias relativas a uma espécie de “competição” entre essas duas práticas/saberes: alguns dos argumentos arrolados por ele com esse fim dizem respeito a ressaltar ser melhor “consumir com os animais de casa do que com os de outros o alimento da propriedade”,¹⁹ bem como que sobejam os frutos da terra “por uma adubação abundante, a qual se faz através dos rebanhos”.²⁰ Além disso, “inexiste alguma região em que apenas se produzam grãos e que não se cultive com o auxílio das manadas, assim como com o humano”.²¹

Semelhantes constatações levam o “agrônomo” até a propor etimologias que “comprovem”, ao modo da compreensão antiga a respeito desse instrumento de raciocínio,²² os elos inegáveis entre agricultura e pecuária. Poderíamos, nesse quesito, citar-lhe as ocorrências atinentes a *iumenta*

(“animais de carga”) e *armenta* (“manadas”), os quais o autor antigo busca relacionar, nem sempre com acerto, respectivamente a *iuuare* [“ajudar” (na lida agrícola)] e a *arare* (“arar”). Ora, apesar da correção da segunda etimologia, como registram Ernout e Meillet (2001, p. 327-328) no **Dictionnaire étymologique de la langue latine**, *iumentum* na verdade se vincula a *iugum* (“jugo”).

Sequencialmente, Columela põe em destaque o aspecto lucrativo da pecuária, como se “constata” pela própria etimologia – atestada – dos termos latinos *pecunia* (“dinheiro”) e *peculium* (“pecúlio”, “reserva de valores sob a tutela de um escravo”) a partir de *pecus* (“gado”), além de pelos dizeres reportados de Catão, o Velho, sobre as vantagens da criação de animais para todos os que desejassem prosperar.²³ Com efeito, essa personagem pregressa da história dos escritos agrários romanos teria dito a um consulente que, caso quisesse enriquecer *rápido*, deveria tornar-se *bom criador*; caso desejasse obter rendimentos “bastante grandes” (*satis uberes fructus*), deveria ser um pecuarista “moderadamente bom” (*si mediocriter pasceret*); caso, enfim, buscasse a terceira atividade lucrativa na agricultura, a melhor saída corresponderia a ser um mau criador.²⁴

Em que pese as ressalvas de Columela ao terceiro conselho dado por “um homem tão sábio” (*de tam sapiente uiro*), “pois decerto acompanha o criador inerte e ignorante uma perda maior do que o lucro de um cuidadoso e diligente”,²⁵ o autor de **De re rustica** não deixa de citar em conjunto os três preceitos catonianos, endossando ainda: “Sobre a segunda resposta, não há dúvida de que os rendimentos do gado ultrapassam a moderada negligência do dono”.²⁶ Na sequência, endereçando-se a Públio Silvino, misterioso dedicatário²⁷ mais de uma vez citado em **De re rustica**, Columela passa a oferecer a sumarização dos assuntos que há de tratar, inclusive, no livro a cujos inícios dá curso:

*Quam ob causam nos hanc quoque partem rei rusticae, Siluine, quanta ualuimus industria, maiorum secuti praecepta posteritati mandauimus. Igitur cum sint duo genera quadrupedum, quorum alterum paramus in consortium operum, sicut bouem, mulam, equum, asinum; alterum uoluptatis ac reditus et custodiae causa, ut ouem, capellam, suem, canem: de eo genere primum dicemus, cuius usus nostri laboris est particeps.*²⁸

De fato, a partir do capítulo primeiro do livro VI de **De re rustica**, Columela inicia a abordagem dessas espécies reputadas “de trabalho” pela tematização dos bois, em seguida passando à dos touros (cap. XX), à das vacas (cap. XXI), à dos novilhos (cap. XXV), à dos cavalos (cap. XXVII) e à das mulas (cap. XXXVI). Devemos ainda acrescentar que, como aqui ainda se referem animais de “prazer, lucro e guarda”, os quais, na verdade, constituirão *grosso modo* o assunto rústico do livro VII, Columela realiza, nessa passagem, uma espécie de antecipação de elementos atinentes à *praelocutio* em seu aspecto peculiar de listagem dos conteúdos do livro VII, cujas espécies serão, depois do burro, a ovelha (cap. II), o carneiro “de semente”/macho (cap. III), o carneiro tarentino (cap. IV), o bode (cap. VI), o porco (cap. IX) e o cão (cap. XII).

Outro aspecto, ainda, encontrável nessa mesma *praelocutio* do tratado em prosa, na verdade se vincula a um ingrediente de colorações retóricas.²⁹ Em um ensaio especificamente destinado a averiguar os nexos entre as *praelocutiones* de Columela e a herança da retórica ciceroniana, Jean-Marie André (1989, p. 256-260) relaciona a prática da dedicatória/menção respeitosa ao “patrono” do texto a esforços de *captar a benevolência* do ouvinte para a obra. Tudo se dá, ele parece argumentar, como se a simples presença de semelhantes elementos, justo à abertura de vários dos livros técnicos da literatura latina, significasse a busca de certa “caução” do dedicatário, a quem se pede, simultaneamente, “autoridade moral” (*autorité morale*) e “interesse esclarecido” (*intérêt éclairé*) por algum texto.

Ora, o mesmo Silvino, que surge em **De re rustica** desde a *praelocutio* situada à abertura do livro I,³⁰ é nomeado pela segunda vez na abertura do livro VI³¹ – como lemos no trecho transcrito há pouco –, exatamente no ponto em que Columela fala em “legar” (*mandauimus*) à posteridade tal segmento de seu tratado agrícola. Em certo sentido, a menção a essa personagem, com o específico papel que lhe cabe na economia interna de **De re rustica** – e em semelhante contexto de abertura dos olhares do autor para o âmbito receptivo do público que há de lê-lo um dia –, encaixa-se perfeitamente em um entorno compositivo sempre vinculado, como se vê, a escrever com vistas a um atento serviço ao receptor do texto, quer seja ele o nomeado Silvino, quer alguém genericamente indefinido.

Ainda, quando o autor se refere a si próprio,³² nessa mesma passagem, como seguidor dos “preceitos de nossos ancestrais” (*maiorum secuti praecepta*) ao

tratar da pecuária conforme o fará, como quem se empenhou o melhor que pôde com vistas a essa tarefa (*quanta ualuimus industria*) e, enfim, dando preferência ao tratamento inicial do assunto dos animais *de trabalho*, não daqueles, inclusive, “de prazer” – como os porcos, que se comem –, reveste-se, além da aura de generosidade implícita na evocação de Silvino e de seus próprios leitores, de características de respeitabilidade, seriedade e gravidade, à maneira recomendável para alguém, é notório, afim aos hábitos morais dos velhos *agricolae* romanos (TREVIZAM, 2014, p. 162-163).

Em **Geórgicas** III, os pontos da dedicatória e da *captatio benevolentiae* podem ser descritos da seguinte maneira: o dedicatário geral do poema é, obviamente, Gaio Cílnio Mecenas, o conhecido “agente cultural” de Otaviano Augusto. Ele, que se menciona desde o verso 2 do livro I do poema,³³ “ressurge” nomeado no contexto em pauta justo em um excerto transcrito anteriormente (v. 40-48). Ali, lembramos, falava-se – depois do temporário “adiamento” dos projetos de Virgílio de compor um poema épico, destinado à glorificação do próprio Otaviano –³⁴ em adequação aos *haud mollia iussa* (“tuas ordens não fáceis”, v. 41) de Mecenas, vindo o autor a devotar-se, no presente de seus labores compositivos, ao canto dos *Dryadum silvas saltusque intactos* (“bosques e clareiras intocados das Driades”, v. 40-41); ainda, Virgílio acrescenta nesse entorno compositivo que *te sine nil altum mens incohat* [“sem ti (sem Mecenas), nada de alto a mente principia”, v. 42].

Já pela reiteração da lembrança de Mecenas na *praelocutio* desse livro, o qual, à sua maneira, efetua um recomeço no interior das **Geórgicas** – pois se trata, aqui, do primeiro grande segmento do texto a abordar, com os tópicos sobre a apicultura do livro IV, assuntos agrícolas de teor *animal*, não botânico –, temos a manifestação de um gesto de delicada homenagem a essa figura histórica coeva do poeta, assim se contribuindo para envolvê-lo em uma positiva aura de fidelidade – e até a alguém bem próximo de si do ponto de vista pessoal.³⁵ No entanto – ainda convém observar, em termos da construção de um *ethos* cativante para o *magister* didático de **Geórgicas** III –, que ele dizer-se “na dependência” (*te sine nil altum mens incohat*) de Mecenas para escrever bem denota, simultaneamente, o reforço dessa postura de ser leal aos intentos alheios e a manifestação de significativa modéstia, como se por si só o poeta não lograsse sair-se bem na empresa a que se lança.

Ademais, os óbvios vínculos políticos entre Mecenas e Augusto, e a referência, também dignificante, a este último no trecho da descrição (metapoética e alegórica) do templo do Múncio (v. 10-39) contribuem para fazer com que as duas consagrações de (diferentes) objetos literários a essas personagens se ecoem mutuamente na *praelocutio* do livro III, gerando reverberações intensificadoras do caráter do locutor textual como alguém, mais de uma vez, dedicado a servir a seus “benfeitores”.

Pontos relacionados às questões literárias das digressões, do empenho descritivo e da cuidada *dispositio* dos tópicos pecuários ao longo dos livros do poema didático e do tratado considerados

Não se deve, obviamente, restringir ao âmbito das *praelocutiones*, com seus componentes típicos e funções retóricas, a busca das similaridades entre o livro III das **Geórgicas** de Virgílio e o livro VI do **De re rustica** de Columela. De início, fazemos lembrar que a literatura tratadística antiga e a poesia didática não conheceram a forte separação encontrada, nas práticas de escrita de nosso tempo, entre a transmissão precisa de saberes técnicos e a veiculação dessa mensagem sob modos de dizer, até certo ponto, artisticamente elaborados. Tomando para parâmetro de exemplificação, mais uma vez, o típico caso do **De rerum natura** de Lucrécio, sabemos que, nesse poema de fundo temático atinente à física epicurista, seu autor aliou a cuidada exposição de tal parte das doutrinas da escola filosófica de sua escolha a um sutil fazer poético:

*Tampoco puede sostenerse que el **De rerum natura** tenga un horizonte de expectativas adecuado al gran público. El poema de Lucrecio, si bien puede considerarse como divulgativo en cuanto a la doctrina filosófica, se dirige a un lector con un conocimiento exhaustivo de la tradición griega. Pasajes como la alabanza de Empédocles en el primero libro o la descripción final de la peste se presentan como genuinos contrapuntos intertextuales que exigen una gran familiaridad con el texto referencial por parte del lector del fenotexto.*³⁶ (LISI, 2007, p. 93)

The alliteration and onomatopoea in the poem have already been analysed in Deutsch's second chapter, and by Bailey in his preface 119-20 and 146-52, and everybody is familiar with the direct imi-

*tation of sound by sound in Lucretius, where, for example, multiple alliteration imitates the sound of wind or saw or a howling baby, uentorum ualidis feruescunt uiribus undae 3 494, serrae stridentis acerbum horrorem 2 410-1, uagitumque locum lugubri complet 5 226.*³⁷ (WEST, 1994, p. 115)

Quanto aos tratados, vê-se já no anteriormente citado **De Architectura** o comum esmero diante das necessidades de fazer-se perenemente informativo³⁸ e não de todo negligente com a elaboração escrita da obra.³⁹ Assim, quando pensamos nos textos de cuja análise nos ocupamos especificamente, ou seja, as **Geórgicas** e o **De re rustica** de Columela, notamos de maneira extensa, ao lado da abordagem de conteúdos técnicos *com diferentes graus de tecnicidade*,⁴⁰ a clara recorrência dos autores, mesmo externamente às aberturas de seus sucessivos livros, a efeitos em nexos com a construção letrada da expressividade.⁴¹

Sob o aspecto das digressões, então, encontramos no livro III das **Geórgicas** toda uma gama de ocorrências que ajudam a caracterizar a face artística desse poema didático de Virgílio. Faz-se necessário, quando abordamos semelhante tópico em referência a um texto pertencente a essa tipologia literária, apresentar o que um teórico como Peter Toohey entende ao referir os “painéis ilustrativos”: segundo explica, eles seriam partes dos poemas do gênero a veicularem, amiúde, temas mitológicos (mas não só), e ajudam a delimitar, com mais uma série de outros traços,⁴² a pertença dos espécimes ao ambiente compositivo do didatismo.

Tais “painéis”/digressões, embora o mais famoso exemplo do poema inteiro esteja no livro IV e se identifique com o longo *epyllion* de Aristeu e Orfeu,⁴³ pontuam o livro III, com evidentes propósitos de expandir o ângulo de visão do escritor e favorecer a *uariatio* expositiva e de estruturação do discurso, com a passagem do modo preceituador para aquele, tantas vezes, narrativo ou descritivo. Então, em v. 152-153 o poeta já se serve de uma pequena digressão mítica, quando, depois de comentar os danos do inseto chamado *asilus* para as manadas bovinas, diz que Juno castigou Io, metamorfoseada em novilha, com as picadas desse animal.⁴⁴ Entre v. 319-241, o poeta conta um pequeno drama referente a dois bois que se enfrentam em luta recorrente por conta de desejarem sexualmente a mesma vaca, a qual divisaram no mato itálico de Sila: trata-se, aqui, de um trecho altamente antropomorfizante, com a atribuição de sentimentos como a soberba (*super-*

bi/ uictoris, v. 226-227) e a própria maturação do sentimento de vingança ao animal derrotado pela primeira vez (v. 229-234). Além disso, a digressão se encerra com a apresentação de um belo símile, o qual aproxima a fúria do boi retornando em revanche da força do mar que se rebenta na praia:

*Fluctus uti, medio coepit cum albescere ponto
longius ex altoque sinum trahit, utque uolutus
ad terras immane sonat per saxa neque ipso
monte minor procumbit, at ima exaestuat unda* 240
*uerticibus nigramque alte subiectat harenam.*⁴⁵

Na sequência do mesmo livro III, faz-se necessário, ao menos, referir as digressões dos pastores líbios/da Cítia (v. 339-383) e da Peste Nórica (v. 474-566), a qual, no último caso, diante do cenário de completa destruição epidemiológica dos seres vivos a que se chega, serve de contraponto narrativo para o episódio do renascimento das abelhas de Aristeu em fins de **Geórgicas** IV. Considerados em conjunto, no entanto, os excursos da quente região da Líbia, em contraste com o dos gelos do país dos cílios, no norte do mundo, constituem um exemplo da erudição etnográfica (e geográfica) do poeta, com o oferecimento de vários detalhes descritivamente afins ao ambiente natural (e aos costumes nativos) em tais zonas do mundo.⁴⁶

A consideração do mesmo aspecto literário no livro VI da obra columeliana leva-nos a constatar algumas peculiaridades, como ressaltou Eralda Noè (2002, p. 173-175): assim, depois de dizer que o entremeio de passagens afins ao longo de **De re rustica** se coaduna com propósitos vinculados à riqueza construtiva do texto, esclarece que esse “agrônomo” parece fazer alguns cortes no uso indiscriminado das digressões em seu texto. Assim, o autor excluiria, “na verdade, testemunhos, excursos sobre temas que pertencem mais à licença poética do que à *fides* que reivindicava”. Mas isso não impede que “digressões mitológicas, sobre a origem e sobre a educação das primeiras abelhas, encontrem [algum] espaço de abordagem: *nec sane rustico dignum est sciscitari fueritne mulier pulcherrima specie Melissa, quam Iuppiter in apem conuertit, an ut Euhemerus poeta dicit crabronibus et sole genitas apes*” (NOÈ, 2002, p. 173).⁴⁷

Por outro lado, Noè ainda resalta que tendem a se concentrar nas *prae-locutiones* as poucas digressões que o **De re rustica** comporta, como se nessas partes do tratado houvesse maior emprego dos recursos de elaboração artística do texto. No tocante especificamente ao livro VI, as digressões

apontadas referem-se, segundo seu entender, a elementos vistos, que constam da *praelocutio*:

*A questo punto egli fa seguire una breve digressione che consacra la maggiore antichità dell'allevamento rispetto alla agricoltura: ...nominata quoque pecuniae et peculi tracta uidentur a pecore, quoniam et solum id ueteres possederunt et adhuc apud quasdam gentis unum hoc usurpatur diuitiarum genus. Sed ne apud nostros quidem colonos alia res uberior, ut Marcus Cato prodidit... L'aneddoto successivo ricorda l'affermazione di Catone in merito al fatto che l'allevamento comunque resta lo strumento di redditività privilegiato, anche se gestito con poca cura dal padrone.*⁴⁸ (NOÈ, 2002, p. 176)

Cremos, no entanto, possível dividir o funcionamento digressivo mesmo em um pequeno comentário que se segue, em **De re rustica** VI, a certa citação de **Geórgicas** III de Virgílio (v. 266-279), no qual esse poeta explicara o caráter exacerbado do ímpeto erótico das éguas, vindo até a ocorrer que se lançassem em fuga desembestada para satisfazê-lo e chegassem a engravidar do vento, segundo algo antes contado, ao menos, pelo Varrão de **De re rustica** II, I, 19.⁴⁹ Na verdade, quando comenta ser “bem notório mesmo no Monte Sagrado da Espanha, estendido para o Ocidente junto ao Oceano, que frequentemente as éguas engravidaram sem o coito e criaram seus filhotes, não tendo eles utilidade porque aos três anos, antes de amadurecer, são arrebatados pela morte”,⁵⁰ o que faz é continuar a desviar-se um pouco do assunto apenas prático do modo de bem conduzir o tópico da reprodução equina para direcionar-se a horizontes mais amplos... e contar um prodígio.

Com isso, de forma similar ao *magister* didático de **Geórgicas** III, Columela aqui se mostra, até externamente à *praelocutio*, capaz de proceder ao mecanismo da *uariatio*, já que, menos restrito a preceitos de ordem operacional,⁵¹ focaliza-se em um assunto ao mesmo tempo atrativo e distinto do ambiente de seu público, *grosso modo* identificado com aquele dos grandes senhores fundiários itálicos.⁵²

Outro aspecto de importância para a consideração da tessitura literária das duas obras diz respeito à expressividade das detalhadas descrições dos corpos dos animais domésticos,⁵³ contidas no livro III das **Geórgicas** e no livro VI do **De re rustica** de Columela. Tais descrições, pensando na tradição dos escritos agrários romanos, remontam, como espécie de lugar-

-comum compositivo, ao menos ao segundo livro do **De re rustica** de Varão, em que já apareciam reiteradas, por exemplo, nos capítulos II (em cobertura ao físico ideal dos carneiros), V (em relação com os bovinos) e VII (em nexa com os equinos).

Eralda Noè, justo a propósito do tratamento temático dos animais nos livros VI e VII do **De re rustica** columeliano, ressalta como o procedimento descritivo é importante para a feitura escrita dessas partes do tratado (NOË, 2004, p. 310 e 314), como se depreende da própria insistência do “agrônomo” em empregá-lo e fica justificado diante da necessidade, para o aprendiz de pecuária que o lê, de dispor de parâmetros norteadores inclusive da aquisição de reses dotadas dos traços físicos convenientes. Desejando, porém, dar mínima amostragem prática do elemento descritivo não só em Columela, mas nos *dois autores* sob análise neste artigo, propomos o comentário conjunto dos trechos abaixo:

*Seu quis Olympiaca miratus praemia palmae
pascit equos seu quis fortis ad aratra iuuenos, 50
corpora praecipue matrum legat. Optima toruae
forma bouis, cui turpe caput, cui plurima ceruix
et crurum tenuis a mento palearia pendent;
tum longo nullus lateri modus; omnia magna,
pes etiam; et camuris hirtae sub cornibus aures. 55*

*Nec mihi displiceat maculis insignis et albo
aut iuga detrectans interdumque aspera cornu
et faciem tauro propior quaeque ardua tota
et gradiens ima uerrit uestigia cauda.
Aetas Lucinam iustosque pati hymenaeos 60
desinit ante decem, post quattuor incipit annos;
cetera nec feturae habilis nec fortis aratris.⁵⁴*

*Vaccae quoque probantur altissimae formae longaeque, maximis
uteris, frontibus latissimis, oculis nigris et patentissimis, cornibus
uenustis et leuibibus et nigrantibus, pilosis auribus, compressis malis,
palearibus et caudis amplissimis, unguibus modicis, et cruribus paruis.
Cetera quoque fere eadem in feminis, quae et in maribus, desiderantur;
et praecipue ut sint nouellae: quoniam, cum excesserunt annos
decem, fetibus inutiles sunt. Rursus minores bimis iniri non oportet.⁵⁵*

O excerto de Columela caracteriza-se, de acordo com as conveniências gerais de um tratado em prosa, por um modo de escrita bem menos poético, haja vista, além da óbvia recusa aos versos, a eliminação de um elemento nobilitador (que se presentifica, em Virgílio, por evocar a “palma/vitória olímpica”) e a ausência da antropomorfização construída ao falar-se, nas **Geórgicas**, em (Juno) “Lucina”⁵⁶ e “himeneus” (v. 60)⁵⁷ a propósito de aspectos reprodutivos de simples vacas. Entretanto, as duas passagens apresentam aspectos comuns que ultrapassam o enfoque descritivo, sempre, na fêmea da espécie bovina: fazemos atentar, desse modo, para o fato de que os dois autores abordaram pontos relativos à fertilidade das vacas logo depois, propriamente, de perpassá-las em suas características físicas.

Além disso, a escolha dos traços físicos desejáveis nos melhores espécimes e, conseqüentemente, dos itens lexicais que os descrevem em um e outro texto atende, nas **Geórgicas** e em Columela, por vezes, a deliberados propósitos de ressaltar o tamanho *avantajado* de alguns membros das reses: notem-se, assim, dizeres virgilianos como *plurima ceruix* (“nuca farta”, v. 52), *crurum tenuis a mento palearia pendent* (“uma papada pendente do mento até as pernas”, v. 53), *longo nullus lateri modus* (“nenhum limite para o flanco alongado”, v. 54) e *omnia magna, pes etiam; et camuris hirtae sub cornibus aures* (“tudo é grande, mesmo a pata, e as orelhas felpudas sob os chifres voltados para dentro”, v. 54-55); no **De re rustica**, por sua vez, *altissimae formae longaeque* (“do mais alto talhe e compridas”), *maximis uteris* (“de enormes ventres”), *frontibus latissimis* (“de testa bem ampla”) e *caudis amplissimis* (“caudas bem amplas”).

Por outro lado, além do cuidado de um e outro autor em evidenciar semelhante aspecto constitutivo do corpo das reses a que o bom criador deve almejar, fazemos ver que o aspecto da *elocutio* não é também de todo descuidado, mesmo na escrita técnica de Columela. Note-se, por exemplo, a variação com que esse autor faz sucederem-se os atributos da vaca tal como a descreve no trecho em foco, antepondo, em três casos esparsos, as qualidades às partes do corpo que especificam: (*maximis uteris* – “de enormes ventres”/ *pilosis auribus* – “de orelhas peludas”/ *compressis malis* – “de ossos malares estreitos”). Acrescente-se a isso que, ao longo da série *maximis uteris... cruribus paruis*, em geral há rigorosa alternância entre itens que contêm ao menos uma parte física cujo ablativo plural acaba em *-is* ou em *-ibus*, exceção feita ao trecho *cornibus uenustis et leuibis et nigrantibus*,/ *pilosis auribus* – “de chifres graciosos, lisos e escuros,/ de

orelhas peludas” –, no qual, evidentemente, *cornibus* e *auribus* apresentam a mesma maneira de marcação casual.

Em Virgílio, recursos efetivamente poéticos – como o ritmo, o emprego regular dos hexâmetros datílicos e certas imagens – à parte, o próprio rearranjo das estruturas que se empregam objetivando atribuir características aos animais já contribui para salvar da fria monotonia expositiva os versos citados: assim, neles se encontra o uso do dativo com vistas à vinculação de traços morfológicos às reses, ou a seus membros (*cui turpe caput, cui plurima ceruix* – “que tem a cabeça feia, a nuca farta”, v. 52/ *longo nullus lateri modus* – “nenhum limite para o flanco alongado”, v.54), mas ainda para fins idênticos, recorre-se ao menos à adjetivação normal (*Nec mihi displiceat maculis insignis et albo* – “nem me desagradaria a que tem manchas brancas”, v. 56) e ao cotejo com o macho da espécie (*faciem tauro propior* – “um tanto parecida com o touro na aparência”, v. 58).

O derradeiro aspecto literário da feitura do livro III das **Geórgicas** e do livro VI do **De re rustica** de Columela para o qual desejamos chamar a atenção, diz respeito, conforme anunciamos, ao ponto da *dispositio*. Ora, desde a *praelocutio* do livro III do poema didático virgiliano, fica claro que esse autor há de tratar, nessa parte da obra, de assuntos relativos ao grande ramo da pecuária, contudo, não parece haver aqui algo semelhante a uma *partitio* rigorosa dos conteúdos seguintes do mesmo livro, sobretudo na ordem exata em que aparecem quando ele efetivamente tem início a partir de v. 49.

Apesar disso, a leitura seguida dessa parte do poema didático revela que seu autor nitidamente repartiu os tipos de criações que aborda – cavalos e bois/ ovinos e caprinos – entre dois segmentos distintos, inclusive separados no livro III por um “segundo próêmio”, situado em v. 286-294 (VIRGIL, 1997, p. 95-96). Ora, desse modo, a *dispositio* dos temas pecuários claramente privilegia, em Virgílio, que se posicionem as espécies animais envolvidas na preceituação do *magister* didático em uma escala do maior para o menor.⁵⁸ O mesmo, *mutatis mutandis*, pode ser dito da disposição dos assuntos vinculados à criação animal no tratado columeliano, pois esse autor prosístico os repartiu entre os animais, em geral, maiores do livro VI (bois, touros, vacas, novilhos, cavalos e mulas) e aqueles, quase sempre, menores do livro VII [(burros), carneiros, bodes, porcos e cães].

Além disso, como o livro VII de Columela conta com sua própria introdução, identificada com o capítulo I e que se vincula – inclusive com novo

apelo a Públio Silvino – à breve abordagem técnica dos burros, antes da completa entrada no tema correspondente a seu foco essencial, os animais de pequeno porte, cria-se no **De re rustica** um efeito parecido com o da nítida divisão entre as duas seções pecuárias de **Geórgicas** III. Ela também se dava naquele contexto, acabamos de recordar, por meio da intercalação de algo que não correspondia nem ao tratamento dos grandes, nem dos pequenos animais:

*Hoc satis armentis: superat pars altera curae,
lanigeros agitare greges hirtasque capelas.
Hic labor; hinc laudem fortes sperate coloni.
Nec sum animi dubius, uerbis ea uincere magnum
quam sit et angustis hunc addere rebus honorem; 290
sed me Parnasi deserta per ardua dulcis
raptat amor; iuuat ire iugis, qua nulla priorum
Castaliam molli deuertitur orbita cliuo.
Nunc, ueneranda Pales, magno nunc ore sonandum.*⁵⁹

Portanto, mesmo externamente à *praelocutio*, cujos recursos típicos e associáveis a tal parte das obras antigas – adequação “tonal” aos conteúdos das partes textuais que abriam, dedicatória, *captatio beneuolentiae*... – já nos permitiam falar em significativa e similar elaboração retórico-literária para o livro III das **Geórgicas** de Virgílio e o livro VI do **De re rustica** de Columella, outros elementos como os que acabamos de ver – digressões, empenho descritivo dos corpos das reses e método no tocante à *dispositio* dos assuntos – fazem ainda da geral extensão dos livros em pauta produtos escritos pensados não só com vistas a informar, mas também a fazê-lo por meio de variável, mas nunca desprezível, grau de sofisticação letrada. Nisso, talvez, resida a maior diferença entre tais produtos das letras técnicas antigas e tantos manuais modernos afins, muitas vezes pensados “apenas” para informar, não deleitar, seu público de especialistas (BARTHES, 1964, p. 148 e 151).

Documentação escrita

CICERONE. **Opere retoriche**. A cura di E. Malcovati, G. Barone e F. Cancelli. Milano: Mondadori, 2007.

COLUMELLA. **L'arte dell'agricoltura**. Trad. Rosa Calzecchi Onesti, introduzione e note di Carlo Carena. Torino: Einaudi, 1977.

- _____. **On agriculture: books 5-9.** With an English trans. by E. S. Forster and E. H. Heffner. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1968.
- EPICURO; LUCRÉCIO; CÍCERO; SÊNECA. **Antologia de textos; Da natureza; Da república; Consolação a minha mãe Hêlvia; Da tranquilidade da alma; Medeia; Apocoloquintose do Divino Cláudio.** Trad. Agostinho da Silva, Amador Cisneiros, Giulio Davide Leoni. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LVCRETI. **De rerum natura.** Recognouit breuique adnotatione critica instruxit Cyrillus Bailey. Oxonii: E Typographeo Clarendoniano, 2009.
- VARRÃO. **Das coisas do campo.** Trad., introdução e notas Matheus Trevizam. Campinas: Unicamp, 2012.
- VIRGIL. **Georgics:** v. I – books 1-2. Edited with a commentary by R. F. Thomas. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____. **Georgics:** v. II – books 3-4. Edited with a commentary by R. F. Thomas. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- VIRGILE. **Géorgiques.** Trad. E. de Saint-Denis. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura.** Trad. M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VITRUVIUS. **On architecture:** books 1-5. Edited and translated by Frank Granger. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 2002.

Referências bibliográficas

- ANDRÉ, J.-M. Littérature technique et héritage de la rhétorique cicéronienne chez Columelle. **Ktéma**, Strasbourg, n. 14, p. 255-272, 1989.
- ARMENDÁRIZ, J. I. G. **Agronomía y tradición clásica:** Columela en España. Sevilla: Universidad de Sevilla/Universidad de Cádiz, 1995.
- BARTHES, R. Écrivains et écrivants. In: BARTHES, R. **Essais critiques.** Paris: Seuil, 1964, p. 147-154.
- CARTELLE, E. C. Prosa técnica no gramatical. In: CODOÑER, C. (Org.) **Historia de la Literatura latina.** Madrid: Cátedra, 2007, p. 795-817.
- CASQUERO, M.-A. M. Estudio introductorio. In: VARRÓN. **De lingua Latina.** Introdução, trad. e notas de M.-A. M. Casquero. Madrid/Barcelona: Ministerio de Educación y Cultura/Ánthropos, 1990, p. VII-XLI.
- COSSARINI, A. Aspetti di Virgilio in Columella. **Prometheus: rivista quadrimestrale di studi classici**, Firenze, anno III, fascicolo 3, p. 225-240, 1977.

DOODY, A. Virgil the farmer? Critiques of the “Georgics” in Columella and Pliny. **Classical Philology**, Chicago, v. 102, n. 2, p. 180-197, *april 2007*.

DUMONT, J. C. Columella and Vergil. **Vergilius**, Waltham, v. 54, p. 49-58, 2008.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine**. Paris: Klincksieck, 2001.

GÁLVEZ, J. M. C. *La filosofía en Columela*. In: MAESTRE, J. M. M.; BREA, L. C.; CUETO, A. S. (Orgs.) **Estudios sobre Columela**. Cádiz: Ayto. de Cádiz/ Cátedra A. de Castro/Universidad de Cádiz, 1997, p. 129-135.

GOWERS, E. Vegetable love: Virgil, Columella and garden poetry. **Ramus**, Santa Barbara, v. 29, n. 2, p. 127-148, 2000.

GRIMAL, P. **Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine**. Paris: Preses Universitaires de France, 1963.

GUERREIRA, A. R. Literatura técnica de la época republicana. In: CODOÑER, C. (Org.) **História de la Literatura latina**. Madrid: Cátedra, 2007, p. 755-772.

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Trad. J. L. Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

HEURGON, J. Introduction. In: VARRON. **Économie rurale**: livre I. Texte établi et trad. par J. Heurgon. Paris: Les Belles Lettres, 2003, p. VII-LXXXV.

HOWATSON, M. C. **Dictionnaire de l'Antiquité**. Trad. Jeannie Carlier *et alii*. Paris: Robert Laffont, 1993.

LISI, F. L. Lucrecio. In: CODOÑER, C. (Org.) **Historia de la Literatura latina**. Madrid: Cátedra, 2007, p. 91-107.

MARTIN, R. **Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales**. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

Mc EWEN, I. K. **Vitruvius**: writing the body of Architecture. Cambridge, Mass./ London: Mit Press, 2003.

NOÈ, E. Animal e uomini in Columella. **Rendiconti dell'Istituto Lombardo**, Milano, v. 136, fasc. 2, p. 309-323, 2002.

_____. **Il progetto di Columella**: profilo sociale, economico, culturale. Como: New Press, 2002.

POLLARA, G. Le “Georgiche” di Virgilio: tecnica compositiva ed elaborazione poetica. In: NAZZARO, A. V. (Org.) **Omaggio sannita a Virgilio**. S. Giorgio del Sannio: Ed. Comune di S. Giorgio del Sannio, 1983, p. 3-28.

ROBERT, J.-N. **La vie à la campagne dans l'Antiquité romaine**. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

SCHEID, J. **La religion des Romains**. Paris: Armand Colin, 2010.

TOOHEY, P. **Epic lessons: an introduction to ancient didactic poetry**. London/ New York: Routledge, 1996.

TREVIZAM, M. Mitologia e ruralidade no livro III das “Geórgicas” de Virgílio. **Phaos**, Campinas, v. 11, p. 67-82, 2011.

_____. **Prosa técnica: Catão, Varrão, Vitrúvio e Columela**. Campinas: Unicamp, 2014.

TUFFANI, E. **Estudos vitruvianos**. São Paulo, HVF Representações, 1993.

WEST, D. **The imagery and poetry of Lucretius**. Norman: University of Oklahoma, 1994.

WILKINSON, L. P. Pindar and the Proem to the third “Georgic”. In: VOLK, K. (Org.) **Oxford readings in Classical Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 182-188.

WILKINSON, L. P. **The “Georgics” of Virgil: a critical survey**. Norman: Oklahoma University Press, 1997.

Notas

¹ Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Teodoro Rennó Assunção (Fale-UFMG) pelas sugestões ao resumo em língua estrangeira.

² “(...) sa manière de citer Caton montre que les erreurs d’interprétation n’étaient pas rares chez lui, même quand il s’agissait d’un auteur latin lu dans le texte original” (HEURGON, 2003, p. XXIX).

³ “The attitude towards Varro is comparable, though here Virgil’s debt is greater; indeed, it is fair to say that the **Georgics** would have looked very different had Varro not published his treatise shortly before Virgil began work on his poem. Virgil used it as a source of information on a number of subjects: in the treatment of soil types, on livestock, and particularly on the bees” (VIRGIL, 1994, p. 11).

⁴ “273-4 *tardi costas... aselli... onerat*: perhaps a wry allusion to the exquisite comment of Cato: *mulis, equis, asinis feriae nullae, Agr. 138*” (VIRGIL, 1994, p. 114).

⁵ Na *praelocutio* do livro I de **De re rustica**, que também se presta a introdução para a obra inteira, Columela cita, aproximadamente, cinquenta escritores *rerum rusticarum* entre romanos e estrangeiros; ainda não são poucas as evocações, dispersas

pelo mesmo tratado, de autores como Cícero, Magão Cartaginês e Cornélio Celso (ARMENDÁRIZ, 1995, p. 31).

⁶ “A despeito das diferenças entre os níveis técnicos dos dois autores, Columela expressa grande admiração por Virgílio e menciona-o ou cita mais do que qualquer outro agrônomo. Para ser mais preciso, ele o faz setenta vezes, duas vezes mais do que nomeia Cornélio Celso, o agrônomo que lhe parece o mais confiável!” (trad. nossa).

⁷ “De Saint-Denis defende que Columela cita Virgílio por motivos técnicos 47 vezes, aprovando-o por inteiro 43, com reservas 2 e contestando-o outras 2. E, com base no mero cômputo numérico, conclui que o agrônomo admira devotadamente a Virgílio técnico. Na verdade, Columela cita Virgílio por motivos técnicos apenas 42 vezes, declara-se de acordo com ele 36 e outras 6 diverge ou cala-se; e é exatamente do exame dessas divergências e silêncios que podemos obter uma avaliação completa do pensamento do agrônomo quanto ao valor técnico das **Geórgicas**” (trad. nossa).

⁸ Veja-se, pela nota anterior, que de Saint-Denis fala em 47 citações às **Geórgicas** de Virgílio por Columela, visando esse último a documentar-se tecnicamente; por sua vez – e com os mesmos fins no tratado columeliano –, o próprio Cossarini reduz a cifra de 5 unidades. Talvez o explique não o pleno “engano” do primeiro filólogo citado, mas o fato de que, como sabemos, esse poeta por vezes se cita em **De re rustica** mais por motivos de teor literário (cf. livro X, 435-436, em retomada de G. II, 175-176) que para endossar – ou não – algum posicionamento técnico de Columela. Assim, nem todas as citações das **Geórgicas** nesse tratado precisam ser necessariamente interpretadas como pontos afins a propósitos de embasamento teórico na “agronomia”.

⁹ “In 65 CE, a Spanish writer appointed himself Virgil’s heir and stepped into a breach that did not really exist. L. Iunius Moderatus Columella chose to attach to his self-styled prose ‘monument’ of agricultural instruction an ornamental didactic poem on gardening, to fill the gap apparently left by Virgil at the start of **Georgic 4**” (GOWERS, 2000, p. 127).

¹⁰ “Yet Virgil in the **Georgics** had already experimented with different scales and levels in treating humble subjects, branching out into epic and opening up exotic views. Columella, inside his small compass, follows this expansive style to extremes. Along with a fuller post-Virgilian vocabulary of botanical terms, many of them transliterated from Greek, his garden is tinted with a new palette of descriptive words (e.g. *flammeolus*, ‘flame-red’, 307; *murteolus*, ‘myrtle-green’, 238), which has led some commentators to detect a specifically Spanish zest for bright colours” (GOWERS, 2000, p. 135).

¹¹ *Quod superest, Memmi, uacuas auris animumque/ semotum a curis adhibe ueram ad rationem,/ ne mea dona tibi studio disposta fidei,/ intellecta prius quam sint, contempta relinquo./ Nam tibi de summa caeli ratione deumque/ disserere*

*incipiam et rerum primordia pandam,/ unde omnis natura creet res auctet alatque/
quoue eadem rursum natura perempta resoluat,/ quae nos materiem et genitalia
corpora rebus/ reddunda in ratione uocare et semina rerum/ appellare suemus et
haec eadem usurpare/ corpora prima, quod ex illis sunt omnia primis. – “Além
de tudo, dedica à verdadeira doutrina ouvidos livres e espírito sagaz, afastado de
todos os cuidados, para que, mesmo antes de as entender, não ponhas de lado, com
desprezo, as minhas dádivas, para ti preparadas com fiel diligência. Vou começar
a expor-te a essência do céu e dos deuses, e revelar-te-ei os princípios das coisas,
donde as cria a natureza e as faz crescer e as alimenta, e para onde de novo as leva
a mesma natureza, já exaustas; a estes princípios, na exposição da doutrina, damos
nós habitualmente o nome de matéria, de corpos geradores e de sementes das coi-
sas; e até lhes chamamos corpos primordiais, porque deles, como princípio, tudo
surge” (trad. Agostinho da Silva) (LUCRÉCIO. **De rerum natura** I, 50, 61).*

¹² *Sed quoniam docui cunctarum exordia rerum/ qualia sint et quam uariis distantia
formis/ sponte sua uolitent aeterno percita motu,/ quoque modo possit res ex his
quaeque creari,/ atque animi quoniam docui natura quid esset/ et quibus e rebus
cum corpore compta uigeret/ quoue modo distracta rediret in ordia prima,/ nunc
agere incipiam tibi, quod uehementer ad has res/ attinet, esse ea quae rerum simu-
lacra uocamus. – “Mas como ensinei quais são os elementos primordiais das coisas,
como distantes pela variedade de formas, voejam por sua livre vontade, levados por
um eterno movimento, e de que modo se pode qualquer coisa criar a partir deles;
como ensinei também qual é a natureza do espírito, de que elementos é formada,
como convive com o corpo, e de que modo, quando separada, volta aos elementos
primitivos, agora começarei a expor-te o que intimamente se liga a todos estes
assuntos, isto é, o que são as coisas a que chamamos simulacros dos objetos” (trad.
Agostinho da Silva) (LUCRÉCIO. **De rerum natura** IV, 26-34).*

¹³ “Ao abordarmos, ainda, a última tipologia textual de que nos ocuparemos ao longo
desta obra introdutória, ou seja, os tratados, tal como inseridos na literatura greco-
romana, adentramos, na verdade, em um âmbito que não se tem privilegiado sob o
ponto de vista dos estudos formais da arte compositiva antiga. Isso quer dizer que as
obras pertencentes a essa específica categoria das letras antigas, tendo sido considera-
das, sobretudo, veículos para a difusão de saberes, não tanto produtos valoráveis em
si próprios, por sua peculiar maneira de escrita e organização, receberam menos aten-
ções ao aspecto do próprio fazer textual, seja esse em pequena – nível estilístico – ou
grande – *dispositio* e arranjo do todo – escala” (TREVIZAM, 2014, p. 36).

¹⁴ “No que diz respeito ao segundo [livro], falei dos materiais utilizados na cons-
trução e das qualidades que a natureza lhes atribuiu. Agora, no terceiro, tratarei dos
templos sagrados dos deuses imortais e explanarei circunstanciadamente as suas
regras, como convém” (trad. M. Justino Maciel) (VITRÚVIO. **De Architectura**
III, “*praelocutio* 4).

¹⁵ “Sept jours plus tard, le 21 avril se déroulent les *Parilia* en l’honneur de Palès. Cette fête est liée à celle des *Fordicidia*: on y offre les cendres des veaux extraits du ventre de leur mère sept jours plus tôt et confiés à Vesta. (...) Toute la cérémonie est une *lustratio*: le berger arrose d’eau les brebis et le sol bien balayé. Puis il décore de guirlandes et de fleurs la bergerie et sa porte” (ROBERT, 1985, p. 299).

¹⁶ O Liceu era uma montanha da Arcádia, considerada lar dos pastores de Pã; cf. **Églogas X**, 15, de Virgílio.

¹⁷ “Desse modo se trata, à maneira de uma clara proposição, de estabelecer os limites da empresa a que se lança, pois os imaginativos temas dos amores ou vicissitudes de Hércules e Pélope, por exemplo, não são, segundo os dizeres do próprio Virgílio, algo merecedor de seus presentes *labores* por se encontrarem ‘gastos’ pelo trabalho de outros. Além disso, é evidente, calha melhor ao subtópico da vida camponesa sobre o qual ele começa a pronunciar-se, vale dizer, às criações de grandes (equinos e bovinos) e pequenos (caprinos e ovinos) animais, a escolha de ambiências ou personagens míticas antes afinadas no contexto com o pastoreio que com lances aventurecos ou paixões amorosas” (TREVIZAM, 2011, p. 75).

¹⁸ “Enquanto isso, sigamos às matas e às clareiras intocados das Dríades, tuas ordens não fáceis, ó Mecenas: sem ti, nada de alto a mente principia. Eia, para a demora ociosa! O Citero, os cães taigetos e Epidauro domadora de cavalos chamam com enorme clamor, e a voz ressoa reiterada pelo eco dos bosques. Contudo, logo me disporei a contar as batalhas ardentes de César e a celebrar seu nome por tantos anos quantos César se distancia da primordial origem de Titono” (trad. nossa) (VIRGÍLIO. **Geórgicas III**, 40-48).

¹⁹ *Et pabulum e fundo plerumque domesticis pecudibus magis quam alienis depascere exusu est* (trad. nossa) (COLUMELA. **De re rustica VI** (*praelocutio*), 2).

²⁰ *Et copiosa stercoratione, quae contingit e gregibus, terrestres fructus exuberant* (trad. nossa) (COLUMELA. **De re rustica VI** (*praelocutio*), 2).

²¹ *Nec tamen ulla regio est, in qua modo frumenta gignantur, quae non ut hominum ita armentorum adiutorio colatur* (trad. nossa) (COLUMELA. **De re rustica VI** (*praelocutio*), 3).

²² “Resulta esclarecedor que el estoicismo utilizara el término ‘etimología’, es decir, ‘significado verdadero’. En efecto, para un estoico la auténtica verdad de una palabra consiste en la correspondencia natural y necesaria entre su significante y su significado, entre el nombre y el objeto designado: bastará desentrañar el origen de la palabra para descubrir la esencia última de lo que designa” (CASQUERO, 1990, p. XXIII). No tocante, ainda, às vinculações filosóficas de Columela, vejamos René Martin (1971, p. 299 e 301) e Joaquín María Carretero Gálvez (1997, p. 129-135).

²³ Em nota à passagem, C. Carena, comentador da edição Einaudi do tratado colúmeliano, lembra que a atribuição desses dizeres a Catão também se dá em fins de **De officiis** II (25, 89), obra de Cícero.

²⁴ *Ceterum de tam sapiente uiro piget dicere, quod eum quidam auctores memorant eidem quaerenti, quidnam tertium in agricolatione quaestuosum esset, asseuerasse, si quis uel male pasceret.* – “Hesito em falar mais sobre um homem tão sábio, pois alguns autores lembram que ele, à mesma pessoa a indagar qual era a terceira atividade lucrativa na agricultura, afirmou corresponder até à condição de ser um mau criador” (trad. nossa) (COLUMELA. **De re rustica** VI (*praelocutio*, 5).

²⁵ *Cum praesertim maius dispendium sequatur inertem et inscium pastorem, quam prudentem diligentemque compendium* (trad. nossa) (COLUMELA. **De re rustica** VI (*praelocutio*, 5).

²⁶ *De secundo tamen responso dubium non est, quin mediocrem negligentiam domini fructus pecoris exsuperet* (trad. nossa) (COLUMELA. **De re rustica** VI (*praelocutio*, 5).

²⁷ “Por outro lado, o Públio Silvino a que Columela várias vezes faz alusão no tratado, pois em mais de uma ocasião se cita, sobretudo, como dedicatário nos proêmios, não nos é conhecido por referências externas à mesma obra, obrigando-nos a contentar-nos, por ora, com saber que se tratou de um amigo próximo do autor, além, é provável, de alguém igualmente apaixonado pela agricultura” (TREVIZAM, 2014, p. 157).

²⁸ “Por esse motivo, Silvino, com quanto empenho pudemos e tendo seguido os preceitos de nossos ancestrais, também legamos à posteridade tal parte dos assuntos rústicos. Havendo, então, dois tipos de quadrúpedes, um que obtemos para a partilha dos trabalhos – como o boi, a mula, o cavalo e o burro –, outro pelo prazer, lucro e guarda – como a ovelha, a cabra, o porco e o cão –, falaremos primeiro daquela categoria cuja utilidade é partilhar de nosso trabalho” (trad. nossa) (COLUMELA. **De re rustica** VI (*praelocutio*, 6).

²⁹ Segundo os preceitos da **Retórica a Herênio**, mesmo o resumo prévio das partes de futuro desenvolvimento em uma causa/discurso – que temos apontado como algo constante, com diferenças, das *praelocutiones* de **Geórgicas** III e de **De re rustica** VI – pode contribuir para deixar “dispostos a aprender” os ouvintes: I, 7. *Dociles auditores habere poterimus, si summam causae breuiter exponemus et si attentos eos faciemus; nam docilis est, qui attente uult audire.* – “Podemos ter ouvintes dispostos a aprender se expusermos brevemente o resumo da causa e se os tornarmos atentos; na verdade, é disposto a aprender quem quer ouvir atentamente” (trad. nossa).

³⁰ *Quas ego causas, P. Siluine, procul a ueritate abesse certum habeo, quod neque fas est existimare rerum Naturam, quam primus ille mundi genitor perpetua fecunditate donauit, quasi quodam morbo sterilitate adfectam; neque prudentis credere Tellurem, quae diuinam et aeternam iuuentam sortita, communis omnium parens*

dicta sit, quia et cuncta peperit semper et deinceps paritura sit, uelut hominem consenuisse. – “Esses motivos, Públio Silvino, eu decerto considero que de longe se distanciam da verdade, pois não é lícito considerar a Natureza das coisas, que aquele primordial genitor do mundo dotou de perpétua fecundidade, como que atingida por algum mal a esterilizá-la; nem é próprio de um homem prudente crer que a Terra – a qual, tendo recebido divina e eterna juventude, foi chamada de ‘mãe comum de todas as coisas’, pois tanto, sempre, deu tudo à luz, quanto, no porvir, há de dar – envelheceu à maneira de um ser humano” (trad. nossa) (COLUMELA. **De re rustica** I (*praelocutio*, 2).

³¹ Para a primeira menção a Públio Silvino na *praelocutio* de **De re rustica** VI, veja-se logo ao início: *Scio quosdam, Publi Siluine, prudentes agricolas pecoris abnuisse curam, gregariorumque pastorum uel ut inimicam suae professionis disciplinam constantissime repudiassent.* – “Sei, Públio Silvino, que alguns agricultores prudentes recusaram o cuidado do gado e sistematicamente repudiaram a ciência dos mestres dos rebanhos como inimiga de sua profissão” (trad. nossa).

³² Sobre as palavras do orador sobre si mesmo (não sobre o adversário ou a causa), como meio de ganhar a benevolência do público, veja-se em **Retórica a Herênio**: I, 8. *Ab nostra persona beniuolentiam contrahemus, si nostrum officium sine adrogantia laudabimus, atque in rem p. quales fuerimus aut in parentes aut in amicos aut in eos, qui audiunt aliquid referemus, dum haec omnia ad eam ipsam rem, qua de agitur, sint adcommodata. Item si nostra incommoda proferemus, inopiam, solitudinem, calamitatem; et si orabimus, ut nobis sint auxilio et simul ostendemus nos in aliis noluisse spem habere.* – “Granjearemos a benevolência por nossa pessoa se elogiarmos nosso dever sem jactar-nos e dissermos um pouco como nos portamos para com a república, ou para com nossos pais, ou para com os amigos ou para com aqueles que nos ouvem, contanto que isso tudo se ajuste àquilo mesmo que está em discussão. Também se mencionarmos nossos males, a pobreza, a solidão, a desventura; e se pedirmos que nos auxiliem e, ao mesmo tempo, mostrarmos que não quisemos esperá-lo de outros” (grifo e trad. nossos).

³³ *Quid faciat laetas segetes, quo sidere terram/ uertere, Maecenas, ulmisque adiungere uitis/ conueniat, quae cura boum, qui cultus habendo/ sit pecori, apibus quanta experientia parcis,/ hinc canere incipiam.* (...) – “O que torna as searas alegres, sob qual astro a terra remexer, Mecenas, e unir a videira aos olmos convém, que cuidado com os bois, que zelo com o rebanho de alguém, quanta destreza nas parcas abelhas daqui começarei a cantar (...)” (trad. nossa) (VIRGÍLIO. **Geórgicas** I, 1-5).

³⁴ “We return now to the marble temple itself of line 16, and come to the carvings on the doors, which will represent the victories of the god to whom it is dedicated (26-36). Octavian is now the *triumphator*, who on August 13, 14 and 15 of 29 B.C. celebrated a triple triumph, for his victories in *Illyricum* and others won by subor-

dinates, for *Actium*, and for Egypt. (...) We pass in review reliefs in gold and ivory of the victories of *Quirinus* (? Octavian himself: see p. 163) over the ‘orientals’ (*Gangarides*) at *Actium* and the Nile, showing the columns of naval bronze, and of his successes in dealing with the Armenians and Parthians. In addition, there are trophies ‘snatched *utroque ab litore*’” (WILKINSON, 1997, p. 169).

³⁵ “*Mécène* (Gaius Maecenas, mort en 8 av. J.-C.). Le plus célèbre des protecteurs romains de la littérature; descendant d’une célèbre famille étrusque, chevalier de naissance. Ce fut un conseiller et écouté de l’empereur Auguste et le protecteur éclairé d’un cercle littéraire où figuraient Virgile, Horace, Propertius et Varius. Les bienfaits qu’ils en reçurent n’étaient pas négligeables: Horace lui devait sa ferme en pays sabin, et Virgile son indépendance. Tous deux s’adressaient à lui avec admiration et gratitude. En retour, ils soutinrent dans leur poésie le régime impérial” (HOWATSON, 1993, p. 616).

³⁶ “Também não se pode defender que o **De rerum natura** tenha um horizonte de expectativas adequado ao grande público. O poema de Lucrécio, embora bem se possa considerar como divulgador no tocante à doutrina filosófica, dirige-se a um leitor com um conhecimento exaustivo da tradição grega. Passagens como o louvor de Empédocles no primeiro livro ou a descrição final da peste apresentam-se como genuínos contrapontos textuais, que exigem uma grande familiaridade com o texto de referência por parte do leitor do fenotexto” (trad. nossa).

³⁷ “A aliteração e a onomatopeia no poema já foram analisadas no segundo capítulo de Deutsch e, por Bailey, em seu prefácio 119-20, e todos estão familiarizados com a direta imitação de som por som em Lucrécio, em que, por exemplo, múltiplas aliterações imitam o barulho do vento, da serra ou do alarido de um bebê, *uentorum ualidis feruescunt uiribus undae* 3 494, *serrae stridentis acerbum horrorem* 2 410-1, *uagiturque locum lugubri complet* 5 226” (trad. nossa).

³⁸ “In the mid 20s B.C., an aging military architect about whom little is known presented Augustus Caesar, new ruler of the Roman world, with ten books on architecture. The only major work on architecture to survive from classical antiquity, and the first self-consciously comprehensive account of the subject, Vitruvius’s **De Architectura** in time became the text on architecture to which, at least until the eighteenth century, all other texts referred” (Mc EWEN, 2003, p. 1).

³⁹ “O mais importante, porém, disso tudo é o reconhecimento de Vitruvius como um cultor da prosa métrica. Ele não era um artista da língua, o que confessou e demonstrou com suas infrações à linguagem literária. Mas para o questionamento do escritor Vitruvius, não se pode deixar de lado o elemento métrico, onde concentrou seu potencial artístico” (TUFFANI, 1993, p. 60).

⁴⁰ Vejam-se anteriormente as colocações de Gowers (2000, p. 135) e ainda DOODY (2007, p. 185), a qual enfatiza a consideração das **Geórgicas**, por Columela e

Plínio, o Velho, como mais uma fonte *técnica* disponível para o conhecimento da agropecuária, apesar das eventuais críticas a esse legado de Virgílio: “In its turn, Virgil’s information becomes part of the inherited body of knowledge on agriculture available to later writers, and is quoted and critiqued by Columella and Pliny alongside the writings of Varro and Theophrastus”.

⁴¹ Para explicações mais detalhadas a respeito da face literária – quer no campo poético, quer no da prosa da obra columeliana, veja-se Eralda Noè (2002, p. 161-177).

⁴² Tais traços adicionais seriam, para Toohey, a voz autoral única, o endereçamento explícito a um destinatário, a seriedade (em geral) dos intentos instrutivos, a concentração em propósitos didáticos, mais do que apenas exortativos, a tecnicidade e detalhamento (por vezes bastante destacados), o emprego majoritário dos hexâmetros datílicos, não de outras formas métricas, o tamanho, na origem, próximo do de um livro só, com oitocentos versos (TOOHEY, 2010, p. 4).

⁴³ Este se estende por entre v. 315-558 e serve, etimologicamente, para explicar a origem da técnica de obtenção de novos enxames de abelhas através da *bugonia* (sacrifício de um boi sob condições ritualísticas especiais).

⁴⁴ GRIMAL, 1963, p. 231: “Zeus s’unit à la jeune fille, et bientôt, Héra soupçonnera l’aventure. Alors, pour soustraire Io à la jalousie de sa femme, Zeus la transforma en une génisse d’une merveilleuse blancheur. Et il jura à Héra n’avoir jamais aimé cet animal. (...) Mais la mort d’Argos ne délivra pas Io, à qui Héra envoya un taon pour la tourmenter. L’insecte s’attacha à ses flancs et la rendit furieuse, alors, Io s’élança à travers la Grèce”.

⁴⁵ VIRGÍLIO. **Geórgicas** III, 237-241: “Como quando a onda começa a embranquecer no meio do mar, encurva-se mais longa das profundezas, e, rolando sobre as terras, ressoa horrivelmente em meio às pedras sem esvair-se menor do que o próprio monte, mas a vaga ferve embaixo com voragens e ergue ao alto negras areias” (trad. nossa).

⁴⁶ Diga-se que a oposição, na literatura antiga com conteúdos geográficos, entre a Líbia (ou o Egito) e a Cítia é uma espécie de lugar-comum, como se nota, por exemplo, também nas **Histórias** de Heródoto (veja-se HARTOG, 2014, p. 55): “O ponto simétrico da Cítia, no sul, é a Líbia e, mais precisamente, o Egito. Quando vem o inverno, as gruas, com efeito, deixando a fria Cítia, voam para estas regiões” (em comentário a aspectos presentes em II, 22 da obra historiográfica citada).

⁴⁷ COLUMELA. **De re rustica** IX, 2, 2: “Nem decerto é justo ao agricultor inquirir se foi Melissa uma mulher de belíssima aparência, que Júpiter tornou em abelha, ou, como o poeta Evêmero diz, se elas se formaram dos moscardos e do sol” (trad. nossa).

⁴⁸ “Neste ponto, ele faz seguir-se uma breve digressão que ratifica a maior antiguidade da criação com respeito à agricultura: ...*nomina quoque pecuniae et peculi*

tracta uidentur a pecore, quoniam et solum id ueteres possederunt et adhuc apud quasdam gentis unum hoc usurpatur diuitiarum genus. Sed ne apud nostros quidem colonos alia res uberior, ut Marcus Cato prodidit... A anedota sucessiva lembra a afirmação de Catão com respeito ao fato de que a criação, entretanto, permanece o instrumento de rentabilidade privilegiado, mesmo que conduzido com pouco critério pelo senhor” (trad. nossa).

⁴⁹ VARRÃO. **De re rustica** II, I, 19: *In fetura res incredibilis est in Hispania, sed est uera, quod in Lusitania ad oceanum in ea regione, ubi est oppidum Olisipo, monte Tagro quaedam e uento concipiunt certo tempore equae, ut his gallinae quoque solent, quarum oua hypenemia appellant.* – “Há algo incrível, porém verdadeiro, referente à reprodução na Espanha: na costa da Lusitânia, naquela parte onde se encontra a cidade de Lisboa, algumas éguas do monte Tagro concebem do vento em certo tempo, como também costumam aqui as galinhas, cujos ovos se chamam *hypenemia*” (trad. nossa).

⁵⁰ COLUMELA. **De re rustica** VI, XXVII, 7: *Cum sit notissimum etiam in Sacro monte Hispaniae, qui procurrit in occidentem iuxta Oceanum, frequenter equas sine coitu uentrem pertulisse fetumque educasse, qui tamen inutilis est, quod triennio, prius quam adolescat, morte absumitur* (trad. nossa).

⁵¹ Veja-se nesse quesito, por exemplo, COLUMELA. **De re rustica** VI, XXVII, 7-8: *Quare, ut dixi, dabimus operam, ne circa aequinoctium uernum equae desideris naturalibus angantur. Equos autem pretiosos reliquo tempore anni remouere oportet a feminis, ne aut cum uolent ineant aut, si id facere prohibeantur, cupidine sollicitati noxam contrahant.* – “Por isso, como eu disse, daremos atenção a que, por volta do equinócio de primavera, as éguas não sejam atormentadas por seus desejos naturais. Convém, entretanto, afastar os cavalos de valor das fêmeas nos demais tempos do ano, para que não cubram sempre que quiserem ou, se forem impedidos de fazê-lo, não causem dano a si ao se agitarem de desejo” (trad. nossa).

⁵² NOË, 2002, p. 64: “Pare di capire che i patterns agrari di riferimento per i lettori di Columella debbano in un certo senso essere anche provinciali, pur se l’Italia costituisce ovviamente l’area di interesse prioritario e privilegiato”.

⁵³ NOË, 2004, p. 310: “La descrizione fisica è dettagliata, con le caratteristiche delle varie specie di origine geografica differente”.

⁵⁴ VIRGÍLIO. **Geórgicas** III, 49-62: “Quer alguém que admirou os prêmios da palma olímpica crie cavalos, quer alguém bezerros fortes para os arados, escolha particularmente as matrizes. O melhor aspecto é o da vaca de olhar ameaçador, que tem a cabeça feia, a nuca farta e uma papada pendente do mento até as pernas; então, nenhum limite para o flanco alongado: tudo é grande, mesmo a pata, e as orelhas felpudas sob os chifres voltados para dentro. Nem me desagradaria a que tem manchas brancas ou rejeita os jugos, por vezes rude com o chifre, um tanto pa-

recida com o touro na aparência; toda altiva, apaga os rastros com a ponta da cauda ao caminhar. A idade deixa de tolerar Lucina e os himeneus justos antes dos dez e começa depois dos quatro anos; a restante não é propícia à reprodução nem é forte para os arados” (trad. nossa).

⁵⁵ COLUMELA. **De re rustica** VI, XXI, 1: “Também se gabam as vacas do mais alto talhe e compridas, de enormes ventres, de testa bem ampla, de olhos negros e bem abertos, de chifres graciosos, lisos e escuros, de orelhas peludas, de ossos malares estreitos, de papadas e caudas bem amplas, de cascos moderados e de pernas pequenas. Em outros pontos, também se desejam nas fêmeas quase os mesmos aspectos ainda atinentes aos machos e, sobretudo, que sejam jovens, pois, ao passarem de dez anos, são inúteis para procriar. Por outro lado, não convém que as menores de dois anos sejam cobertas” (trad. nossa).

⁵⁶ Lucina era uma deusa invocada em proteção das *mulheres* romanas na hora do parto (SCHEID, 2007, p. 129).

⁵⁷ Chamavam-se por vezes as bodas *humanas* de “himeneus”, devido ao emprego de um canto celebrativo homônimo na hora em que a noiva era conduzida, por um cortejo, à casa do noivo para o enlace (HOWATSON, 1993, p. 521).

⁵⁸ Note-se que, se formos rigorosos, tal “diminuição de escala” dos animais tomados para objeto da preceituação de Virgílio extrapola os limites de **Geórgicas** III, pois, no livro IV, ele justamente aborda as pequenas *abelhas* (POLLARA, 1983, p. 12-13). Em Columela, ainda, nota-se outra semelhança com Virgílio neste ponto, já que, além do livro VII, o oitavo se vincula em seu tratado “agronômico” aos tipos animais da *uillatica pastio* – aves, peixes etc. – e o nono, enfim, à apicultura.

⁵⁹ VIRGÍLIO. **Geórgicas** III, 286-294: “Isso basta para os grandes animais; resta a outra parte dos cuidados, tocar os rebanhos de ovelhas e de cabras eriçadas. Este é o esforço, disto esperai louvores, ó fortes colonos. Nem tenho dúvida do quanto é grande triunfar com palavras neste assunto e juntar tal honra a coisas pequenas; mas um doce amor me arrebatava pelos cimos solitários do Parnaso; é bom seguir com jogos por onde nenhum carro dos antecessores vai dar a Castália por uma encosta suave. Agora, ó Pales veneranda, agora se deve fazer ressoar alto a voz!” (trad. nossa).

OS PODERES PÚBLICOS E O EMPRÉSTIMO DE DINHEIRO A JUROS NA ROMA ANTIGA*

*Deivid Valério Gaia***

Resumo:

Neste artigo, meu objetivo é estudar as relações estabelecidas entre os poderes públicos e o empréstimo de dinheiro a juros durante o final da República e início da época imperial romana.

Palavras-chave: *economia romana; história romana; empréstimo de dinheiro a juros; República romana; Império Romano.*

LES POUVOIRS PUBLICS ET LE PRÊT D'ARGENT A INTÉRÊT DANS LA ROMA ANTIQUE

Résumé: *Mon objectif dans cet article est d'étudier les relations établies entre les pouvoirs publics romains et le prêt d'argent à intérêt pendant la fin de la République et début de l'époque impériale romaine.*

Mots-clés: *économie romaine; histoire romaine; prêt d'argent à intérêt; République romaine; Empire romain.*

As taxas de juros foram, durante a época republicana e imperial, um dos problemas que mais preocuparam os poderes públicos, sobretudo em caso de crise. Quando surgia um problema ligado às dívidas que levava à alta das taxas de juros, reclamava-se, urgentemente, uma interferência legal dos poderes públicos através da criação de leis ou de medidas contra as taxas abusivas. A decisão tomada era, na maioria dos

* Recebido em 01/04/2016 e aceito em 10/05/2016.

** Professor adjunto de História Antiga do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do Laboratório de História Antiga (Lhia) da UFRJ. Membro do Laboratório de estudos sobre o Império Romano (Leir – USP/Ufop).

casos, a de limitar os juros às mesmas taxas que foram estabelecidas no início do empréstimo.

Para analisar a preocupação dos poderes públicos com relação às dívidas, é importante perguntar: existiam limites para as taxas de juros no período da transição da República ao Principado? É evidente, segundo a documentação, que as províncias dessa época fixavam, de modo geral, limites para as taxas de juros, e a fixação desse limite podia variar de um local para o outro. No entanto, de forma geral, para os poderes públicos romanos durante o final da República e durante o Principado, o limite dessas taxas era de 12% por ano, ou seja, 1% por mês, em latim *centesimae usurae*.¹ No fim da República, conhecemos três exemplos de limitação das taxas de juros a 12%: 1) O edito provincial de Cícero na Cilícia de 51-50 a.C., que limitou as taxas a 12% por ano (CÍCERO, *Ad. Att.* 5, 21, 11-13; 6, 1-5 ; 6, 2, 7) – «*Interim cum ego in edicto translaticio centesimas me observaturum haberem cum anatocismo anniversario*» (CÍCERO, *Ad Att.* 5, 21, 11); 2) as decisões de Lúculo na Ásia, o qual também limitou as taxas de juros a 12% por ano (PLUTARCO, *Luc.* 20. e APIANO, *Mithr.* 62, 63, 83); 3) e por fim, no ano de 51 a.C., o Senado fixou as taxas de juros máximas a 12% – “... *Cum senatus consultum modo factum sit, puto, postquam tu es profectus, in creditorum causa, ut centesimae perpetuo fenore ducerentur*” (CÍCERO *Ad Att.* 5, 21, 13).² Se essa limitação formulada pelo Senado em 51 a.C. foi ou não seguida por César e por Augusto, nós não sabemos. Foi também durante a crise da República que conhecemos a lei de Júlio César intitulada *de modo credendi possidendique intra Italiam* (TÁCITO, *Ann.* 6, 16) – lei esta que fixava a quantidade máxima do capital de dinheiro destinado ao empréstimo e que estipulava o patrimônio fundiário que um senador deveria possuir no território italiano –, que possivelmente tenha limitado os juros, mas não sabemos a que taxa seria essa limitação (ANDREAU, 2000, p. 151-159; BILLETTER, 1998, p. 104; GAIA, 2013; NICOLET, 1971, p. 1202-1227).

As taxas de juros praticadas, tirando algumas exceções, variavam entre 4 a 12% ao ano. Cícero evidencia que, em 55-54 a.C., era possível emprestar dinheiro em Roma a 4% (CÍCERO, *Ad Att.* 4, 15, 7; 4, 17, 3-3). Suetônio menciona que essas taxas eram de 4% devido à entrada dos tesouros dos reis do Egito em Roma após a batalha do Ácio, em 31 a.C. (SUE-TÔNIO, *Aug.* 41, 2).³ É muito difícil encontrar, nas fontes disponíveis, referências a taxas de juros abaixo de 4%. Um raro exemplo se encontra

no **Digesto**, que menciona uma taxa de 3% ao ano. Há também outro texto do **Digesto** que menciona *usurae unciae*, ou seja, de 1% ao ano. Como o valor é anormalmente baixo, é possível que tais taxas sejam mencionadas pela sua representação simbólica e filantrópica (**DIGESTO**, (Scaevola) 26, 7, 47, 4). Um dos autores da **História Augusta** qualifica a taxa de juros de 4% de *minimae usurae*, quando escreve que Antonino Pio emprestava dinheiro a esse valor (**S.H.A.** Anton. Pius, 2, 8). As taxas de juros de 6%, cujo uso parece corrente sob o Principado, são consideradas por Plínio, o Antigo, módicas e legais – «...*ex his tamen usura multiplicata semissibus, quae ciuilis ac modica est*» (**N.H.**14, 56).

No que diz respeito às altas taxas de juros, constata-se que, fora os casos claramente abusivos, a de 12% não era quase nunca ultrapassada, segundo a documentação literária, epigráfica e jurídica. Havia, com certeza, taxas abusivas camufladas nos contratos de empréstimos dos banqueiros e dos financiadores profissionais, mas é difícil estudar essas operações na falta de documentação quantitativa, que nos permitiria identificar padrões claros nessas ações à margem da lei. No entanto, há na epigrafia – única exceção – uma fundação evergética⁴ que parece indicar uma taxa estranhamente elevada: 15% (**CIL** V, 5132). Quando se tem notícia de juros ultrapassando os 12%, as fontes mencionam taxas bem mais altas, que vão diretamente a 24, 48 ou mesmo a 60% (**CÍCERO**, **Verr.** 3, 165-170; **CÍCERO**, **Ad. Att.** V. 21. 10-12; **HORÁCIO**, **S.** 1. 2. 14)⁵, mas estas eram ilegais e não aparecem em documentos oficiais.

Sendo assim, será que havia uma limitação geral para os juros? Jean Andraeu (1997, p. 113) responde: «C'est très possible; ce n'est pas absolument certain». Giuseppe Camodeca (1992) e Koenraad Verboven (1993, p. 69-98; 2000, p. 161-171) defendem que sim. Seja como for, tanto é certo que durante o Principado o empréstimo a juros nunca foi proibido quanto que raríssimas fontes apresentam taxas superiores a 12%. O Estado romano tem a tendência de fixar taxas de juros máximas, mas nem por isso são taxas de base. Trata-se apenas de um teto, e é entre o piso e o teto que essas taxas variavam, exceto, evidentemente, as abusivas, hoje conhecidas como usura.⁶ Para o mundo romano, a taxa abusiva (*magna usura*, *grauissima usura*, *maxima usura*, etc.) não aparece claramente nos contratos e nos documentos literários,⁷ visto que era totalmente proibida.

Segundo a documentação disponível (a qual, aliás, se deve à elite), sob o Principado as taxas de juros eram limitadas a 12% em algumas provín-

cias, como, por exemplo, no Egito, onde a taxa máxima era sempre de 12%. Segundo Gustav Billeter e Maurice Sartre, os juros eram mais baixos na Itália e no Mediterrâneo ocidental (4 a 6%), e mais elevados na parte grega do Império (8 a 9%), sobretudo no Egito (12%) (BILLETTER, 1998, p. 103-09 e 181; SARTRE, 1991, p. 155 e 171).

A política administrativa do governador de uma província tinha um papel fundamental nas relações financeiras. Com efeito, um dos deveres dos poderes públicos nas épocas republicana e imperial era assegurar a tranquilidade no conjunto do *imperium*. Era necessário, para evitar revoltas, regulamentar a questão das taxas de juros. Alguns fragmentos do **Digesto** mostram com mais clareza as limitações dessas taxas pelos poderes públicos nas províncias. Os juristas mencionam o *legitimus modus usurarum* (limite da taxa de juros fixada por lei) ou as *legitimae usurae* (juros fixados por lei).⁸ Esses textos mostram que as *legitimae usurae* fazem parte da tradição comum de certas áreas, já que se referem a regiões específicas (infelizmente, os nomes de tais regiões não são citados), e as taxas de juros desses locais específicos devem ser respeitadas pelos poderes públicos.

É necessário observar que outros textos do **Digesto** mencionam alguns costumes regionais e que as variações das taxas de juros também podem estar ligadas aos costumes de cada região. Costume que, vale lembrar, se mostra durável e revela a necessidade de levar em conta as tradições locais ou regionais para o estudo das taxas de juros no mundo romano (**DIGESTO**. (Papiniano) 22, 1, 1 pr.), pois faz parte da mentalidade jurídica romana respeitar o costume da região no que se refere à vida financeira. Com isso quero dizer que os romanos não impõem seu modo de regulamentar os juros: respeita-se o costume local – mas, em caso de crise, como nos exemplos acima de Cícero e Lúculo, o Estado limita a taxa a 12%. O *legitimus modus usurarum* talvez seja característico de uma região ou de muitas regiões, mas, de forma alguma, válido para o conjunto do Império.⁹

Outros textos apresentam um teto de 12% para os juros, como é o caso de um texto de Paulo que apresenta essa questão e nos indica claramente que os juros eram limitados a 12%. O autor vai além e mostra que, caso o devedor tenha pago um juro superior a 12%, seja por erro ou por abuso, o credor deve restituir a soma paga subtraindo no capital total da dívida (*sortem miminuunt*) ou devolvendo o dinheiro, caso a dívida tenha sido quitada (*Usurae, quae centesimam excedunt, per errorem solutae repeti possunt*) (PAULO, **Sent.** 14). De modo geral, a lei romana é muito severa contra os

devedores, mas, em caso de abuso comprovado, o credor pode ser duramente punido. Os textos jurídicos não apresentam muitos casos de dívidas acima de 12% e, quando apresentam juros legais, eles são limitados a 12%.

Obviamente havia taxas abusivas, mas justamente por serem abusivas e ilegais, eram praticadas à margem da lei e de modo tácito. O devedor entrava no jogo de dominação financeira do credor, caso a necessidade falasse mais alto. O problema é que, como era um ato contratual, o credor jamais deixaria uma prova escrita que pudesse ser utilizada contra ele mesmo; então, possivelmente, o devedor tomava uma quantidade de dinheiro emprestada a 12% e isso se registrava no contrato, mas ele levava consigo uma quantia inferior à contratada, o que faz com que os juros finais seja muito superiores a 12%. Simulemos um exemplo: o devedor X toma emprestado do credor Y a quantia de 1000 sestércios a 12% ao ano (*centesima usurae*): no final de um ano, ele deverá pagar 1120 sestércios. No entanto, em vez de levar 1000 – como contratado –, o credor lhe concede somente a liquidez de 880 sestércios. Ou seja: no ato do empréstimo, o devedor já paga 12% e, no final, ao devolver os 1120 do contrato, paga mais 12% sobre 1000. Sendo assim, acaba pagando 120 sestércios ao levar somente 880 em vez de 1000 como o contratado, e mais 120 sobre 1000 ao quitar a dívida. Só de juros o devedor pagou 240 sestércios sobre mil, taxa que gira em torno de 24%. Contratualmente não há nada de ilegal, pois o devedor consentiu com a transação e a única prova de ilegalidade seria a palavra de um contra o outro. Mas, acima da palavra de ambos, há o contrato efetuado, escrito. Por ser ilegal, era uma transação muito bem mascarada.

Apesar de todos os esforços para limitar os juros, essa tarefa nunca foi fácil. Não há uma conjuntura estabelecida e absoluta que possa estipular 6, 8 ou 12% – isso depende de muitos fatores, alguns gerais e outros específicos: abundância ou falta de liquidez e a relação estabelecida entre credor e devedor. Os poderes públicos tentaram limitar e, em épocas mais remotas, suprimir os juros dos empréstimos – o que jamais se conseguiu, apesar da ameaça de leis e penas. Pelo contrário, as tentativas ou efetivas proibições traziam consigo novas formas de burlar a lei através de mecanismos que pouco a pouco se imortalizariam em costumes. Quando se tratava de repressão penal, o direito romano tinha dois procedimentos: um mais público, as *multae* aplicadas pelos edis ao infrator, e outro mais privado, o *quadruplum*, que consistia na cobrança do quádruplo dos juros ilicitamente recebidos (REVUELTA, 2004, p. 4), prática mais recorrente no início e no meio da República. É citada, por exemplo, por Catão.

Para a Itália, no fim da República, conhecemos casos de variações bruscas e frequentemente limitadas pelos poderes públicos. Em compensação, no Principado, as poucas fontes disponíveis não mencionam grandes variações quando houve uma crise em 33 d.C. Tibério interveio emprestando dinheiro sem juros para aumentar a liquidez e abaixar os juros (GAIA, 2009). As taxas citadas são, de modo geral, baixas, amiúde entre 4 a 6% ao ano, devido à estabilidade financeira da época. Tais taxas são confirmadas pelos textos jurídicos e pela grande maioria das inscrições das fundações evergéticas que estão distribuídas em diversas partes do Império ocidental. Os poderes públicos estavam sempre atentos às variações dos juros, atuando conforme o costume de cada região, mas limitando-os, de modo geral, a 12%. No entanto, só havia intervenção pública em caso de crise, já que os poderes públicos não intervinham na vida financeira cotidiana. A atuação era efetiva, pois no mundo romano a vida econômica, social e política se entremeavam – assim, uma crise financeira grave poderia criar grande problema no plano político, se grande parte das ordens dirigentes se endividasse. Raros eram aqueles que na cidade de Roma nunca provaram o gosto do endividamento, sobretudo os mais ricos : Cícero, César, Crasso e Sêneca são grandes exemplos. Nenhum meio social escapava do crivo do endividamento. A falência financeira de um rico romano era também uma falência no campo político, daí termos um grande jogo de dependência entre eles ligado ao empréstimo de dinheiro. Para evitar problemas de ordem econômica, política e social, os poderes públicos nunca cessaram de limitar as transações financeiras ligadas ao empréstimo a juros, ora limitando os juros, ora proibindo a prática (não na época estudada) ou proibindo algumas categorias de emprestar dinheiro, como os senadores, mas essas, pelo uso inveterado, sobreviveram.

Documentação escrita (abreviações das edições utilizadas)

APIANO. **Mithr. : Mithridatica.** La Guerre de Mithridate: livre XII, texte établi et traduit par P. Goukowsky. Paris : Les Belles Lettres, 2003.

CÍCERO. **Ad. Att. : Epistulae ad Atticum.** Cicero's Letters to Atticus. 6 v. Shackleton Bailey: D.R., 1965–1968.

_____. **Verr. : In Verrem.** M. Tulli Ciceronis Orationes. V. 3, ed. W. Peterson, 1917. / Première action contre C.Verrès – Seconde action contre C.

Verrès, La Préture urbaine, Livre I, texte établi et traduit par H. de La Ville de Mirmont. Paris: Les Belles Lettres, 1922, Tome II, (2e tirage 2002). / Seconde action contre C. Verrès – La Préture de Sicile, Livre II, texte établi et traduit par H. de La Ville de Mirmont. Paris: Les Belles Lettres, 1936, Tome III (2e édition 1960 – 2e tirage de la 2e édition 2002).

CIL: *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlin, 1869-1933, v. 1-15.

DIGESTO: Digesta Iustiniani. The Digest of Justinian. V. 1–4, ed. T. Mommsen, P. Krüger, A. Watson, 1985).

DIÃO CÁSSIO. Hist.: Historiae Romanae. Cassii Dionis Cocceiani historiae Romanarum quae supersunt, 3 v., Ed. Boissevain. U.P.Berlin: Weidmann, 1:1895; 2:1898; 3:1901. Repr. 1955. / Roman History, with an English translation by E. CARY, Londres: Heinemann, 1969 (V. IV – The Loeb classical library). / Histoire romaine: livres 50 et 51, texte établi, trad. et annoté par Marie-Laure Freyburger et Jean-Michel Roddaz. Paris: Les Belles Lettres, 1991. / Histoire romaine, trad. par E. Gros et continué par V. Boissée. Paris: Librairie de Firmon Ditot frères, 1865.

HORÁCIO S.: Sermones. Q. Horati Flacci Opera. Ed. F. Klingner, 1959.

PAULO. Sent.: Sententiae. PAULO (1994): **Sentencias**, libro segundo Interpretatio. Traduzido por Martha Patricia Irigoyen Troconis. Ciudad del México: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 24-26.

PLÍNIO. N.H.: Plinio, o Antigo. **Naturalis Historia.** Livre XIV – De la nature des arbres fruitiers, texte établi, traduit et commenté par J. André. Paris : Les Belles Lettres, 1958 (2e tirage 2003) / C. Plini Secundi NaturalisHistoriae Libri XXXVII. V. 1–5. Ed. C. Mayhoff, 1892–1909.

PLUTARCO. Luc.: Plutarchus Biogr., Phil., Lucullus. Plutarchi vitae parallelae, v. 1.1, 4th edn., Ed. Ziegler, K.Leipzig: Teubner, 1969./ Cimon-Lucullus. Nicias-Crassus, texte établi et traduit par R. Flacelière et E. Chambry. Paris : Les Belles Lettres,1972, Tome VII (2e tirage 2003).

S.H.A., **Anton. Pius:** História Augusta, Scriptores Historiae Augustae, Antonino Pio (Scriptores Historiae Augustae. V. 1. Ed. E. Hohl, 1965. / Histoire Auguste: Vies d'Hadrien, Aelius et Antonin, texte établi et traduit par J.-P. Callu, O. Desbordes et A. Gaden. Paris: Les Belles Lettres, 1992. Tome I (2e tirage 2002).

SUETÔNIO. Aug.: De Vita Caesarum. C. Suetoni Tranquilli Opera. V. 1. Ed. M. Ihm, 1908. / César. – Auguste, texte établi et traduit par H. Ailloud. Paris : Les Belles Lettres, 1931. Tome I (8e tirage 2007).

_____. **Tib.: De Vita Caesarum.** C. Suetoni Tranquilli Opera. V. 1. Ed. M. Ihm, 1908. / Tibère. – Caligula. – Claude. – Néron. texte établi et traduit par H. Ailloud. Paris: Les Belles Lettres, 1931. Tome II (9e tirage 2002).

TÁCITO. **Ann: Annales.** Cornelii Taciti Annalium Ab Excessu Divi Augusti Libri. Ed. C. D. Fisher, 1906. / Annales, Livres IV-VI, texte établi et traduit par P. Wuilleumier. Paris: Les Belles Lettres, 1975. Tome II (2e tirage revu et corrigé par H. Le Bonniec 1990 – 3e tirage 2003).

Referências bibliográficas

ANDREAU, J. **La Vie financière dans le monde romain:** Les métiers de maieurs d'argent (IV^e siècle av. J.-C.-III^e siècle ap. J.-C.). Rome: EFR, 1987.

_____. Deux études sur les prix à Rome: les « mercuriales » et le taux d'intérêt. In: ANDREAU, J. BRIANT, P. e DESCAT, R. (orgs.) **Économie antique, prix et formation des prix dans les économies antiques.** Saint-Bertrand-de-Comminges, Musée archéologique départemental, (EAHSBC, 3), 1997.

_____. FRANCE, J.; PITTIA (orgs.). **Mentalités et choix économique des romains.** Paris: De Boccard, 2004.

_____. Les intérêts des prêts dans les Tablettes de Murecine. *Cahiers du Centre Glotz*, XI, p. 151-159.

_____. **Banque et affaires dans le monde romain:** IV^e J.-C. – III^e siècle ap. J.-C. Paris: Seuil, 2001.

BARLOW, Ch. T. **Bankers, moneylenders and interest rates in the Roman Republic.** Ann Arbor-Londres: University Microfilms International, 1978.

BILLETER, G. **Geschichte des Zinsfusses im griechisch-römischen Altertum bis auf Justinian.** Leipzig: B. G. Teubner, 1898.

CARDILLI, R. Il periculum e le usurae nei giudizi di buona fede. In: TARAFIO, S. (orgs.) **Atti del Convegno “Usuri ieri e oggi”.** Foggia, 7-8 aprile 1995, Bari, 1997.

CARDOSO, C. F. Economia e sociedades antigas: conceitos e debates. **Clássica**, 1, 1998.

CARRIÉ, J.-M. Introduction: La crise. Quelle crise?, **CCG**, X, p. 255-260, 1999.

CAMODECA, G. **L'Archivio puteolano dei Sulpicii.** 1. Napoli, 1992.

_____. **Tabulae Pompeianae Sulpiciorum.** Rome, 1999.

CRAWFORD, M. H. Money and Exchange in the Roman World. **JRS**, 65, p. 40-48, 1970.

DEMOUGIN, S. **L'Ordre équestre sous les Julio-claudiens**. Rome: EFR, 1988.

DUNCAN-JONES, R. **The Economy of The Roman Empire**. Cambridge University Press, 1974.

GAIA, D. **Le taux d'intérêt et ses variations dans le monde romain: III^e siècle av. J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.** Paris: EHESS, 2009. (mémoire de master)

_____. Abundância de liquidez e crise financeira em Roma: questões jurídicas e econômicas em torno das taxas de juros na época de Augusto e de Tibério. **História (São Paulo)**, p. 28, p. 2, 2009.

_____. **Pratiques financières dans le monde romain: le prêt d'argent à intérêt du Ier siècle av. J.-C. au Ier siècle ap. J.-C.** Tese de doutorado. Paris: EHESC, 2013.

GRÖSCHLER, P. Banchieri e limite delle usurae. In: CRIFÒ, G.; GIGLIO, S. (orgs.) **Atti dell'Accademia Romanistica Costantiniana**. Napoli: Ed. Scientifiche Italiane, 1998, 345-352.

GUARINELLO, N. L. A economia antiga e a arqueologia rural. **Clássica**, São Paulo, v. 7/8, p. 271-283, 1994/1995.

LO CASCIO, E. (Org.) **Credito e moneta nel mondo romano**. Bari: Edipuglia, 2000, 265-279.

MROZEK, S. **Prix et Rémunération dans l'Occident romain (31 avant notre ère – 250 de notre ère)?** Gdansk: Societas Scientiarum Gedanensis 55, 1995.

_____. **Faenus. Studien zu Zinsproblemen zur Zeit des Prinzipats**. Stuttgart: Verlag Stuttgart, 2001.

NICOLET, Cl. **L'ordre équestre à l'époque républicaine (312-43 av. J.-C.)**. Paris: de Boccard, 1966.

_____. Les variations des prix et la « théorie quantitative de la monnaie » à Rome, de Cicéron à Pline l'Ancien. **Annales (ESC)**, 26, 1971, 1202-1227.

PEDRONI, L. **Crisi finanziaria e monetazione durante la Guerra Sociale**. Bruxelles: Éditions Latomus, 2006.

PÉREZ J. A.; CRUZ A. G. (orgs.) **Hijos de Mercurio**. Banqueros, prestamistas, usureros y transacciones comerciales en el mundo mediterráneo. Madrid-Málaga: Clássicas e Charta Antiqua, 2006.

POLANYI, K.; ARENSBERG, C. **Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie**. Paris: Librairie Larousse, 1975.

REVUELTA, M. S. La represión pena de la usura en la República romana y evolución, **Revista de estudios histórico-jurídicos**, Valparaíso, 26, 2004.

SARTRE, M. **L'Orient romain**: Provinces et sociétés provinciales en Méditerranée orientale d'Auguste aux Sévères (31 avant J.-C. – 235 après J.-C.). Paris: Seuil, 1991.

SOLIDORO M. L. Sulla disciplina degli interessi convenzionali nell'età imperiale, **Index**, 25, 555-80, 1997.

VERBOVEN, K. Le système financier à la fin de la République romaine, **Anc-Soc**, 24, p. 69-98, 1993.

_____. L'organisation des affaires financières des C. *Supicii* de Pouzzoles (*Tabulae Pompeianae Sulpiciorum*), **CCG**, XI, p. 161-171, 2000.

VEYNE, Paul. Rome devant la prétendue fuite de l'or: mercantilisme ou politique disciplinaire?, **Annales ESC**, 34, 2, 1979, p. 211 – 244.

Notas

¹ O emprego generalizado da expressão no plural se explica pela variedade dos meses em que se dá o pagamento do empréstimo.

² *Vide*: BARLOW, 1978, p. 172; BILLETER, 1898, p. 169–175.

³ Em 31 a.C., a parte oriental do mundo romano era dirigida por Marco Antônio, e a parte ocidental por Otaviano. A Batalha do Ácio foi o grande combate que os confrontou, e Otaviano foi vitorioso, tornando-se, mais tarde, Augusto, o primeiro imperador de Roma. A batalha aconteceu no dia 2 de setembro de 31 a.C., no litoral do Epiro, no golfo da Ambrácia.

⁴ A fundação evergética consiste na doação de uma soma de dinheiro, terras ou imóveis que o fundador lega no seu testamento ou quando ainda está vivo. O bem deixado pelo fundador deve propiciar rendimentos anuais (que é o capital da fundação) para um objetivo determinado, seja este contínuo ou periódico. Esses rendimentos anuais da fundação são os juros. De modo geral, as inscrições apresentam o fundador, o gerente da fundação e o beneficiário, que pode ser uma coletividade ou, no caso das “fundações-reflexos”, o próprio doador. Como exemplo desse tipo, cito o caso de uma fundação para manutenção do próprio túmulo do doador, que de tempo em tempo alguém derrame vinho ou deixe flores no seu monumento funerário. Às vezes, as inscrições são bem detalhadas, mas nem sempre. Essas fundações garantem a “perpetuidade” do fundador, pois algumas fundações oferecidas à coletividade permitem que se faça uma festa (ou mais) por ano em memória do doador, que se construam monumentos, que se doe dinheiro para as famílias pobres que tenham crianças, etc.

⁵ 24%: Verres na Sicília. CICERO *Verr.* 3, 165-170; 48%: o empréstimo de Bruto a Salamina de Chipre, CICERO *Ad. Att.* V. 21. 10-12; VI 1. 5-7; 2. 7-8; 3. 5; 60%: HORACIOS. 1. 2. 14.

⁶ Não podemos, de forma alguma, confundir a palavra *usura*, empregada hoje, com a palavra *usura* utilizada pelos romanos. A “nossa” *usura* tem o sentido de juro superior ao estabelecido por lei ou pelo uso, agiotagem, ambição ou cobiça exacerbada, ao passo que, no latim da época republicana e imperial, etimologicamente a palavra *usura* designava o ato de usar, de se servir de alguma coisa. Assim os romanos diziam *usura vitae*, *usura corporis*, *usura solis*. Pouco a pouco, a palavra passou a designar não somente o ato de usar alguma coisa, mas a cessação por parte do proprietário a um terço do uso de alguma coisa e, mais tarde, a retribuição retirada desta cessação. Por causa dessas diferenças de sentido da palavra *usura*, eu prefiro, ao invés de falar em juro usurário, falar em juro abusivo ou exorbitante, ou melhor, em contraste à expressão latina *minimae usurae*, prefiro falar em *magnae usurae*. No direito romano a palavra *usura* tem o mesmo sentido que a nossa palavra “juro”; dizia-se, por exemplo, *solvere usuras*. A palavra *usura* designa, na linguagem jurídica romana, tanto a retribuição que se retira do empréstimo quanto a retribuição considerada por lei legítima.

⁷ Já a taxa de juro baixa aparece sempre nos documentos para ressaltar um ato de *benevolentia*, *amicitia*, *munificentia* ou evergetismo.

⁸ *Dig.* 12, 6, 26 pr. et 13, 4, 2, 8 (Ulpiano); 19, 1, 13, 26 et 22, 1, 9 pr. et 1 (Papiniano); 45, 1, 90 (Pomponio).

⁹Essa discussão foi desenvolvida com mais detalhes na minha dissertação de mestrado. *Vide*: GAIA, D. **Le taux d'intérêt et ses variations dans le monde romain: III^e siècle av. J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.** Paris: EHESS, 2009, p. 86-91.

ASPECTOS DA OMISSÃO DA ORIGEM PROVINCIAL DE TRAJANO NO DISCURSO DE PLÍNIO, O JOVEM*

Renata Lopes Biazotto Venturini**

Alex Aparecido da Costa***

Resumo:

*A ambiguidade do sistema político do Principado expressa-se em vários aspectos, dentre os quais o sistema de sucessão dos césares e os requisitos para alcançar o poder imperial. Nesse sentido a ascensão de Trajano coloca em tela as duas questões, pois ele não alcançou o governo por uma solução dinástica como ocorrera até então, e tampouco pertencia a uma tradicional e aristocrática família da urbs. Embora a singularidade da situação possa levantar a ideia de que fosse preciso omitir sua origem hispânica, devemos atentar para o fato de que, no período, a integração das províncias ao sistema imperial ampliava as possibilidades de participação política. Tal quadro está exposto no **Panegírico de Trajano** de Plínio, o Jovem, onde é exaltada e enfatizada a integração das províncias e dos provinciais às ideias e valores romanos.*

Palavras-chave: Principado; províncias; Plínio, o Jovem; Trajano.

* Recebido em 31/03/2015 e aceito em 04/05/2015.

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Membro do Leam – Laboratório de Estudos Antigos e Medievais.

*** Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Membro do Leam – Laboratório de Estudos Antigos e Medievais.

ASPECTS OF THE OMISSION OF PROVINCIAL ORIGIN OF TRAJAN IN THE SPEECH OF PLINY THE YOUNGER

***Abstract:** The ambiguity of the political system of the Principality is expressed in many ways, including the succession system of the Caesars and the requirements to achieve the imperial power. In this sense the rise of Trajan puts on display the two issues, because it did not reach the government for a dynastic solution as had happened so far, and neither belonged to a traditional aristocratic family Urbs. Although the uniqueness of the situation can raise the idea that he had too much their Hispanic origins should pay attention to the fact that in the period the integration of the imperial provinces broadened the possibilities for political participation. Such a framework is set out in the **Panegyric of Trajan** by Pliny the Younger where is exalted and emphasized the integration of the provinces and the provincial to the ideas and Roman values.*

***Keywords:** Principate; provinces; Pliny the Younger; Trajan.*

No ano 100 d.C., Plínio, o Jovem (62-113 d.C.), proferiu em Roma, diante do Senado e do imperador, um discurso de agradecimento que posteriormente ficou conhecido como **Panegírico de Trajano**. O propósito principal de sua elocução era agradecer ao César por tê-lo indicado à magistratura consular. Outro aspecto que podemos discutir remete-nos ao grau de integração social, política, cultural e econômica de que gozavam, na virada do século I d.C. para o século II d.C., as populações do Império. Focalizaremos principalmente a perspectiva das populações provinciais, já que Marco Ulpio Trajano pertencia a esse grupo. O fato de ter sido o primeiro imperador provincial apresenta-se, portanto, como um indício de que a romanização ajudou, nesse período, a deslocar da *urbs*, ainda que relativamente, o protagonismo imperial.

Nesse sentido atentaremos, num primeiro momento, para o estudo de Canto (2003) que, tendo se debruçado sobre o mesmo recorte temporal, ressaltou no **Panegírico de Trajano** a ausência de informações sobre a origem provincial do imperador hispânico. A autora alega que a omissão dessa informação obedeceria à necessidade de não chocar o conservadorismo romano, cuja tradição não admitiria abertamente o que demandava o pragmatismo das questões políticas que alçaram Trajano ao poder em 98 d.C. Embora essa seja uma interpretação factível, gostaríamos de arrolar outros dados que podem ajudar a esclarecer a ausência de informações diretas sobre a origem provincial presentes no **Panegírico**. A conjuntura de crescente integração que o Império vivia suavizava as inovações, e a tra-

dicional assimilação das elites autóctones aos costumes romanos também concorreu para que o novo imperador não figurasse simplesmente como um provincial diante da aristocracia de Roma. Assim, o fato de Plínio não ter informado a origem de Trajano em seu discurso deve ser cotejado com essas informações, para que alcancemos conclusões mais abrangentes sobre o assunto.

Dessa forma, pretendemos demonstrar que Plínio, o Jovem, apresenta Trajano no contexto de integração das províncias ao sistema social de Roma. Esse processo ocorria de forma mais aguda em relação aos membros das elites locais chamados a participarem do aparato político e militar do Império. Embora a ocultação da origem provincial de Trajano no **Panegírico** possa ter cumprido um papel estratégico, devemos entender que as diferenças entre o centro e a periferia do Império estavam relativizadas.

A origem hispânica do imperador Trajano

No livro **Las raíces béticas de Trajano**, Alicia Maria Canto (2003) apresenta um olhar mais acurado sobre a origem de Trajano e argumenta que o imperador fazia parte de uma elite autóctone da província, contrariando a ideia de que era oriundo de uma família romana que se estabelecera séculos antes na Hispânia. A autora enfrentou uma questão que já inquietava outros historiadores. Petit afirma que a seguinte pergunta foi proposta por Piganiol: “Trajano e Adriano, descendentes de colonos de origem italiana, iberos colonizados ou população cruzada?” (PETIT, 1989, p. 294).

Para fundamentar sua tese, Canto (2003) inicia a discussão ressaltando a integração do *Municipium Italica*, cidade de origem de Trajano, ao sistema imperial. Tal condição estaria expressa no gênero francamente pró-romano presente nos reversos das moedas cunhadas nessa região da Hispânia, atestando as boas relações dos habitantes locais com o poder imperial desde a época dos Júlio-Cláudios. Desde o período republicano, a cidade foi o primeiro assentamento estável que os romanos estabeleceram na Hispânia após a vitória de Públio Cornélio Cipião sobre os cartagineses.

Situada na região do rio *Baetis*, que deu o nome de Bética a essa província ao sul da Hispânia, (CANTO, 2003, p. 9) foi habitada por romanos, itálicos¹ e turdetanos – destes últimos, habitantes naturais da região, é que descendia Trajano. No caso de Itálica, os turdetanos foram os indígenas

escolhidos pelos romanos para coabitarem o espaço urbano da cidade ali fundada. Por todo o Império tais escolhidos eram os membros das elites locais, que se mostraram receptivos à cultura dos romanos e com eles colaboraram antes da conquista dos territórios. Na Hispânia essa postura mereceu reconhecimento, pois as guerras púnicas exigiram uma difícil decisão por parte dos autóctones.

Para demonstrar que a família de Trajano era, de fato, turdetana, Canto (2003) oferece dois estudos principais. O primeiro consiste na revisão de fontes escritas. Ela coteja as informações da obra **Livro dos cézares**, de Aurélio Vítor, com a de um epítome anônimo da mesma; acrescenta também Dión Cássio, cuja obra **História de Roma** corrobora com a tese da origem hispânica do imperador. O segundo estudo envolve uma análise filológica e onomástica do *tria nomina*² do César. De Dión Cássio, ela destaca o seguinte:

Disse Cássio, ao referir-se à novidade que foi a adoção e a eleição como sucessor do imperador Nerva do general Trajano no ano de 97 d. C., que foi insólita porque “...(Trajano) era um ibero, e não um italo, nem um italiota... e nenhum álloethnês havia sido antes imperador...”. (CANTO, 2003, p. 20-21)

Para a autora, a afirmação do historiador grego torna indubitável a origem turdetana de Trajano, pois o uso do termo *alloethnês* afasta a possibilidade da origem itálica, já que seu significado é “o que concerne a um povo estrangeiro”, ou seja, a origem do imperador não seria romana ou de colonizadores romanos, mas sim hispânica.

O cotejamento das informações do texto de Aurélio Vítor com a de seu epitomador anônimo, autor do **Epítome de Cesaribus**, explica a necessidade desse método:

Comprovamos que, de fato, Aurélio Vítor começa diretamente seu relato sobre Trajano com seu acesso ao trono, e só cita sua origem hispânica para justificar sua adoção por Nerva, com o argumento de fundo de que “ainda que fosse um provincial, ao menos era senador e havia sido cônsul”, passando sem mais delongas à sua breve caracterização humana, militar e política. (CANTO, 2003, p. 38)

Ou seja, embora o testemunho seja favorável à sua argumentação, Canto busca no **Epítome** informações referentes ao período anterior à ascensão de Trajano, pois a obra de Aurélio Vítor tem como característica a brevidade e não aporta dados definitivos. Da obra anônima, ela traduz a seguinte informação:

Ulpio Trajano foi imperador durante vinte anos. (Oriundo) de uma cidade turdetana, seu nome foi “Ulpio” por seu avô, e o fato de ter sido chamado “Trajano” decorre de Traio, o fundador de sua linhagem, ou bem do gentílico de Trajano, seu pai.
(CANTO, 2003, p. 38)

Portanto, embora o **Epítome** seja visto como um compêndio do **Livro dos césares**, a autora constata informações adicionais que lhe reforçam a ideia da origem turdetana do imperador. Não tendo o trecho citado sido extraído de Aurélio Vítor, abre Canto a possibilidade de que o próprio imperador tenha sido a fonte para esses dados, talvez retirados de textos escritos por Trajano, os **Daciorum libri** mencionados por Prisciano³ (CANTO, 2003, p.75).

Embora o *tria nomina* do imperador, *Marcus Ulpius Traianus*, indique, por meio do *nomen Ulpius*, ser pertencente à *gens Ulpia*, é no *cognomen Traianus* que deve ser rastreada sua verdadeira origem. O epitomador oferece uma informação importantíssima ao dizer que o nome do imperador derivava de *Traius ou Traianus* (CANTO, 2003). Devemos lembrar que entre os romanos, o indivíduo, ao ser adotado por outra família, passava a usar o *tria nomina* do pai adotivo ao qual juntava seu *nomen* original acrescido do sufixo *anus*. É essa explicação que Canto (2003) oferece para ligar a família de Trajano definitivamente à Hispânia. Ressaltamos que a hipótese de que *Traianus* seja um onomástico é descartada pela autora, já que afirma não existir uma localidade denominada *Traia* à qual se juntaria o sufixo *anus*. Assim, é por meio de uma adoção que ela sustenta a origem hispânica de Trajano, apesar do gentílico *Ulpius* em seu *tria nomina*.

Canto enfatiza também a presença italicense ancestral dos *Traii* na figura de um *Marcus Traius*, pretor de Itálica, colônia latina por volta de 90-70 a.C., o “*auctor generis paterni*, ou fundador da linhagem paterna” (CANTO, 2003, p. 58) do imperador. E para defender definitivamente a linhagem hispânica de Trajano, a autora procurou demonstrar a associação tanto da *gens Traia* quanto do vocábulo *traha* – que teria originado o *nomen Traius* – com aquela província.

A presença restrita da dita *gens* na Hispânia é sublinhada pela especificidade do termo de que derivou sua denominação, reforçando assim sua estreita ligação com a província:

*Pensando a respeito do vocábulo **Traius**, a rara palavra **traga/traha**, provavelmente de origem agrícola, é utilizada, e creio que não casualmente, por dois escritores béticos contemporâneos: o cordobês Sêneca e o gaditano Columela, este um especialista – ainda que não somente nas **res rusticae**. Por isso acredito que **traha** poderia ser um termo especificamente turdetano do vocabulário do campo, equivalente à **tragula** latina, isto é, uma espécie de conjunto de garras cuja missão é arar e preparar as terras (...).* (CANTO, 2003, p. 53)

Todos esses dados coligidos por Canto que aqui resumimos, indicam à autora que a evidente origem estrangeira de Trajano poderia ser um fator excessivamente inovador por ocasião de sua ascensão ao poder e que, portanto, deveria ser ocultada ao Senado em sua propaganda pessoal. Por isso ela destaca “o extremo cuidado de Plínio, o Jovem, em seu **Panegírico** do ano 100 para evitar a menor referência à procedência e lugar de nascimento de Trajano” (CANTO, 2003, p. 65). Mas a ausência dessa informação pode ser atribuída a outros fatores, e podemos entender, inclusive, que a origem hispânica do César não era de fato tão decisiva no contexto em que estava inserida a referida obra. Conhecendo Plínio, o Jovem, e seu papel na política imperial, poderemos compreender o movimento das estruturas institucionais que favoreceram o acesso de Trajano ao poder.

Plínio, o Jovem, e o *Panegírico* de Trajano

Como a questão central desta discussão é a origem social do imperador, convém apresentar também o panegirista sob este ponto de vista como forma de demonstrar que o acesso às posições importantes do Império estava cada vez mais ao alcance dos indivíduos vindos de fora da *urbs*. Assim como Trajano, Plínio também não fazia parte da tradicional aristocracia de Roma:

Plínio nasceu no auge do Império Romano, veio ao mundo em 62 d.C., no meio do reinado de Nero, em Comum, perto do Lago de

Como, no norte da Itália, e viveu até por volta de 112 d.C. Sua família não era da antiga nobreza de Roma, mas pertencia ao segundo grau das classes superiores romanas, os chamados cavaleiros ou equites romani. (SHERWIN-WHITE, 1969, p. 76)

Tanto a origem de Plínio como a de Trajano, somadas ao papel que ambos viriam a desempenhar, apontam a existência de um processo amplo de integração política e social durante o Alto Império. Beneficiaram-se dele as elites provinciais e os membros da classe imediatamente abaixo do Senado, ou seja, a ordem equestre, da qual Plínio fazia parte. Os cavaleiros eram recrutados “nas fileiras da elite italiana, principalmente daquela da Campânia, da Etrúria e da Gália Cisalpina, entre os colonos ilustres das províncias bem como ibéricos, gauleses, africanos” (CIZEK, 1983, p.75). O acesso desses novos representantes da realidade política e social do Império cumpria um papel estratégico, pois entre os cavaleiros eram escolhidos os novos senadores. É significativa a transformação operada no *ordo senatorius*:

Entre 68 e 96 o percentual de senadores italianos passa de 83% para 76%, e o dos senadores provinciais avança de 16,8% para 23%, e entre estes contam-se 75% de ocidentais e 15% de orientais. Esse novo contingente constituirá para o imperador um apoio político muito mais seguro: o Senado passará a ser um instrumento dócil às suas vontades. É dentre seus quadros que ele escolherá os governadores das províncias, os superintendentes das legiões e os chefes dos grandes serviços públicos. (ROULAND, 1997, p. 367-368)

Entre os governos de Vespasiano e Trajano, o autor do **Panegírico** esteve no exército na Síria, foi tribuno militar, questor, tribuno da plebe, pretor, cônsul, prefeito do erário militar e do erário de Saturno, curador do Tibre e governador da província do Ponto-Bitínia (VENTURINI, 2000, p. 69). Enquanto o panegirista trilhava a carreira civil, Trajano galgava postos pela via militar. Comandante das legiões da Hispânia e cônsul em 91 d.C., descreve nesse campo o movimento apresentado. Foi ainda, antes de ser adotado por Nerva, designado governador da importante província de Germânia em 97 d.C.

Esse processo que favoreceu equestres, itálicos e provinciais destinados ao Senado e ao Império, fazia parte de um quadro mais amplo, que décadas antes já dera exemplos significativos – afinal, o pai de Trajano alcançara

o status senatorial no mesmo período, e Vespasiano, originário da Sabínia, tornara-se em 69 d.C. o primeiro dinasta itálico.

No caso específico da Hispânia, devemos ressaltar o papel de Vespasiano, que dedicou importante atenção às províncias e fez progredir a romanização, especialmente ao conceder em 73-74 d.C. o direito latino, que garantia a cidadania àqueles que houvessem exercido uma magistratura (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975, p.126-127). Em suma, o quadro apresenta uma situação favorável às províncias, e o Senado, inclusive, já não era mais composto exclusivamente por membros da antiga aristocracia da *urbs*.

O texto que hoje conhecemos como **Panegírico de Trajano**, originalmente uma *gratiarum actio* que foi expandida visando publicação, serviu também como peça da propaganda imperial do César. A obra tornou-se importante para o conhecimento do período inicial do governo de Trajano pelo fato de as demais fontes terem chegado até nós de maneira muito fragmentada (DURRY, 1972), ou não contemplarem o período, pois, de acordo com Radice (1968), Suetônio encerra suas biografias em Domiciano, o que restou de Tácito finda no reinado de Vespasiano, e a **História Augusta** inicia-se com Adriano.

A ênfase que o panegirista dedica aos aspectos exteriores à *urbs* demonstra que o ideal de romanidade congregava regiões maiores, cada vez mais aceitas como pertencentes ao mesmo sistema. Nesse sentido, o **Panegírico** transcende seu objetivo principal quando Plínio demonstra interesse e preocupação com aspectos relacionados ao *immensum imperii corpus*. Devemos destacar que o discurso de Plínio ao imperador dirigia-se também ao Senado que, como vimos, era então composto por elementos dessa nova realidade, e eles certamente conheciam e compartilhavam a origem provincial de Trajano. Esses aspectos manifestam-se em algumas perspectivas da exaltação do governante e da forma como o Império era administrado:

Entre o adotado e aquele que adotava nenhum parentesco, nenhuma ligação a não ser vossa virtude comum que tornava um digno de ser escolhido, o outro de escolher. (...) Quando o Senado e o povo romano vão transmitir os exércitos, as províncias, e os aliados a um só chefe, poderiam aceitar por sucessor somente um filho dado pela esposa, procuraria o herdeiro do poder apenas no interior de sua casa? Não percorreria os olhos pelo conjunto dos cidadãos e não o estimaria como o mais próximo de si, o mais

*intimamente ligado se o considerasse o melhor, o mais semelhante aos deuses? Quem deve comandar a todos deve ser escolhido entre todos.*⁴ (PLÍNIO. **Panegírico** 7, 4-6)

Vemos que, antes de informar que Trajano não pertencia à família de Nerva, foi enfatizada a virtude mútua entre ambos. É que com a nova dinastia verificou-se uma restauração senatorial (HOMO, 1950), e os valores dos homens políticos, sobretudo a *virtus* e o *mos maiorum*, eram exaltados devido à sua ausência durante a dinastia anterior. Além disso, os indivíduos oriundos das províncias já romanizados eram tidos como reservas das tradições morais que estariam ausentes em muitos elementos da *urbs*.

A mesma citação traça ainda um sintético e crítico resumo das opções sucessórias até então implementadas para eleger a adoção de Trajano por Nerva como a mais acertada. Destacamos a defesa que Plínio faz da escolha operada sem distinção étnica ou geográfica. Nesse sentido, no recurso à adoção não deve ser vista uma forma de maquiagem a origem do futuro imperador, mas, como explica Veyne (1991), uma forma tradicional e legítima de instituir um herdeiro para o Império.

Não só o objeto da escolha deveria recair para além dos limites da *urbs*: era preciso escutar também as vozes que vinham de fora. É significativa a forma como Plínio expressa essa necessidade ao ressaltar que a escolha de Trajano não coube apenas a Nerva “pois que, por toda parte os homens estão a expressar os mesmos votos” (PLÍNIO. **Panegírico** 10, 2). É notável a ausência da expressão *senatus populus que romanus*, que costumava ilustrar a soberania das decisões romanas de importância semelhante. Nesse caso, o panegirista decerto optou por abrir mão de uma convenção tradicional em favor de uma construção que contemplasse e representasse melhor as forças que passavam a ter importância nas decisões do Império. Assim, podemos ver que o discurso de Plínio, conservador nos aspectos ideológicos, apresenta um acentuado nível de liberalismo social em relação à gestão e à participação política. Outra passagem que endossa o processo de integração imperial também orbita a escolha do sucessor, valorizando o elemento provincial. Trata-se do elogio ao pai de Trajano:

Mas tu também, Trajano pai (pois tu igualmente se não está entre os astros ao menos tem um lugar próximo aos astros), quão grande é a alegria que tu sentes quando vês teu tribuno, teu soldado transformado em tão grande imperator, em tão grande príncipe,

e que tu disputas com grande amizade com aquele [Nerva] que o adotou para saber se é mais belo gerar tal filho ou tê-lo escolhido! Honra aos dois pelo imenso serviço prestado ao Estado, ao qual agraciaram com tal benção! (PLÍNIO. **Panegírico** 89, 2,3)

O elogio de Plínio estende-se à figura paterna, o que significa, por extensão, sua família. Embora não haja menção à Hispânia, não podemos imaginar que os contemporâneos ignorassem a origem de Trajano pai, cônsul em 68 d.C. “e um general experiente que se distinguira nas guerras do Oriente, da Palestina e da Síria” (CIZEK, 1983, p. 115).

O título e os feitos apresentam-se ainda em outras passagens do **Panegírico**: vitória contra os partos (14, 1), honras triunfais (16, 1), consulado e triunfo (58, 3). Outro elemento exemplar que fortalece a propaganda do governo de Trajano pode ser lido na comparação com Domiciano. Ele se constrói na oposição entre o *princeps* e o *tyrannus*, o bom e o mau governante. Em 99 d.C. Trajano faz seu retorno a Roma, “pacífico e modesto” (PLÍNIO. **Panegírico** 20, 1), atitude que contrasta com a do último Flávio:

*Quanta diferença da recente passagem de outro príncipe! Isso se for possível denominar passagem e não destruição esta marcha na qual ele expulsava para encontrar pouso, na qual, à direita ou à esquerda tudo era queimado e pisoteado como se algum flagelo ou os próprios bárbaros dos quais ele fugia ali estivessem se lançando. É preciso fazer as províncias compreenderem que esta maneira de viajar era aquela de Domiciano, não a do imperador.*⁵ (PLÍNIO. **Panegírico** 20, 4)

A condenação da forma como Domiciano agiu aproxima-o dos tiranos que faziam “mal aos seus concidadãos, que governavam contra as leis e se destacavam especialmente por sua crueldade” (MICHEL, 1969, p. 56). Trajano, ao contrário, é “o verdadeiro rei, aquele que é capaz de ser mestre de si e dos outros” (BÉRANGER, 1935, p. 91). No discurso de Plínio observamos que o conceito do mau governante está associado àquele que prejudicasse as províncias preservadas por Trajano. Além disso, Plínio celebra a proximidade amigável dos *socii*, os aliados do Império, para tratar com o César.

Nessa ocasião, por volta do ano 98 d.C., Trajano exercia seu segundo consulado próximo ao *limes*, nas margens dos rios Reno e Danúbio. O panegirista aproveita a presença do príncipe nas franjas do Império para exaltar a conciliação do poder central não só com as províncias, mas tam-

bém com os aliados. Plínio faz uma descrição vívida de como as obras de Trajano promoviam a benéfica integração econômica do Império:

*Não nos é dado ver como, sem ofender ninguém, cada ano supre com fartura as nossas necessidades? Pois as colheitas não são, como um butim de guerra que irá apodrecer em nossos celeiros, arrancadas aos aliados que gritam por justiça. Os aliados trazem eles mesmos o que a terra produziu, o sol alimentou, o ano forneceu, e não estando esmagados por novas taxas, eles sacrificam aos antigos impostos. As compras do fisco não são jamais compras simuladas. Por isso essas provisões, essa anona, cujo preço é fixado de acordo com o licitante e o vendedor. Assim reina aqui a abundância e em parte alguma a fome. (PLÍNIO. **Panegírico** 29, 2-5)*

No mesmo sentido, a ocorrência de uma seca no Egito permitiu a Plínio ilustrar a diligência do sistema administrativo do Império para socorrer as regiões que o compunham, fazendo retornar em socorro aos egípcios faminosos o trigo levado a Roma como tributo. Assim, estar ligado ao mundo romano era estar seguro, mesmo contra as incertezas naturais. Outro fator que no período fomentava essa integração diz respeito à concessão dos privilégios da cidadania romana: a equiparação jurídica dos indivíduos do Império aos direitos antes restritos à aristocracia da *urbs*. O panegirista destaca que Trajano igualou, quanto à taxaço das heranças, os cidadãos de longa data àqueles que adquiriram a cidadania por meio do direito latino (PLÍNIO. **Panegírico** 37, 3,4).

Esse processo de concessão de direitos aos provinciais favorecia principalmente os *homines novi*. Ascendendo em sua carreira rumo ao Senado, os homens novos eram incentivados pelo imperador a prestar bons serviços nas províncias como requisito para lograrem suas ambições políticas:

*A juventude foi inflamada, e o que ela via ser louvado colocou em seu coração um desejo de emulação, e não houve ninguém que não tivesse esse pensamento, sabendo que tudo o que cada um fazia de bom nas províncias tu o sabias. (...) Agora, se alguém administra bem uma província lhe é oferecida a dignidade merecida por sua virtude. O campo da honra e da gloria está aberto a todos. (PLÍNIO. **Panegírico** 70, 3, 8)*

Como Plínio falava a um Senado já povoado de *homines novi*, podemos perceber que seu discurso não era apenas de elogio ao César. Tratava-se também de um alerta aos novos magistrados e às províncias: aqueles deveriam exercer adequadamente suas funções, pois seriam as testemunhas da boa ou má administração imperial. O sistema envolvia todos em uma rede de confiança e cooperação que se estendia pelo Império e fornecia as diretrizes a serem seguidas desde a *urbs* até as províncias.

O que vemos, portanto, é uma ampla busca de inserção em favor da coesão imperial e, já que “os romanos não concebiam a ideia de uma pluralidade de nações dotadas de direitos iguais” (VEYNE, 1992, p. 294), o processo ocorria pela adesão dos estrangeiros e provinciais às noções e valores romanos. Segundo Cizek (1983), esse movimento substituiu o *ciuis romanus* pelo *homo romanus*, ativo no exercício da vida política.

Considerações finais

O **Panegírico de Trajano** oferece uma leitura de como Plínio, o Jovem, representante dos senadores romanos, pensava o processo de integração social, política, econômica e cultural do Império. O imperador está inserido no contexto da romanização e da integração do Império. Embora provincial, Trajano figura como exemplo bem-acabado do processo, pois, membro das elites romanizadas, beneficiou-se de sua posição, talento e conjuntura favorável para atingir o poder.

A ênfase na origem hispânica do imperador desde seus remotos ancestrais fortalece o processo de romanização, também compartilhado. Assim, Plínio e Trajano estavam mergulhados em um contexto no qual a imagem do homem político construía-se pela sua adesão aos valores e ideias emanadas da *urbs*. Falando a um Senado que desde o início do Alto Império começara a ser composto por elementos itálicos e provinciais, o panegirista não apenas elogiou o imperador e a ele agradeceu pela distinção consular recebida, mas manifestou-se também a favor do acesso dos *homini novi* na administração do Império. A compreensão da trajetória e papel político do César deve ser vista no interior do complexo e ambíguo contexto do Principado. Nele as soluções e as bases do poder convergiam das várias partes do *orbis romanus*, e as diretrizes da *urbs* cumpriam papéis ambivalentes exaltando, suavizando ou ignorando valores em função das demandas políticas que se impunham.

Documentação escrita

CAIUS PLINIUS CAECILIUS SECUNDUS. **Panegyrique de Trajan**. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

Referências bibliográficas

- ALFÖLDY, G. **História social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.
- BÉRANGER, Jean. Tyrannus. **Revue des Études Latines**, Paris, t.XIII, p. 85-94, 1935.
- CANTO, A. M. **Lasraíces béticas de Trajano**. Sevilla: RD Editores, 2003.
- CIZEK, E. **L'Époque de Trajan: circonstances politiques et problèmes idéologiques**. Paris: Les Belles Lettres, 1983.
- _____. **Néron**. Paris: Fayard, 1982, p. 473.
- CHASTAGNOL, A. **Le senat romain à l'époque impériale**. Paris: Les Belles Lettres, 1992, p. 484.
- DURRY, M. Introduction. In: CAIUS PLINIUS CAECILIUS SECUNDUS. **Panegyrique de Trajan**. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 1972, p. 86-93.
- HOMO, L. **Les institutions politiques romaines: de la Cité à l'État**. Paris: Albin Michel, 1950.
- MICHEL, A. **La philosophie politique à Rome d'Auguste à Marc Aurèle**. Paris: Armand Colin, 1969.
- PETIT, P. **A paz romana**. São Paulo: Edusp, 1989, p.350.
- RADICE, B. Pliny and the Panegyricus. **Greece & Rome**, Oxford, The Classical Association, v. XV, n. 2, p. 167-172, 1968.
- ROULAND, N. **Roma, democracia impossível? Os agentes do poder na Urbe Romana**. Brasília: UNB, 1997.
- SHERWIN-WHITE, A. N. Pliny, the man and his letters. **Greece & Rome**, Oxford, The Classical Association, v. XVI, n. 1, p. 76-90, 1969.
- TOVAR, A.; BLAZQUEZ, J. M. **Historia de la Hispania romana**. Madrid: Alianza Editorial, 1975, p. 383.
- VENTURINI, R. L. B. **Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

VEYNE, P. O Império Romano. In: _____. (Org.) **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 19-223.

_____. *Humanitas: romanos e não romanos.* In: GIARDINA, A. **O homem romano.** Lisboa: Presença, 1992, p. 283- 302.

Notas

¹ Para fazer referência aos habitantes de Itálica, utilizaremos o termo “italicense”, usado por Canto – assim, “itálicos”, naturalmente, designará os oriundos da península Itálica.

² Os aristocratas romanos usavam três nomes, os quais indicavam sua família e vinculação gentílica.

³ Gramático que viveu no século VI d.C.

⁴ As citações da fonte são nossas traduções da versão em língua francesa de Durry – utilizamos trechos do texto em latim para tratar de termos e expressões específicas.

⁵ A citação refere-se ao retorno de Domiciano da guerra contra os suevos e sármatas em 92 d.C.

RESENHA ^{*}

ROSE, Ch. B. **The archaeology of Greek and Roman Troy**. Nova York: Cambridge University Press, 2014. 406 p.

Renata Cardoso de Sousa ^{**}

Charles Brian Rose é um premiado arqueólogo americano e, hoje em dia, atua em diversas instituições ligadas à sua área de formação, como o Museu Penn e escavações na Ásia Menor, além de ser professor James B. Pritchard de Arqueologia Mediterrânea no Departamento de Estudos Clássicos da Universidade da Pensilvânia. Ele propõe em seu livro **The archaeology of Greek and Roman Troy** fazer um panorama das escavações relativas a Troia desde o século XIX até o presente.

Seu livro se divide em doze capítulos, dos quais quatro se destinam à análise de uma cultura material específica (o sarcófago de Políxena, o sarcófago da criança, o túmulo de Dedetepe e o sarcófago Çan). Percebemos que ele dá muito destaque aos locais de culto e às regiões tumulares, apresentando uma rica análise desses materiais e das hipóteses acerca deles elaboradas ao longo dos séculos de pesquisa arqueológica. No entanto, ele perpassa todos os lugares-comuns (a relação entre os *ahhiyawa* e os aqueus, entre Alaksandu e Páris-Alexandre, e entre Troia e Wilusa; a Guerra de Troia e sua historicidade; a colonização grega na região; as tumbas heroicas que fazem parte do imaginário helenístico e romano, etc.) e propõe novas questões, além de mostrar como a região é importante hoje em dia.

Seu trabalho não se restringe a um mero catálogo da cultura material: Rose elabora uma série de interpretações acerca do que foi descoberto. Para

* Recebido em 20/04/2016 e aceito em 25/05/2016.

** Professora doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista Capes, orientada pelo Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa.

tal, utiliza não somente os métodos arqueológicos para datação ou proveniência, mas também textos oriundos da tradição greco-romana. Exemplos disso são: a) a ligação feita entre o reforço da segurança em Troia – com a construção de muralhas e fossos (algo bastante peculiar) – e a revolta Assuwa, descrita por documentos hititas (capítulo um); b) a fixação de Homero no século VII a.C. com base na datação da Troia que seria contemporânea ao poeta da **Ilíada** e da **Odisseia** (capítulo dois) por se aproximar mais da caracterização que ele faz da cidade.

Embora suas hipóteses possam ser contestáveis (visto que nem o pesquisador se propõe a definir uma interpretação fixa, abrindo possibilidades de pesquisa), é interessante perceber como faz dialogar a cultura material com a documentação textual disponível, propondo hipóteses que não estão “engessadas” dentro do âmbito da interpretação arqueológica e estimulando o diálogo entre a Arqueologia e outras áreas do conhecimento. Do mesmo modo, sua obra ajuda na compreensão do momento em que estão essas escavações, visto que ele mesmo foi responsável pelo trabalho com o período imediatamente posterior à Idade do Bronze e atualmente é diretor do Projeto de Escavação Górdia. Além disso, o autor deixa margens para que outros pesquisadores possam continuar o trabalho de interpretação de determinada problemática, não concluindo nem trabalhando à exaustão algum tema.

The archaeology of Greek and Roman Troy é um esforço de síntese que funciona, atendendo à proposta do livro. Rose sempre deixa indicações de onde podemos obter maiores informações sobre determinado tema, estimulando a pesquisa. O autor escreve numa linguagem clara, num inglês perfeitamente compreensível, tornando rápida a leitura, e sempre explica termos relativos ao âmbito arqueológico que possam ser desconhecidos por pessoas que não trabalham com esse ramo, objetivando, assim, uma obra transdisciplinar.

Ademais, é interessante perceber que os capítulos não precisam ser lidos na ordem exata, mesmo que estejam dispostos cronologicamente: ele resolve as problemáticas acerca de um período naquela seção e não faz referências a conhecimentos já trabalhados sem perpassá-los novamente de um modo geral. É um bom livro para quem está começando a se aventurar pelos estudos sobre a Ásia Menor: preza pelo didatismo sem perder a academicidade e traz muitas imagens e mapas que auxiliam a compreensão e visualização das problemáticas. Essa obra é também, sem dúvidas, uma referência necessária para os estudiosos do Mediterrâneo, em virtude da sua proposta.

PERFIL DA REVISTA

A **PHOÏNIX** é um periódico de publicação semestral* do Laboratório de História Antiga (Lhia) do Instituto de História (IH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Lhia tem como objetivo divulgar as pesquisas em Antiguidade, realizadas no Brasil e no exterior. A **PHOÏNIX** constitui um veículo privilegiado para atingir esse objetivo.

A **PHOÏNIX** se caracteriza por ser um espaço isonômico de publicação dedicado a:

1. mostrar a originalidade e a singularidade das abordagens historiográficas brasileiras referentes às sociedades antigas;
2. estabelecer um lugar de diálogo entre os estudiosos da Antiguidade, brasileiros e estrangeiros, com os demais saberes;
3. garantir a liberdade de expressão, a diversidade teórico-metodológica, a qualidade científica e o despertar de novos talentos, sendo, por excelência, um lugar de experimentação, de debate e de crítica acadêmica.

Pensar as sociedades antigas como algo vivo na nossa cultura, situando o seu lugar numa história humana que abrange muitos caminhos, permite refletir mais lucidamente sobre as implicações e os embates da nossa sociedade, e esclarecer o que somos, comparados e confrontados aos outros, tanto em termos temporais quanto espaciais.

LABORATÓRIO
DE HISTÓRIA
ANTIGA – UFRJ



* Até o ano de 2008, a Phoïnix tinha periodicidade anual. A partir de 2009, tornou-se semestral. Em 2016, a Phoïnix ganhou uma versão eletrônica (www.phoenix.historia.ufrj.br).

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os artigos devem ser apresentados em arquivos em dois formatos: *Word for Windows* e PDF, tendo até 15 páginas (A4; espaço 1,5; margens 3cm; Times New Roman 12). Abaixo do título do artigo (centralizado, em negrito e caixa alta), o nome do autor (à direita, em itálico e caixa normal). Seguem-se o resumo em português e cinco palavras-chave também em português (justificado); uma linha após, o título, o resumo e as palavras-chave em inglês ou francês (justificado).

As notas devem aparecer da seguinte forma:

- Inseridas no corpo do texto entre parênteses, se forem somente indicações bibliográficas. Para produção historiográfica: a indicação será entre parênteses com sobrenome do autor, ano e páginas (SOBRENOME DO AUTOR, Ano, p.). Para passagens de textos antigos: a indicação será entre parênteses com autor, título da obra (em negrito) e passagem (AUTOR. **Obra** vv. ou número do livro, capítulo, passagem).
- Ao final do texto: se forem notas explicativas, numerar e remeter ao final do artigo.

As citações com mais de três (3) linhas devem vir em destaque, sem aspas, em itálico, espaço simples e com recuos direito e esquerdo de 1 cm.

A indicação da documentação e da bibliografia deve aparecer após o texto, separadamente: primeiro, a Documentação (escrita e/ou material) e, depois, as Referências bibliográficas em ordem alfabética pelo sobrenome do autor, seguindo as normas da ABNT 6023: 2002 (Informação e documentação – Referências – Elaboração), a saber:

- Para livro: SOBRENOME, Prenome do autor. **Título do livro:** subtítulo (se houver). Cidade: Editora, Ano.
- Para capítulo de livro: SOBRENOME, Prenome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Prenome do autor. **Título do livro:** subtítulo (se houver). Cidade: Editora, Ano, p.

- Para artigo de periódico: SOBRENOME, Prenome do autor. Título do artigo. **Título do Periódico**, Cidade, v., n., p., mês (se houver), ano.

Quando forem utilizadas imagens no artigo, os autores deverão enviar os originais das mesmas ou cópia digitalizada e gravada em arquivo com terminação *TIF, individual para cada imagem e com resolução de 300 DPI.

Se fontes especiais (grego, sânscrito, hieróglifo, hebraico, etc.) forem utilizadas no artigo, os autores deverão enviar uma cópia das mesmas gravadas em arquivo.

O não cumprimento destas regras levará à notificação do autor, que deverá fazer as correções necessárias para a avaliação do Conselho Editorial, acarretando atraso na publicação do artigo.

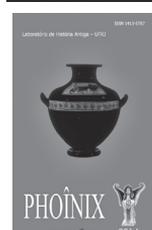
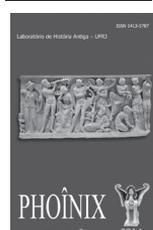
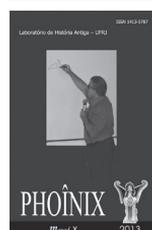
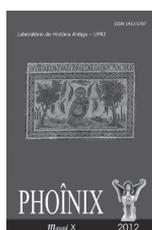
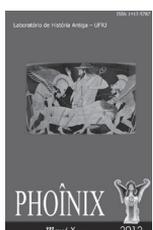
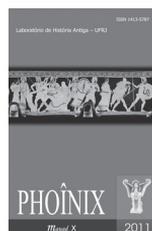
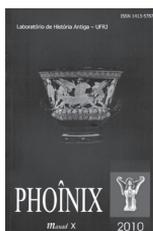
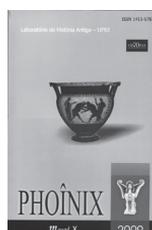
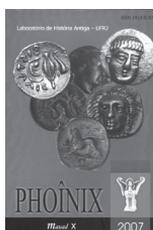
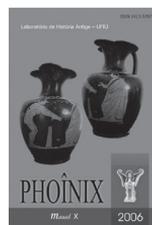
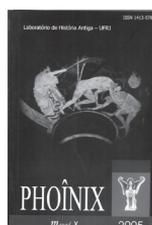
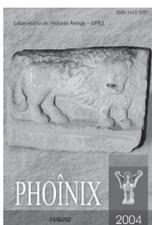
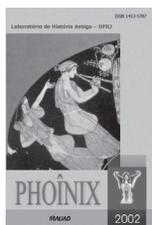
Todo o material, anteriormente especificado, deverá ser enviado por *e-mail* para: fslessa@uol.com.br e rmbustamante@terra.com.br.

A data de entrega dos textos é até 31 de março para o número do primeiro semestre e até 30 de setembro para o segundo semestre. Os textos encaminhados serão apreciados por dois dos componentes do Conselho Editorial. Em caso de pareceres contraditórios, um terceiro membro do Conselho analisará o artigo.

O autor deve indicar: a sua filiação institucional, o seu maior título e o tema do atual projeto de pesquisa com o órgão financiador, caso haja, e o seu *e-mail*, se quiser divulgá-lo.

Os autores poderão adquirir exemplares da PHOÏNIX, obtendo-os diretamente no Laboratório de História Antiga, com despesas de correio a cargo do próprio autor.

Leia também:



CARACTERÍSTICAS:

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 10,5 x 17,0 cm

Tipologia: Times New Roman 10/13

Papel: Ofsete 75g/m² (miolo), Cartão Supremo 250g/m² (capa)

*Para saber mais sobre nossos títulos e autores,
visite o nosso site: www.mauad.com.br*